

# Estudos de Sociologia

## nº 42



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
FCL – UNESP – Araraquara – v.22 – n.42 – 1º semestre de 2017

## **EXPEDIENTE**

### **UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**

Reitor: Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-reitor: Prof. Dr. Sergio Roberto Nobre

### **FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara**

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

Vice-diretora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

### **DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Chefe: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior

Vice-chefe: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Secretária: Bruna Nadi de Abreu

### **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Coordenadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Vice-coordenador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4.Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Versão para o Espanhol: Silvia Beatriz Adoue

Versão para o Inglês: Catarina Cotic Belloube

Capa e fotografia de capa: Pierre Yves Refalo

### **Indexada por / Indexed by:**

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews os Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

### **Redação e Contatos**

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: [estudosdesociologia@fclar.unesp.br](mailto:estudosdesociologia@fclar.unesp.br); <http://seer.fclar.unesp.br/estudos>

## MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

## EDITORA

**Lucila Scavone**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

## CONSELHO DE REDAÇÃO

**Maria Aparecida Chaves Jardim**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Ribeiro do Valle**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Teresa Miceli Kerbauy**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

## CONSELHO EDITORIAL

**Adriana Bebiano**, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Anete Brito Leal Ivo**, UFBA – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil; **Anita Simis**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Annie Thébaud-Mony**, INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Paris, França; **Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira**, PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Domenico Losurdo**, UNIURB-IT – Università degli studi di Urbino “Carlo Bo”, Urbino, Itália; **Eduardo Garuti Noronha**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil; **Francisco Rüdiger**, PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Gabriel Cohn**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Irllys Alencar Firmo Barreira**, UFC – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil; **István Mészáros**, Universidade de Sussex, Inglaterra; **José Antônio Segatto**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **José Vicente Tavares dos Santos**, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Joseph Yvon Thériault**, UQUAM – Université de Montréal, Canadá; **Klaus Von Lampe**, CUNY – City University of New York, Estados Unidos; **Lourdes Maria Bandeira**, UnB – Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil; **Magda Maria Bello de Almeida Neves**, PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil; **Marcelo Siqueira Ridenti**, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil; **Maria Arminda do Nascimento Arruda**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Maria Orlanda Pinassi**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Mariano Fernández Enguita**, USAL – Universidade de Salamanca, Espanha; **Marie-Blanche Tahon**, UOTTAWA – Université de Ottawa, Canadá; **Marta Araújo**, UC – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Mauro Guilherme Pinheiro Koury**, UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil; **Miriam Adelman**, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil; **Michael Löwy**, CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, França; **Pablo Gonzáles Casanova**, UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México, México; **Raimundo Nonato Santos**, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil; **Russell Parry Scott**, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil; **Sérgio França Adorno de Abreu**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Tânia Pellegrini**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil



# SUMÁRIO

## NOVA DIREITA E CONSERVADORISMO

### DOSSIÊ: FACES DA NOVA DIREITA NO BRASIL

*Apresentação*..... 11

Maria Ribeiro do Valle

*Conservadorismo coroado: movimentos monarquistas no Brasil atual*..... 15

Marcos Paulo dos Reis Quadros

*Expressões do novo intervencionismo: uma análise do grupo conservador “Ordem Dourada do Brasil”* ..... 35

Fabio Lanza e José Wilson Assis Neves Júnior

*A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay*..... 53

Graziela Ferreira Quintão

### ARTIGOS

*O MST e a Reforma Agrária do Consenso* ..... 75

Arlete Ramos dos Santos

*Os rackets brasileiros. Notas sobre as atuais circunstâncias históricas*..... 93

Vladimir Puzone

*Notas sobre a sociologia da ação e a ética protestante e o espírito do capitalismo*..... 111

Janine Targino

## VARIA

*Un balance de la negociación colectiva y su relación con La organización sindical en Argentina (2003-2015)* ..... 127

Clara Marticorena

*O lucro adiado: conceito essencial da sociologia da literatura de Bourdieu*..... 145

Rodrigo do Prado Bittencourt

## RESENHAS

*Rumo ao automatismo social? A contribuição de Naville*..... 165

Ricardo Colturato Festi

# SUMMARY

## NEW RIGHT AND CONSERVATIVISM

### DOSSIER: NEW ASPECTS OF THE RIGHT IN BRAZIL

*Foreword*..... 11  
Maria Ribeiro do Valle

*Crowned conservatism: monarchist movements in contemporary Brazil*..... 15  
Marcos Paulo dos Reis Quadros

*New interventionism expressions: an analyses of the conservative group “Ordem Dourada do Brasil”* ..... 35  
Fabio Lanza and José Wilson Assis Neves Júnior

*The new Christian right: alliances, strategies and alterations of religious discourse surrounding Conversion Therapy*..... 53  
Graziela Ferreira Quintão

### ARTICLES

*The MST and land reform of consensus*..... 75  
Arlete Ramos dos Santos

*Brazilian rackets. Remarks on current historical circumstances* .... 93  
Vladimir Puzone

*Remarks On The Sociology Of Action, The Protestant Ethic And The Spirit Of Capitalism* ..... 111  
Janine Targino

## VARIA

*An overview of collective bargaining and its relation with trade unions in Argentina (2003-2015)*..... 127  
Clara Marticorena

*Postponed profit: an essential concept of Bourdieu's sociology of literature*..... 145  
Rodrigo do Prado Bittencourt

## REVIEW

*Towards social automatism? Naville's contributions*..... 165  
Ricardo Colturato Festi



**Dossiê:  
Faces da nova  
direita no Brasil**



## APRESENTAÇÃO

*Maria Ribeiro do VALLE\**

A ruína dos regimes socialistas coincidiu com a expansão das práticas batizadas como ‘neoliberais’, varrendo o mundo e desabando sobre a América Latina. Diante disso, a *intelligentsia* parece adormecida, embaraçada para a crítica do mundo capitalista em suas determinações básicas. (Maria Sylvia Carvalho Franco)

No Brasil, a atual ofensiva de uma direita ideológica não é um fenômeno isolado, pois, apesar de suas especificidades, uma leitura mais atenta revela que ela está imbricada com a história da América Latina e também com a história mundial. Aqui enfatizo apenas em um passado mais recente, a queda do Muro de Berlim que, em nenhum momento, deixou de ter conexões com os movimentos reacionários anteriores. O proclamado final da Guerra Fria, supostamente, inauguraria um ciclo de paz social e prosperidade econômica. A hegemonia estadunidense apregoava que doravante a política seria, no mundo globalizado, pautada pelo binômio economia de mercado e democracia. Sob essa batuta, nas ditaduras dos países da América Latina, guardadas as suas peculiaridades, teve início a reconstrução da democracia representativa erguida sobre a defesa dos direitos humanos, ainda que apenas no discurso, pois ela passava à ordem do dia e, portanto, precisava ser incorporada tanto pelos representantes civis quanto militares. Merece destaque também, a mudança de tom da mídia que, enquanto instrumento de formação de opinião pública, precisou rearticular seu posicionamento político frente à ditadura militar uma vez que dela tinha sido seu fiel escudeiro.

---

\* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - maria.ribeiro.valle@uol.com.br.

A meu ver, o chamado período de transição democrática brasileiro é bastante caro para que se entenda a volta à tona da (Nova) Direita no Brasil, uma vez que ele traz como faces da mesma moeda o **autoritarismo socialmente implantado** – independente dos períodos de exceção – que é característico da cultura brasileira desde sempre e, ao mesmo tempo e em contrapartida, a necessidade de responder aos anseios da população por participação democrática e social. A abertura lenta, gradual e irrestrita do regime militar no Brasil explicita essa composição demasiado canhestra de nossa redemocratização. Tanto assim que, a Lei da Anistia de 1979, serviu a **gregos e troianos**.

Não resta dúvida de que a ideologia (neo)conservadora no Brasil sempre esteve a postos para se apropriar de aspectos do pensamento e da ação das forças progressistas, através de seu viés altamente reacionário. Tanto assim que, passados apenas 50 anos do Golpe Militar de 1964, a direita, diante da vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) que o levaria ao quarto mandato presidencial, deflagrou uma ofensiva no parlamento, na mídia, nas igrejas e, mais recentemente, nas ruas, em defesa de posições conservadoras, altamente retrógradas e moralistas.

As faces da (Nova) Direita no Brasil voltam a mostrar seu **sinistro esplendor** através do credo neoliberal travestido e acentuado pelo (neo)conservadorismo, fundamentalismo religioso, pela homofobia, xenofobia, escalada contra a corrupção e, como sempre, pelo anticomunismo, dentre outros. Dessa forma, a(s) nova(s) direitas no Brasil volta(m) a defender o credo liberal, abrindo seu flanco de batalha nas campanhas pela privatização das atividades sociais, da educação, da saúde e da previdência, que muito recentemente tinham sido timidamente incorporadas pelas políticas públicas. Ou seja, o lastro ouro dos Direitos Humanos, em um curto espaço de tempo, deixou de ser o sustentáculo da Democracia que tinha apenas ensaiado os passos iniciais para que fosse representativa.

Como já dissemos, o (neo) conservadorismo trata-se de fenômeno, não apenas nacional mas, de toda a América Latina, dos Estados Unidos e Europa e, através de novas roupagens, é adequado aos tempos atuais. Se por um lado, notamos semelhanças explícitas no reacionarismo desses países, dentre as quais salientamos o desmonte das conquistas sociais que ocorreram em momentos anteriores, por outro notamos que, no Brasil, além das instituições políticas terem sido transformadas em **frangalhos** pela própria direita, esta passou a buscar o poder a qualquer custo, ou melhor, pelo leilão dos princípios do Estado de direito e da democracia que dizia defender.

E nessa nova empreitada, ao contrário do que ocorreu durante a ditadura militar que teve início com o golpe de 1964, quando pediu a retaguarda das forças armadas frente ao perigo do comunismo associado às conquistas populares, a direita no Brasil, em pleno século XXI, derruba a presidente eleita sem respaldo de provas

concretas, desferindo um golpe orquestrado pelos meios de comunicação que contam com a conivência dos três poderes que se unem, fraturando a normalidade democrática e ameaçando de morte os direitos sociais até então alcançados.

Os artigos que compõem o Dossiê intitulado *Faces da Nova Direita no Brasil* visaram explorar alguns matizes do campo da direita no Brasil, tal como ele se mostra na atualidade, sem que sejam desconsideradas as suas raízes, quando é o caso. Embora o revigoramento da (Nova) Direita no Brasil seja uma constante, o seu estudo parece ser ainda bastante incipiente. Sendo, assim, nosso intuito é contribuir, ainda que em pequena escala, para a sua complexa compreensão. Acreditamos que a volta da questão social à ordem do dia só será possível se trouxermos à baila, na teoria e na prática, uma reflexão sobre a arquitetura da direita que não encontrou ainda lugar de destaque no meio acadêmico. Para avançarmos diante do alarmante retrocesso dos direitos sociais, políticos e econômicos que acontece numa velocidade alucinante, será preciso enfrentar, se possível **em tempo real**, o inimigo maior, a direita, que com suas táticas eficazes apoiadas irrestritamente pela grande mídia, reemerge com novas carcaças.

Os artigos que o(a) leitor(a) tem em mãos, procuram abarcar importantes e diferentes matizes da direita no Brasil que têm se mostrado cada vez mais eficazes. Iniciando por uma discussão a respeito dos movimentos monarquistas no Brasil atual, Marcos Paulo Reis Quadros recupera a sua origem datada no final do século XIX para lançar luz aos seus objetivos atuais calcados na instrumentalização da crise política no início do século XXI, através da união com os demais movimentos conservadores que defendem a valorização dos princípios cristãos como antídoto aos avanços da esquerda.

O segundo artigo investiga o grupo conservador “Ordem Dourada do Brasil” também tendo como propósito o cotejamento do pensamento cristão conservador intervencionista da nova direita brasileira, com as raízes de seu tradicionalismo anticomunista católico que culmina, muitas vezes, em “expressões anacrônicas e contraditórias” como concluem os autores Fábio Lanza e José Wilson Assis Neves Júnior.

E, por fim, apontando para a importância de que esse dossiê seja um ensejo a novas pesquisas que desvelem a direita no Brasil e suas faces camaleônicas que a tornam um movimento tão reacionário e **antigo**, mas que teima em se perpetuar, perpetuando também a difícil construção do avanço de direitos que possam garantir o *status* de humanidade a todos os homens e mulheres está a pesquisa de Graziela Ferreira Quintão. Ela aborda uma temática atual sobre como os alargamentos dos Direitos LGBT caminham lado a lado com as reações adversas e conservadoras das vertentes diferentes da fé cristã, particularmente a dos evangélicos pentecostais que compõem a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional.

Embora não tenha sido intencional, podemos perceber que os três artigos gravitaram em torno do conservadorismo religioso e sua infiltração nos interstícios das questões sociais e políticas. Sendo assim, o nosso cotidiano vem sendo marcado pelo revés de conquistas que também remontam ao século XVIII quando a laicidade era uma das principais bandeiras hasteadas pelo iluminismo e pelas revoluções modernas. Quando olhando em perspectiva histórica parece estarmos muito aquém desses tempos idos. Quantos séculos precisaremos percorrer novamente para revigorar as conquistas que por um tempo consideramos consagradas pelo advento da universalidade da razão? O retrocesso vivenciado pelo Brasil, particularmente nos últimos anos, parece nos aproximar da época do obscurantismo e da barbárie. Acreditamos, contudo, que ao decifrar uma das importantes vertentes da nova direita brasileira, qual seja, o conservadorismo religioso, começamos a ter ideia do seu estatuto e de suas diversas ramificações que se desdobram em novas faces. Só nos resta encará-las de frente se tivermos o propósito de contribuir, insisto, na teoria e na prática, para uma sociedade em que todos os homens e mulheres sejam, efetivamente, portadores do atributo de humanidade. Uma sociedade em que homens e mulheres possam fruir sua humanidade.

# CONSERVADORISMO COROADO: MOVIMENTOS MONARQUISTAS NO BRASIL ATUAL

*Marcos Paulo dos Reis QUADROS\**

**RESUMO:** Partindo de um mapeamento dos grupos “restauracionistas” que atuaram entre o final do século XIX e a metade do século XX, o artigo posteriormente volta-se à análise dos posicionamentos da atual Casa Imperial Brasileira e de movimentos que a apoiam no tempo presente. Para tanto, vale-se especialmente de materiais disponíveis em portais monarquistas na *internet* e de entrevista realizada com um militante. A pesquisa sugere que os atuais grupos monarquistas tentam instrumentalizar a crise política instalada no Brasil da segunda década do século XXI, somando-se a movimentos conservadores mais amplos que se espalham pela sociedade. Além da restauração e da denúncia da instabilidade que seria inerente à República, os monarquistas de hoje centram seus discursos na oposição às esquerdas e na valorização dos princípios cristãos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Monarquistas. Casa Imperial Brasileira. Conservadorismo.

## Introdução

Decorridos quase cento e trinta anos desde a introdução da República no Brasil, a causa monárquica permanece presente na agenda de segmentos da sociedade e de determinados movimentos políticos. Tendo governado o país durante as primeiras sete décadas de independência, não chega a gerar surpresa que os Orleans e Bragança e a simbologia que encerram ainda encontrem receptividade.

---

\* FSG – Centro Universitário da Serra Gaúcha, Pró-Reitoria de Graduação. Caxias do Sul – RS – Brasil. 95020472 - marcosrq@hotmail.com.

A Casa Imperial Brasileira – hoje capitaneada por D. Luiz de Orleans e Bragança (primeiro na linha sucessória) e por seu irmão, D. Bertrand, – tenta permanecer visível, o que se percebe por meio da manutenção de um portal na *internet*, da promoção de encontros a fim de aglutinar os defensores da monarquia, do oferecimento apoio para iniciativas simpáticas à causa, da concessão de entrevistas à imprensa e da tomada de posição em face de temas que povoam o debate público.

Em paralelo, há uma plêiade de grupos monarquistas ativos em todo o país, podendo-se citar entre eles o Instituto Brasil Imperial, o Círculo Monárquico Brasileiro, o Causa Imperial e o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (além do Pró-Monarquia, mais organicamente ligado à própria Família Imperial).

E incontestável o veredito segundo o qual tem sido modesta a reverberação das propostas de tais movimentos no grosso da opinião pública. Contudo, houve, na esteira de parte das manifestações de massa ocorridas no Brasil a partir de 2013 (e do galope dos discursos de inclinação conservadora de um modo geral), algum reavivamento do tema. De fato, a presença de bandeiras do antigo Império e de membros da Família Imperial nas ruas durante as manifestações prendeu a atenção de veículos de comunicação, repercutindo na sociedade e nas chamadas redes sociais.

Logo, parece pertinente avaliar o fenômeno, cabendo referir que são notadamente escassas as pesquisas acadêmicas publicadas sobre o assunto na atualidade. Nesse sentido, o presente artigo objetiva mapear as propostas e os posicionamentos políticos de alguns dos movimentos que hoje se dedicam à tentativa de restaurar a monarquia<sup>1</sup>. Para tanto, serão avaliados conteúdos de propaganda política disponibilizados na WEB por grupos monarquistas, bem como documentos publicados pela Casa Imperial e depoimentos concedidos por seus membros à imprensa. A pesquisa também terá como subsídio uma entrevista realizada pelo autor com um membro-fundador do Círculo Monárquico Brasileiro<sup>2</sup>.

Porém, as motivações dos monarquistas de hoje encontram precedentes no passado. Diante disso, primeiramente apresentar-se-á um panorama das principais iniciativas restauracionistas ao longo do tempo.

---

<sup>1</sup> Os movimentos analisados são aqueles citados anteriormente. O critério de seleção se deu a partir da relevância apontada pelo militante monarquista entrevistado pelo autor.

<sup>2</sup> O entrevistado, Rodrigo Müller, além de fundador, milita no movimento em Santa Catarina. A entrevista ocorreu via *e-mail*, em junho de 2016. O entrevistado concordou formalmente com a divulgação de seu nome e do conteúdo das respostas no presente artigo. O material, na íntegra, está mantido no arquivo pessoal do autor.



## A República não digerida

Se os adeptos da monarquia no Brasil atual dificilmente têm tido êxito em congregar em torno de suas ideias a maioria da população, também é verdade que a República não contou com excepcional entusiasmo popular no momento do seu advento. Não é à toa que Aristides Lobo, referindo-se aos eventos de 15 de novembro de 1889, pronunciou a célebre sentença: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada” (LOBO *apud* CARVALHO, 1999, p. 11). De igual modo, Moura (1995, p. 16) observa que a população estava “alheia à trama política definida pelo encontro de liberais burgueses, organizados num movimento republicano sem força popular”.

Relativamente restrito às pretensões de estamentos castrenses, de determinados latifundiários e de grupos políticos e intelectuais de expressão limitada (como é o caso do Partido Republicano Paulista e de jornais contrários ao sistema), o ideário da República enfrentou contestações desde a fase seminal do desenho de Estado que fez triunfar. Embora D. Pedro II não tenha efetivado qualquer tentativa séria de reverter sua deposição, as sementes do descontentamento foram plantadas por inércia.

O modelo institucional da antiga divisão bipartidária existente no Império perdia sentido na nova realidade, o que ensejava a união de todos os monarquistas para combater o inimigo comum. No entanto, se pode referir que o movimento monárquico brasileiro jamais deixou de apresentar correntes distintas. De um lado, há uma inclinação liberal, a qual – sendo herdeira de nomes como Afonso Celso, Eduardo Prado, Joaquim Nabuco e Rio Branco – propõe a restauração em moldes democrático-pluralistas, com parlamentarismo e freios constitucionais ao poder do Rei. Na outra margem está uma corrente de cariz fundamentalmente reversionista, ortodoxamente católica, simpática à supremacia incontestada do Poder Moderador e à afirmação do caráter quase demiúrgico do Imperador. É o legado de um Cândido Mendes de Almeida, posteriormente continuado pelo patrianovismo. Essa dualidade no existiu desde antes de 1889 e em alguma medida segue presente nos dias que correm, de modo que importa tê-la em mente quando se trata de avaliar o movimento monarquista no Brasil.

Como eco do segundo grupo, emerge, já em 1890, o Partido Católico. Apesar de não se declarar ostensivamente monarquista, o partido contava com militantes fortemente engajados no antigo regime, opondo-se, em especial, ao pendor laicista da República nascente, conforme se depreende de artigo publicado por seus membros no jornal *O Paiz*, em sua edição de 10 de setembro de 1890:

Substituíram a igreja pelo positivismo comtista, cujo lema inscreveram até na bandeira nacional; impuseram aos católicos o casamento civil obrigatório; negaram-lhes o direito de dirigir a educação moral de seus filhos; mantêm a mão erguida sobre os bens das ordens religiosas e tudo em nome da liberdade (O PAIZ *apud* VENEU, 1987, p. 17).

Se o jacobinismo/positivismo dos mais exaltados republicanos feria as convicções do conservadorismo católico que então o combatia essencialmente no campo das ideias, em setembro de 1893 eclode um movimento antissistêmico efetivo, a chamada Revolta da Armada, de cariz claramente restaurador. Evidenciando que mesmo entre os militares não se firmara consenso em torno da República, os revoltosos puseram em risco a nova ordem e a própria segurança da capital, uma vez que os canhões dos navios mobilizados pela Marinha de Guerra foram provocativamente direcionados para a cidade do Rio de Janeiro como prova inequívoca de que a exigência da renúncia de Floriano encontrava lastro.

Ainda que a insurreição tenha sido debelada – a custo, no entanto, de cerca de seis meses de crise e da necessidade de intervenção diplomática de potências estrangeiras (SANTOS JR, 2014) –, novos episódios cedo demonstraram que a agenda da restauração não estava esgotada. Com a falência do protagonismo militar no comando político do país e a conseqüente ascensão de um governo civil, os monarquistas, menos abafados pela mão de ferro que se forjara no florianismo e no ímpeto inicial dos positivistas, solidificam sua atuação:

Com a intensificação de suas reivindicações, durante o segundo semestre de 1895 os monarquistas restauradores superaram algumas diferenças políticas vigentes desde o período imperial, que em parte vinham de sua divisão em liberais e conservadores, e reuniram-se de forma até então inaudita. [...]. Além disso, foi permitido o retorno de monarquistas emigrados que se encontravam na Europa (GOMES, 2008, p. 285).

No escopo de tais iniciativas, brota, em 1895, o Partido Monarquista de São Paulo, o qual contou inclusive com um periódico de divulgação, o jornal *Commercio de São Paulo*. O manifesto do partido era mais um no rol de publicações monarquistas que se avolumavam no período:

Então os monarquistas de pena e os de espada arriscaram uma volta. Uniram-se, ativaram seus jornais e fundaram o Partido Monarquista. Eduardo Prado coordenava esforços em São Paulo. De lá saiu, em 15 de novembro de 1895, da lavra de notório tradicionalista, João Mendes de Almeida, manifesto católico e

antipositivista. Em 12 de janeiro de 1896, foi a vez de os cariocas lançarem o seu *À Nação Brasileira*, redigido por Nabuco - antimilitarista, antiamericanista, antipositivista. A novidade era o chamamento à Restauração pacífica, via persuasão de ‘todas as classes ou pessoas, sem distinção de partidos antigos e novos’. Explorando a cisão entre republicanos, os monarquistas pediam apoio da nova sociedade que execravam para voltar ao antigo regime (ALONSO, 2009, p. 145).

Valendo-se de tais propulsores na política partidária e no campo das letras (lembremo-nos que Eduardo Prado (1961) havia publicado *A Ilusão Americana* em 1893, mesmo ano em que Afonso Celso (1893) trouxera à luz *O Imperador no Exílio*, livros que geraram grande repercussão à época), os monarquistas criam o Diretório Monarquista do Rio de Janeiro.

Estava dada a partida para a organização política e propagandista dos monarquistas da capital da República. Apesar das discordâncias acerca das estratégias para alcançar a restauração monárquica, os restauradores do Rio de Janeiro e de São Paulo engajaram-se cada vez mais na causa comum. Ainda em janeiro de 1896, surgiu o ‘Centro dos Estudantes Monarquistas de São Paulo’ [...]. No dia 19, foi lançada do como órgão dessa associação o jornal *Auctoridade* [...]. Na capital, surgiram publicações expressamente restauradoras, como os jornais *Rio de Janeiro* e *O Município*, além de prosseguirem as folhas monarquistas já existentes, como *O Apóstolo*, em circulação desde 1866, e *O Império*, desde 1885 (GOMES, 2008, p. 286).

Não obstante, duros golpes foram aplicados às ideias de restauração após o reavivamento que se insinuara. Em 1896, as mais representativas das células monarquistas foram simplesmente decretadas como ilegais pela ação repressora direta do governo federal. Ademais, no bojo dos incidentes que culminaram no atentado contra o presidente Prudente de Moraes, militantes republicanos depredaram a sede de jornais e escritórios pró-monarquia. No auge da tensão, grupos de ambos os lados se enfrentaram nas ruas, ocorrendo, inclusive, o assassinato de um ativista da restauração, Gentil de Castro, ato que foi considerado pelos monarquistas “uma das nódoas mais vergonhosas do regime republicano”, capaz de “atestar que o 15 de novembro eliminou de nossa terra quaisquer noções do honesto e do justo” (CELSONO, 1897, p. 6). Finalmente, a exilada Princesa Isabel, sucessora da Coroa Imperial devido ao falecimento de D. Pedro II, poucos sinais deu aos monarquistas de que estaria disposta a empregar esforços reais para fulminar a República.

Praticamente desprovido de meios de apologética, enfrentando o poder coercitivo de um Estado que lhe era francamente hostil e fisicamente distante daqueles que restaram da Família Imperial, o movimento monarquista arrefece. É verdade que episódios como a publicação de manifestos por parte de D. Luiz, o Príncipe Perfeito, em 1909 e 1913, bem como a controvérsia em torno da demonstração pública do credo monárquico por parte de uma figura relevante como Oliveira Lima, não deixam de atestar que a causa ainda pulsava. Porém, as novas instituições lentamente se depuravam dos excessos de positivismo e de caudilhismo, obtendo apoio crescente por parte de elites cruciais para o Brasil de então, como os cafeicultores. Em suma, a República se consolidava.

Mais ruidosa foi a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, fundada em 1928 pelo pioneiro do movimento negro, Arlindo Veiga dos Santos. Os patrianovistas assim se auto-definiam:

Somos Pátria-Nova, extrema-direita radical e violenta, afirmadores de Deus e sua Igreja, afirmadores da Pátria Imperial e Católica, inimigos irreconciliáveis e intolerantes do burguesismo, plutocratismo e capitalismo materialista, ateu, gozador, explorador, internacionalista, judaízante e maçonzante; inimigos da República, dos partidos, do parlamentarismo, em suma do liberalismo religioso, político e econômico (O CLARIM DE PÁTRIA NOVA *apud* DOMINGUES, 2006, p. 523).

A retórica profundamente reversionista e antissistêmica nos impele a advertir que os patrianovistas introduziram algo que se poderia denominar de neomonarquismo reacionário. Rompendo com a tradição parlamentarista e liberal-conservadora que pautava boa parte dos grupos anteriores, os patrianovistas explicitavam a “preocupação em não serem confundidos com os monarquistas tradicionais, ou seja, os restauradores que pretendiam a volta da monarquia liberal de tipo parlamentar, a reedição do Segundo Reinado” (MALATIAN, 2006 p. 80).

## Os monarquistas e o plebiscito de 1993

Embora o patrianovismo tenha perdurado até o início dos anos 1970, seu apelo teve maior repercussão na década de 1930 (um contexto de forte presença do tradicionalismo católico no Brasil), de modo que a causa monarquista, já fragilizada desde o fim do Partido Monarquista de São Paulo e de seus braços de apoio, passa por um período de relativo ostracismo. É apenas em 1993, diante do plebiscito que definiria a forma e o sistema de governo a serem adotados no Brasil, que os

monarquistas novamente expõem suas propostas com força suficiente para atingir parte expressiva da opinião pública.

O tardio cumprimento da promessa de submeter ao julgamento da sociedade a validação definitiva da República e do presidencialismo (algo que constava como diretriz já na Constituição de 1891) deu-se também em resposta às ações dos partidários da restauração. Ainda durante a formulação da Constituição de 1988, o Chefe da Casa Imperial enviou uma carta aos constituintes a fim de reclamar o plebiscito.

A ser recusada a liberdade a que temos direito, que resultaria disso? Para os próprios republicanos, apenas desprestígio aos olhos da população mundial. Pois ficaria patente que, decorrido quase um século da proclamação da República, esta última ainda não sente arraigo popular suficiente para ser coerente consigo mesma e enfrentar sem apreensões a oposição monárquica. O que mostraria consciência de que esse espírito monárquico ainda lateja no fundo do coração de incontáveis brasileiros (BRAGANÇA, 1987, p. 15).

Porém, é o então deputado Cunha Bueno quem ventila a emenda que viabilizaria o plebiscito, criando, como grupo de pressão específico para o momento, o Movimento Parlamentarista Monárquico (MPM), de pendor claramente associado às correntes liberal-democráticas dos grupos monarquistas brasileiros. Vitoriosa a iniciativa, os monarquistas encontraram a oportunidade ímpar de veicular sua propaganda em rede nacional de rádio e televisão. O discurso alicerçou-se no seguinte tripé: a exaltação do Império que existiu no século XIX, a exposição da prosperidade que marca países modernos que adotam a monarquia e a apresentação da instabilidade política que pautou República brasileira desde o seu nascimento (TORRES, 2008).

Porém, o esforço não logrou êxito: apenas 10,25% dos eleitores optaram pela monarquia (6.790.751 pessoas). Importa ressaltar que a questão dinástica foi um elemento que contribuiu para dificultar a campanha, expondo uma ferida que constringe os defensores da restauração no Brasil.

O problema teve origem em 1908, quando D. Pedro de Alcântara, filho primogênito da Princesa Isabel, renuncia, para si e para seus descendentes, aos direitos de sucessão. Desde então, os descendentes do segundo filho de D. Isabel (hoje conhecidos como pertencentes ao Ramo de Vassouras, em oposição ao Ramo de Petrópolis, que deriva do renunciante) tornaram-se os sucessores legais do trono brasileiro. Porém, essa solução parece jamais ter sido acatada por todos, havendo grupos que reivindicavam à época do plebiscito (como reivindicam até hoje) a devolução das prerrogativas de sucessão àquele ramo dos Bragança que

originalmente detinha os direitos dinásticos. Atualmente, enquanto o Ramo de Vassouras flerta com uma cosmovisão mais próxima do conservadorismo católico, o Ramo de Petrópolis tende a aderir às tendências mais liberais.

As fraturas gestionadas no início do século XX inegavelmente prejudicaram o movimento e sua campanha. As cartas do jogo foram distribuídas pelos liberais, o que fica bastante evidente no fato de que D. Luiz sequer apareceu nos programas eleitorais dos monarquistas, preterido que foi por figuras do Ramo de Petrópolis apoiadas por Cunha Bueno. A propaganda republicana, por seu turno, ironizou essa ausência, perguntando em um de seus programas: cadê o rei? Diante da celeuma, Cunha Bueno, demonstrando o liberalismo do grupo que capitaneava, chegou mesmo a formalizar nos documentos do MPM que caberia à Câmara dos Deputados a escolha do novo Imperador caso a República fosse derrotada no plebiscito.

## A Casa Imperial e os movimentos monarquistas na atualidade

Para além de tais discussões, a Casa Imperial brasileira está constituída e materializa-se em seu chefe, D. Luiz de Orleans e Bragança. D. Luiz, no entanto, seja pela personalidade introspectiva, seja pelas limitações físicas que enfrenta, cede para seu irmão, D. Bertrand, o protagonismo nas aparições públicas. De fato, D. Bertrand concede não raras entrevistas às mídias, pronuncia palestras em todo o Brasil, mantém um *blog* na *internet* e participa ativamente do movimento Paz no Campo (o qual, como grupo de pressão/*lobby*, defende a propriedade rural e combate o ambientalismo e grupos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST).

Como reflexo deste ativismo D. Bertrand, muitas vezes se fez presente em manifestações de massa ocorridas no Brasil desde 2013. O príncipe foi às ruas, por exemplo, nas grandes mobilizações de abril de 2016. Em uma oportunidade, chegou a discursar em um carro de som em plena Avenida Paulista, na capital de São Paulo.

**Figura 1: D. Bertrand e monarquistas em manifestões públicas (abril de 2016)**



Fonte: <http://jornalggn.com.br/noticia/de-olho-no-trono-dom-bertrand-vai-as-ruas>

Houve repercussão em torno da presença de membros da Família Imperial e de símbolos do Império nas manifestações. Para além das inúmeras matérias em jornais/sites e de *posts* em redes sociais, D. Bertrand foi convidado a ofertar uma entrevista de mais de uma hora para o programa televisivo Mariana Godoy Entrevista, da Rede TV. Ao considerar que a aceitação da ideia monárquica é cada vez maior no Brasil atual, o príncipe afirmou:

Em todas essas manifestações que houve recentemente no Brasil, de norte a sul do Brasil, vieram pessoas com a bandeira da monarquia. E as bandeiras foram aceitas com a maior naturalidade e vistas com muita simpatia. Se aparecesse uma bandeira vermelha do PT seria enxotada (BRAGANÇA, 2016b, n.p.).

A fim de aproveitar o momento, o Pró-Monarquia, grupo diretamente ligado à Família Imperial, convoca os ativistas à participação em manifestações públicas, como se pode atestar por meio do cartaz abaixo:

Figura 2: Panfleto de mobilização do grupo Pró-Monarquia



Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/conexao-brasilia/2015/08/page/3/>

Há registros também de ações monarquistas em outros ambientes, como ocorreu na Universidade de Brasília (UNB) em junho de 2016. A exposição de uma bandeira Imperial e a vocalização de palavras de ordem no *Campus* desencadearam agressões físicas por parte estudantes de esquerda. O movimento Causa Imperial reflete sobre o incidente:

Que esses sicários de Cuba, e, portanto, traidores da Pátria, entendam que qualquer tentativa de ataque a Família Imperial, monarquistas e aos símbolos nacionais será respondida à altura. Qualquer tipo de retaliação a monarquistas por se manifestarem de forma pacífica e pública, poderá gerar o maior movimento de solidariedade monarquista alguma vez vista em solo nacional desde 1889 (CAUSA IMPERIAL, 2016b, n.p.).

Porém, episódios mais cruentos envolvendo os monarquistas são, *a priori*, raros<sup>3</sup>. Além da presença nas ruas em manifestações, o principal instrumento de propaganda dos movimentos atuais é a *internet*. Conforme assegura nosso entrevistado: “Como os grupos não dispõem de recursos financeiros, a principal forma de divulgação utilizada é a *internet*. Envio de *e-mails*, *Facebook*, entre outras ferramentas. Meu grupo de amigos também paga a confecção de panfletos para distribuímos” (MÜLLER, 2016). Vale acrescentar que Figueiró afirma ter

<sup>3</sup> Contudo, há mais casos: nas celebrações do 01 de maio de 2017, por exemplo, um monarquista entrou em confronto físico com militantes de esquerda nas ruas da capital do Rio de Janeiro, o que gerou manchetes em vários veículos de comunicação.



encontrado na WEB, “50 páginas que possuem relação com o retorno da monarquia ao Brasil” (FIGUEIRÓ, 2015, p. 7).

Uma vez que a análise deste vasto material demandaria um estudo de maior fôlego, o presente artigo restringe-se ao exame de parte dos argumentos de alguns dos movimentos atualmente existentes. Convém ressaltar que os chefes da atual Casa Imperial Brasileira possuem laços estreitos com vertentes acentuadamente conservadoras do catolicismo (D. Luiz e D. Bertrand pertenceram à Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP), restando claro que muitos grupos tendem a evitar contrapor-se ostensivamente às correntes reversionistas do monarquismo brasileiro. Assim, o exame deter-se-á nos três elementos que protagonizam o discurso destes monarquistas e da Casa Imperial Brasileira (além, obviamente, da restauração em moldes parlamentaristas): a oposição às esquerdas – cristalizada em uma visão política de cariz conservador –, a denúncia da instabilidade gerada pela República e as referências aos valores cristãos.

Como ilustração, esta tríade dá a tônica de um comunicado publicado pela Casa Imperial Brasileira em março de 2015. Avaliando que o País atravessa uma grave crise política, econômica e, sobretudo, moral, o documento salienta que

A esquerda, em seu afã de consolidar um projeto de poder cada vez mais coletivista e autoritário, incrustou-se em todos os escaninhos do Estado e o aparelhou de modo implacável, sugando-lhe as energias e fazendo eclodir um dos maiores escândalos de corrupção de todos os tempos. [...] E, cada vez mais, um sentimento de inconformidade e de apreensão foi-se disseminando nas camadas mais profundas da população. A esquerda perdeu a batalha da popularidade. Agora anunciam-se, por todo o Brasil, manifestações que, dentro do quadro de liberdades de um regime democrático, pretendem legitimamente externar esse imenso descontentamento. É natural que entre esses brasileiros estejam muitos monarquistas, que veem na presente crise um dos sintomas da inautenticidade do regime republicano, o qual, em pouco mais de um século de existência, trouxe à nossa vida pública turbulências e incertezas sem fim. Temos por certo que Nossa Senhora Aparecida, a quem Dom Pedro I consagrou, como Padroeira, nosso País, há de socorrê-lo em mais esta hora de incertezas e o fará retornar às vias históricas das quais jamais se deveria ter distanciado (CASA IMPERIAL BRASILEIRA, 2015, n.p.).

Essa linha argumentativa parece ser chancelada por membros de movimentos monarquistas atuais. De acordo com o militante entrevistado pelo autor, a crise política do tempo presente permitiria a visualização dos fracassos da República e das benesses da monarquia: “Nesse momento turbulento que atravessamos é que

mais precisaríamos deste modelo político que foi motivo de orgulho no passado. A Monarquia Constitucional Parlamentarista traria estabilidade política ao país” (MÜLLER, 2016). Já o Causa Imperial assim se posiciona:

O coração de cada brasileiro bate mais forte por justiça e moralidade em todas as esferas. O momento pede a participação de cada monarquista visando apresentar à Sociedade Brasileira propostas conjuntas com a oposição de modelos administrativos, econômicos, sociais e políticos que colocarão o Brasil nos trilhos novamente e enterrarão de vez a vontade das esquerdas de tornar o Brasil um ‘Socialismo’. Nós monarquistas estamos alinhados com o desejo honroso e patriótico de cada brasileiro que almeja um país melhor e mais próspero para todas as famílias e sem a presença ideológica da esquerda (CAUSA IMPERIAL, 2016<sup>a</sup>, n.p.).

Em referência ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à esquerda em geral, D. Bertrand, em discurso na Avenida Paulista, criticou aqueles que “têm como intenção implantar na nossa pátria o que fracassou do outro lado da cortina de ferro”, reproduzindo, como complemento, um dos brados amplamente ecoado pelos manifestantes: “nossa bandeira jamais será vermelha” (BRAGANÇA, 2016a). Por sua vez, o Instituto Brasil Imperial reproduz em seu *site* a opinião de um de seus membros:

O PT, braço do movimento socialista internacional, não vai sossegar enquanto não acabar com o pluralismo de ideias. A cada dia que passa vemos sinais de que isso está em marcha. [...]. É preciso ter muito cuidado quando pensamos também nos partidos que dizem fazer oposição. Muitos deles também têm a raiz socialista e compactuam em maior ou menor grau do ideário do PT. O PSDB é inspirado no fabianismo, aquele que promete implantar um socialismo sem revolução. Então fica difícil encontrar algo que seja diferente entre os dois partidos, além da briga por cargos e benesses dos cofres públicos (CRUZ, 2011, n.p.).

Se o PT e as esquerdas são vistos como agentes do socialismo e obrariam contra o Brasil (elemento também recorrente no discurso de outros movimentos conservadores atuais), a monarquia traria de volta a estabilidade e o respeito às tradições brasileiras. Afirma D. Bertrand: “a monarquia garante unidade, estabilidade e continuidade. O Brasil está com saudade de um regime que faça à nação o que uma nação deve ser: uma grande família com um destino comum a realizar” (BRAGANÇA, 2016b). Como antídoto ao alegado sectarismo partidário da República, o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (IBEM) pondera que

O monarca recebe hereditariamente o encargo de defender os interesses do bem comum, e, uma vez que haja parlamento e expressão popular por meio das eleições parlamentares, o monarca significa o ponto de equilíbrio, o qual, em sua função de coordenar e combinar as forças, garante o pleno exercício da democracia. [...] A República Presidencialista é como um jogo de futebol sem juiz. É o que acontece agora no Brasil: ninguém se entende. [...] A Monarquia Parlamentar é como um jogo de futebol onde o juiz é imparcial. Ele garante o respeito às regras. O jogo acaba bem. Vence o interesse do povo (IBEM, 2011, n.p.).

Ainda exaltando a estabilidade e a capacidade de corporificar os interesses nacionais que caracterizariam a monarquia, o Instituto Brasil Imperial sugere que “o Monarca, sendo vitalício, pode inspirar e conduzir um projeto nacional, com obras de longo alcance e longo prazo”, já que “o Monarca é o símbolo vivo da nação, personifica sua tradição histórica e lhe dá unidade e continuidade” (INSTITUTO BRASIL IMPERIAL, 2010, n.p.). Os argumentos do movimento Causa Imperial são praticamente idênticos: “Um dirigente monárquico [...] é independente, e voltado imparcialmente a todos os cidadãos”, daí decorrendo que “a Coroa proporciona à vida política a estabilidade, sem a qual não se pode resolver grandes problemas” (CAUSA IMPERIAL, 2011, n.p.). Por fim, questionado acerca dos posicionamentos político-ideológicos dos atuais herdeiros do trono, o militante monarquista entrevistado por este pesquisador garante que “discussões a respeito destes temas são próprias de políticos, não do Chefe de Estado”, o qual deve ser “imparcial, acima das paixões políticas. [...] Sua missão constitucional é representar o país no plano internacional, chefiar as Forças Armadas e zelar pelo cumprimento da Constituição” (MÜLLER, 2016).

Entretanto, a valorização do legado cristão (e católico) deixado pela experiência monárquica ao Brasil consoma a agenda discursiva de muitos monarquistas. Imbuído desta premissa, D. Bertrand argumenta que “Quando os brasileiros bradam ‘quero o meu Brasil de volta’, bradam ‘eu quero o Brasil do Cristo Redentor e de Nossa Senhora Aparecida’” (BRAGANÇA, 2016a, n.p.). Já o Instituto D. Isabel I (IDII, 2014), ligado ao Instituto Brasil Imperial, declara que seus membros

[...] partilham um sentimento religioso onde predomina o elemento cristão. O cristianismo, através da catequese da Igreja Católica, e depois do século XIX, através das missões protestantes, foi o principal sistema filosófico-religioso da História do Brasil. As três máximas virtudes teológicas (Fé, Esperança e Caridade) pregadas pelos clérigos e pelas organizações religiosas de leigos — mormente as irmandades, confrarias etc. —, guiaram os comportamentos e iluminaram os caminhos de milhões e milhões de brasileiros no passado. Não é errado enxergar,

portanto, que o IDII se alimenta desse legado na busca de propostas para o Brasil de hoje (IDII, 2014, n.p.).

Logo, além de reivindicar a canonização de D. Isabel, o grupo considera que há um legado cristão a ser resgatado no Brasil, ficando implícito que apenas a restauração da monarquia poderia levar essa tarefa a termo. Mais extremado, o movimento Causa Imperial considera que há uma justificativa maior para a legitimidade da monarquia:

Sua mais fundamental justificação baseia-se no fato de que o dirigente hereditário deve sua posição não a um ou outro grupo social, mas somente à vontade de Deus. Tal é o verdadeiro significado da frequentemente mal compreendida expressão ‘pela graça de Deus’, que sempre significa um dever e uma missão (CAUSA IMPERIAL, 2011, n.p.).

No entanto, o ressuscitar de balizas que, grosso modo, orientaram a Teoria do Direito Divino dos Reis tende a ser uma pretensão menos generalizada entre os movimentos monarquistas brasileiros de hoje. Ainda que não deixem de valorizar os princípios cristãos, o reversionismo do patrianovismo e da TFP encontra anteparos mesmo entre os movimentos mais ou menos alinhados com a Casa Imperial. Em seu estatuto, o *Círculo Monárquico Brasileiro*, por exemplo, define-se como laico e moderado: “Somos um movimento político, mas suprapartidário; tradicional, mas laico; [...] moderado, mas não imparcial; [...] concordando com o senso comum, mas sem radicalismos” (CMB, 2014, n.p.). A pluralidade no seio dos movimentos não se restringe a esse aspecto, o que não é visto como negativo pelo nosso entrevistado:

Existem grupos autônomos: o *Pró-Monarquia*, ligado diretamente à Casa Imperial Brasileira, o *Instituto Brasil Imperial - IBI* - os diversos *Círculos Monárquicos* municipais, como *CM* do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, entre outros, e o *Círculo Monárquico Brasileiro*, do qual sou integrante. O ponto em comum entre todos esses grupos é a restauração da Monarquia Constitucional Parlamentarista. Cada grupo ou cada monarquista pode ter visões políticas distintas, porém isso é irrelevante frente ao objetivo maior que os une. E, ademais, não esperaria - ou muito menos exigiria - que todas essas pessoas pensassem exatamente igual em tudo, isso seria fascismo, comunismo (MÜLLER, 2016).

As evidências sugerem que a efetivação de encontros monarquistas é uma das formas encontradas para arrefecer eventuais disparidades, congregando os

movimentos em torno daquilo que os une: a restauração. No portal da Casa Imperial na *internet*, por exemplo, anunciava-se o XXVI Encontro Monárquico (ocorrido em junho de 2016), com celebração do aniversário de D. Luiz, missas e almoços festivos (PRÓ-MONARQUIA, 2016). Ademais, várias palestras compunham o evento: Uma visão transcendente da Monarquia, Brasilidade e Monarquia face à corrupção das instituições, Monarquia e Bem Comum e A Monarquia na moderna realidade política brasileira.

É visível que a crise política instalada em 2016 foi amplamente explorada no citado evento, cabendo destacar que a presença de um deputado federal (Paulo Martins - PSDB/PR) como palestrante sugere que os monarquistas são capazes de conquistar canais de ligação com atores do *staff* político.

## Considerações Finais

Os longos anos da República em vigor certamente contribuíram para debilitar os pendores monárquicos existentes na mentalidade popular e no seio de elites específicas. As instituições imperiais (como o Conselho de Estado e o Poder Moderador) pouco sentido contém para o atual *mainstream* político brasileiro, e a própria Família Imperial deixou ser protagonista no imaginário da sociedade como um todo. Vendo o Império virtualmente confinado à distante realidade dos livros de história, poder-se-ia inferir que o brasileiro médio teria passado a pensar em D. Pedro II como o último dos Bragança. Para além das ações mais incisivas que ocorreram logo após 1889, a monarquia, portanto, apenas marginalmente apresentou-se como uma alternativa política real para o país desde os primeiros anos do século XX.

No entanto, a receptividade social aparentemente modesta não impediu que os monarquistas permanecessem ativos, assertiva que vale tanto para a Casa Imperial Brasileira quanto para os grupos dedicados à restauração. Contando com os meios disponíveis, os monarquistas de hoje investem na mística de estabilidade do antigo Império como bandeira de apologética para uma sociedade que convive com uma República açoitada por crises sistêmicas e por elites políticas por vezes consideradas incapazes de sustentar a legitimidade da representação popular, maculadas que estão em decorrência do seu crônico envolvimento com sucessivos escândalos de rapinagem ao erário público.

Nesse sentido, se as tentativas de restauração vislumbradas nos anos imediatamente posteriores aos eventos de 1889 não encontraram paralelo em décadas mais recentes, é igualmente verdadeiro que a conjuntura atual da vida política brasileira não deixa de facilitar a irradiação de alternativas antissistêmicas. No bojo de um fortalecimento de grupos conservadores em sentido mais amplo, a causa monárquica

(que, a julgar pelo seu discurso, sem dúvida se insere na família dos conservadorismos) pode vir a obter maior adesão, ainda que a realidade sugira que sua força seja insuficiente para aniquilar a República no médio prazo.

Não obstante, a Casa Imperial Brasileira está atuante, e a aparição de seus membros nas manifestações de massa ocorridas a partir de 2013 assegura que os Bragança percebem que o momento pode lhes ser propício. Obscurecidos há décadas, os descendentes de Pedro II são agora alvo de reportagens na mídia, promovem encontros monarquistas, apoiam movimentos, redigem comunicados oficiais acerca de temas de grande repercussão nacional, mantêm *sites* na *internet*, palestram em eventos. A Casa Imperial, enfim, objetiva apresentar-se à sociedade como a encarnação de uma solução política incomum e pouco divulgada, mas tida como apta para guiar o Brasil em direção a rumos mais promissores. Como ferramentas discursivas, os sucessores do trono denunciam as crises moral e política, combatem as esquerdas, defendem os valores católicos, exaltam a estabilidade que decorreria de uma monarquia que supostamente melhor se adequaria às tradições brasileiras.

Não é diferente o receituário dos movimentos monarquistas aqui examinados. Buscando inspiração nas ideias daqueles que pretendem entronizar como novos chefes de Estado, grupos como o Círculo Monárquico Brasileiro, o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, o Instituto Brasil Imperial, o Causa Imperial e o Pró-Monarquia agem sobretudo por meio da *internet* e da aderência a manifestações de rua que os extrapolam. Tendo examinado parte do conteúdo da propaganda de tais movimentos, o presente artigo julga ter demonstrado que há uma constante tentativa de deslegitimar a República. Como antídoto, aventa-se o restabelecimento do Imperador (figura permanente de referência que supostamente atuaria à margem dos interesses partidários de ocasião) e do parlamentarismo.

Importa destacar que os movimentos monarquistas avaliados – em sintonia com os líderes da Casa Imperial – não se esquivam de publicizar um discurso ideológico anticomunista e antipetista, simpático às tradições cristãs presentes no Brasil do passado. Excetuando-se, portanto, a pretensão restauracionista e a proposta de nova configuração para o Estado brasileiro, os argumentos dos monarquistas de hoje assemelham-se às linhas gerais de um discurso conservador mais vasto que ganha novo fôlego atualmente no país (pode-se citar como exemplos o ativismo da chamada bancada evangélica, além de grupos e formadores de opinião liberal-conservadores que ganham espaços na opinião pública).

Por outro lado, a presença dos valores católicos revela que a velha dualidade entre monarquistas liberais e reversionistas perdura. O pertencimento dos dois líderes da Casa Imperial à TFP pode contribuir para aproximar os monarquistas das fileiras antiliberais, mas o repúdio de outros grupos diante dessa postura garante a

permanência da cisão em algum nível. Como forma de superar o impasse, parece ser bastante assentada a tendência de potencializar os elementos discursivos capazes de unir: as atribuições da República, os resultados políticos e sociais conquistados pelo Império, o espaço facultado pela atual crise política.

Bernardo Ricúpero, em *O conservadorismo difícil* (2010), refere que os conservadores brasileiros teriam dificuldade para exaltar a tradição (elemento básico para embasar qualquer lógica conservadora) por supostamente não haver um passado glorioso a ser destacado na história nacional. Por isso, o conservadorismo no Brasil seria difícil. Contudo, é plausível argumentar que semelhante problema não existe para os monarquistas. Para eles, há um passado a ser exaltado, um passado visto como melhor do que o presente, e que, em virtude disso, precisaria ser reintroduzido: o Império que vigorou entre 1822 e 1889. A positivação do passado é bem sintetizada pelo militante entrevistado pelo autor:

Sim, ela [a monarquia] representa o passado. E isso é maravilhoso! É fundamental termos raízes, tradições, honrarmos e nos orgulharmos de nossa História. E ao mesmo tempo olharmos para o futuro! Avançarmos com passos seguros (MÜLLER, 2016).

O conservadorismo coroado do Brasil contemporâneo, assim, se configura como um conservadorismo que não é tão difícil de sustentar-se, ao menos nos planos ideológico, axiológico e de narrativa histórica.

### **CROWNED CONSERVATISM: MONARCHIST MOVEMENTS IN CONTEMPORARY BRAZIL**

**ABSTRACT:** *Using a lay out of ‘restorationists’ groups that were active in the end of the nineteenth century and beginning of the twentieth century as a basis, the following paper seeks to evaluate the attitudes of the current Brazilian Imperial House and of political groups that supports it in present times. In order to do this, it utilizes online material available on monarchist websites as well as an interview with a monarchist militant. The paper suggests that monarchists are trying to take advantage of the political crisis taking place in the second decade of the twenty-first century in Brazil, joining forces with broader conservative movements that are now gaining strength among Brazilian society. In addition to the restoration and a denunciation of a supposedly inherent instability in the Republic, current monarchists focus their discourse on the opposition of left-wing groups and an emphasis on Christian principles.*

**KEYWORDS:** *Monarchists Movements. Brazilian Imperial House. Conservatism.*

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a um parecerista (para mim anônimo), que ao revisar este artigo às cegas antes da publicação, ofertou-me valiosas contribuições. Procurei incorporá-las ao texto no limite das minhas possibilidades.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos Estudos**, São Paulo, n.85, p.131-148, nov. 2009.

BRAGANÇA, Bertrand de Orleans e. Programa Mariana Godoy Entrevista [mai. 2016]. Entrevistadora: Mariana Godoy. **Rede TV**, São Paulo, 27 mai. 2016a. Disponível em: <<http://www.redeTV.uol.com.br/jornalismo/marianagodoyentrevista/videos>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Família imperial quer usar clima de divisão para restaurar monarquia. [abr. 2016]. Entrevistador: Rodrigo Vizeu. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2016b. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1764271-familia-imperial-quer-usar-clima-de-divisao-para-restaurar-monarquia.shtml>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

BRAGANÇA, Luiz de Orleans e. **Carta aos Constituintes**. São Paulo, 07 set. 1987. Disponível em: <<http://www.brasilimperial.org.br/luiz1.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CASA IMPERIAL BRASILEIRA. Comunicado. **Casa Imperial Brasileira**, 13 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

CAUSA IMPERIAL. Brasil – Grave crise política, econômica e, sobretudo, moral. **Causa Imperial**, 31 jan. 2016a. Disponível em: <<http://causaimperial.com.br/brasil-grave-crise-politica-economica-e-sobretudo-moral/>>. Acesso em: 03 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Nota da Causa Imperial sobre o fato ocorrido na UNB. **Causa Imperial**, 08 jun. 2016b. Disponível em: <<http://causaimperial.com.br/nota-da-causa-imperial-sobre-o-fato-ocorrido-na-unb/>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Monarquia X República. **Causa Imperial**, 15 jan. 2011. Disponível em: <<http://causaimperial.com.br/monarquia-x-republica/>>. Acesso em: 06 set. 2016.

CELSO, Afonso. **Assassinato do Coronel Gentil José de Castro: subsídios para a história do regime republicano no Brasil**. Paris: [s. n.], 1897.



- \_\_\_\_\_. **O Imperador no Exílio**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1893.
- CMB – CÍRCULO MONÁRQUICO BRASILEIRO. Quem somos. **Círculo Monárquico Brasileiro**, 2014. Disponível em: <[http://www.circulomonarquico.com.br/quem\\_somo-s\\_2.php](http://www.circulomonarquico.com.br/quem_somo-s_2.php)>. Acesso em: 13 jul. 2016.
- CRUZ, Antonyo. Um País sem partido e sem ideias divergentes. In: **Instituto Brasil Imperial**, 20 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.brasilimperial.org.br/layout-t/layout2.php?cdConteudo=114&codigo=15>>. Acesso: 02 jul. 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 517-536, 2006.
- FIGUEIRÓ, William. Monarquistas no tempo presente. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.
- GOMES, Amanda. Monarquistas, restauradores e jacobinos: ativismo político. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 42, v. 21, p. 284-302, 2008.
- INSTITUTO BRASIL IMPERIAL. Monarquia X República. **Instituto Brasil Imperial**, 09 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.brasilimperial.org.br/layout/layout2.php?cdConteudo=3&codigo=9>>. Acesso em: 11 jul. 2016.
- IBEM – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS MONÁRQUICOS. Tudo o que você sempre quis saber sobre a Monarquia e ninguém lhe contou. **Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos**, 2011. Disponível em: <[https://ibem.org/index-.php?secao=sobre\\_monarquia](https://ibem.org/index-.php?secao=sobre_monarquia)>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- IDII – INSTITUTO D. ISABEL I. **Instituto D. Isabel I**, 2014. Disponível em: <[http://www.idisabel.org.br/portugues/instituto\\_idii.html](http://www.idisabel.org.br/portugues/instituto_idii.html)>. Acesso: 10 out. 2016.
- MALATIAN, Teresa. O tradicionalismo monarquista (1928-1945). **Revista Brasileira de História das Religiões**. Curitiba, ano VI, n. 16, p. 75-96, 2006.
- MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- MÜLLER, Rodrigo. Entrevista sobre os movimentos monarquistas no Brasil. [jul. 2016]. Entrevistador: Marcos Quadros. **Arquivo pessoal do autor**, 24 jun. 2016.
- PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. [1893]. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- PRÓ-MONARQUIA. XXVI Encontro Monárquico. **Pró-Monarquia**, 2016. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/>>. Acesso em: 11 out. 2016.

RICÚPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, Gabriela; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec-FAPESP, 2010, p. 76-94.

SANTOS JR., João. Entre barcos e telegramas: a crise do asilo diplomático depois do fim da revolta da armada (1894). **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 13, p. 134-157, 2014.

TORRES, Geovani. A odisseia monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. **Veredas da História**, Lavras, v. 1, n. 1, 2008.

VENEU, Marcos. **Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro (1889-1895)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

Recebido em 03/12/2016.

Aprovado em 10/06/2017.

## **EXPRESSÕES DO NOVO INTERVENCIONISMO: UMA ANÁLISE DO GRUPO CONSERVADOR “ORDEM DOURADA DO BRASIL”**

*Fabio LANZA\**

*José Wilson Assis NEVES JÚNIOR\*\**

**RESUMO:** O artigo apresentado tem como premissa compreender o pensamento conservador cristão contemporâneo sob o viés intervencionista nacional, tendo como recorte de amostragem o grupo Ordem Dourada do Brasil, o mais expressivo da atualidade política brasileira. Para tanto foi empreendida a metodologia da análise documental a partir das fontes oficiais, intencionalmente selecionadas, disponibilizadas pelo grupo intervencionista em suas páginas virtuais, com destaque para a rede social *Facebook* e seu site oficial. O trabalho se divide em três partes, sendo que a primeira buscou contextualizar a nova ascensão do intervencionismo dentro de uma atual conjuntura política de propensões desdemocratizantes, a segunda empenhou-se em desenvolver uma análise sócio-histórica da construção do estilo de pensamento cristão conservador intervencionista na sociedade civil brasileira e a terceira preocupou-se em debater a forma como as heranças de um tradicionalismo anticomunista católico culmina em expressões anacrônicas e contraditórias na sua configuração do pensamento intervencionista contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política contemporânea. Religião e pensamento político brasileiro. Conservadorismo e nova direita. Anticomunismo.

---

\* UEL – Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Londrina – PR – Brasil. 86051-990 - lanza1975@gmail.com.

\*\* UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Marília – SP – Brasil. 17525-900 - nevesjr1991@gmail.com.

## O intervencionismo na conjuntura contemporânea de retrocessos democráticos

No cenário mundial contemporâneo destaca-se a problemática da existência de uma onda desdemocratizante internacional, conforme apresentado no último relatório elaborado pela Bertelsmann Foundation (2016), intitulado *Global Index Sees Tough Times for Democratic Change*, o qual explicita os níveis de democracia em 129 países analisados, dos quais 53 evidenciam retrocessos democráticos decorrentes da ampliação da influência religiosa na arena política.

No que se refere ao caso brasileiro, o relatório da Bertelsmann Foundation (2016) apresenta especial preocupação com a gradual ascensão de representantes religiosos católicos, evangélicos e pentecostais no Poder Legislativo, os quais vêm demonstrando alta capacidade de interferir na agenda política de maneira a condicionar decisões políticas de acordo com dogmas religiosos – principalmente no que tange às questões de gênero, direitos homoafetivos e planejamento familiar.

Em meio a esse contexto, no início da década de 2010, percebeu-se no Brasil o fortalecimento de novas formas de ativismo político, dentre elas o *cyberativismo*. Consequentemente, a partir do ano de 2014, ocorreu uma ampliação dos movimentos sociais brasileiros no *cyberespaço* associada com maior articulação/disseminação dos seus ideais e adesão popular. Destacou-se como espaço de protagonismo mobilizador a rede social *Facebook*.

Conforme apresentam Machado e Moretto (2015) o *Facebook*, assim como outras redes sociais, foi apropriado pelo segundo governo de George W. Bush (EUA, 2006-2009) como mercadoria política, potencialmente promotora de conexões político-sociais, que ultrapassem limites geográficos, passando a ser utilizada como espaço virtual para uma diplomacia que prevenisse, e combatesse, a ascensão de formações sociais voltadas a correntes extremistas. Contudo, tais autores não deixam de salientar o potencial mobilizador dessas mídias em diversos contextos políticos globais, dentre eles o Brasil, destacando “o papel das redes sociais no enfrentamento de formas opressivas ou elitistas de decisão política, sendo especialmente importante em países em desenvolvimento, onde as desigualdades sociais são maiores” (MACHADO; MORETTO, 2015, p.126).

Ressalta-se, desta forma, conforme apresentam Nicolás, Bragatto e Sampaio (2013), que há uma tendência histórica de se analisar o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação a partir de uma perspectiva que foca a compreensão das consequências e potencialidades que o mesmo oferece para o sistema político democrático, destacando a inserção de novas tecnologias comunicativas na sociedade civil.

Pode-se argumentar que isso culminaria na promoção e no revigoramento da democracia, assim como na possível ruptura deste sistema político. Salienta-se que o ambiente proporcionado pelas redes sociais é tomado enquanto esfera pública virtual (MARQUES, 2006), dando continuidade à perspectiva habermasiana de que esses novos espaços sociais possibilitam uma “arena viva e dinâmica na qual permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica da nação tem lugar” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 714), destacando a funcionalidade democrática atribuída a esses lugares, no que tange ao favorecimento da ampliação do estabelecimento de debates plurais e articulações político-sociais, que ultrapassam limites geográficos – não deixando de considerar que esses espaços públicos virtuais podem atuar tanto no fortalecimento de formações sociais democratizantes quanto desdemocratizantes.

Entre os grupos sociais que passaram a se mobilizar no Brasil, alguns reivindicavam, e ainda reivindicam, uma nova intervenção militar<sup>1</sup>, como forma de combater as supostas ameaças comunistas consolidadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016). Percebeu-se que mesmo com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2010-2016), ocorrido em agosto de 2016, os grupos intervencionistas mantiveram seu ativismo político-social, chegando inclusive a invadir, de forma violenta, o plenário da Câmara dos Deputados Federais em novembro de 2016.

A presente pesquisa teve como proposição empreender uma análise exploratória sobre um desses grupos intervencionistas que se articulam no cenário político contemporâneo, para tanto utilizou-se como método de seleção: 1º) a capacidade de difusão de ideias; 2º) a amplitude quantitativa relativa a adesão popular, destacando-se assim o grupo **Ordem Dourada do Brasil** – que possui sua sede oficial na cidade de Porto Alegre -RS<sup>2</sup> e que tendo em vista sua situação de recente emergência, destaca-se pela inexistência de produções acadêmicas, inclusive no campo da Sociologia, que se proponham a analisá-lo.

Primeiramente, portanto, explicita-se que a Ordem Dourada do Brasil, conta com diferentes mecanismos de difusões de ideias, tais como: o site oficial do grupo<sup>3</sup>; a página na rede social *Facebook*<sup>4</sup>; um canal no *YouTube*<sup>5</sup>, com uma ampla gama

---

<sup>1</sup> Os grupos intervencionistas referem-se ao Golpe Militar de 1964 que destituiu inconstitucionalmente o presidente João Goulart (1961-1964), em nome de suposta ameaça comunista decorrente de seu governo.

<sup>2</sup> Com a pesquisa identificou-se que o grupo Ordem Dourada do Brasil estabeleceu inicialmente sua sede principal na cidade de São Paulo -SP (2014-2016), passando a oficializar a filial de Porto Alegre -RS como sede Nacional no final de 2016.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/>>. Acesso em 8 ago. 2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/ordemdouradodobrasil/?fref=ts>>. Acesso em 12 ago. 2016.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCCd5PjveE-T8lV9ifySdcOQ/feed>>. Acesso em 10 ago. 2016.

de vídeos provenientes de diferentes setores sociais (militares, juristas, jornalistas, políticos, acadêmicos, entre outros); além de se apresentar como filiada à diferentes Organizações Não Governamentais (ONG's) de formação gnóstica, espalhadas pelo Brasil.

O segundo ponto relevante para a análise da atual configuração política do grupo intervencionista Ordem Dourada do Brasil, reside na sua capacidade de angariar apoio popular, destacando-se visivelmente em relação aos demais grupos intervencionistas contemporâneos. Para tanto, tem-se vista não só o fato de que no período que compreende os meses de maio de 2016 e fevereiro de 2017 a página da rede social *Facebook* da Ordem Dourada do Brasil apresentou um crescimento de aproximadamente sessenta e dois por cento (62%), passando de setenta e dois mil e seiscentos (72.600) para cento e dezessete mil e trezentos (117.300) seguidores, como também a pouca expressividade de seguidores relativos as demais páginas intervencionistas hospedadas pela rede social – o segundo grupo intervencionista com maior número de seguidores é o Intervenção Militar Já<sup>6</sup>, que conta com sessenta e três mil e quatrocentos seguidores (63.400).

Conforme apresenta Mariano (2011), é perceptível nas últimas décadas um fortalecimento, em nível global, de grupos de ativismo político, de cunho religioso, que apresentam propostas de retrocesso democrático – tais como a República Islâmica do Irã (1979) e os movimentos evangélicos fundamentalistas, como a Direita Cristã norte-americana. Nota-se, portanto, a existência de um embate que é característica inerente de Estados democráticos, o qual se consolida na constante disputa entre forças democratizantes e desdemocratizantes, tendo em vista que, como apresenta Charles Tilly (2013), a democracia deve ser tomada como um regime político precário e reversível. Desta forma, a análise histórica das diferentes construções de Estados democráticos na sociedade ocidental, permite refutar

Qualquer noção de democratização como um processo gradual, deliberado e irreversível, ou como um útil conjunto de invenções políticas que um povo simplesmente adota quando está pronto para isso. Pelo contrário, sua história demonstra a importância crucial das lutas e dos confrontos tanto pela democracia quanto por seus reversos (TILLY, 2013, p. 47).

Nessa perspectiva, faz-se necessário retomar as contribuições de Mannheim (1981) a respeito da inexorável realidade característica de um sistema democrático, que por seus próprios princípios básicos disponibiliza as ferramentas que um dia poderão proporcionar seu fim. Assim, o autor analisa a forma como as democracias tendem a se consolidar enquanto regimes políticos que configuram um campo de

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/intervencao militarFFAA/?fref=ts>>. Acesso em 4 jan. 2017.

constante embate entre grupos progressistas e conservadores – esta inerente luta político-ideológica resulta comumente em progressos e retrocessos relativos ao nível de democracia em uma determinada sociedade.

O conservadorismo é aqui entendido a partir das contribuições de Mannheim (1981), Wanderley (2003) e Johnson (1997), segundo os quais o pensamento será considerado conservador quando atender aos seguintes requisitos: 1) presença de elementos discursivos fundamentados na manutenção e continuidade do *status quo*; 2) proposição de restauração de uma ordem social coesa que combata ativamente formações político-ideológicas que divergem de sua visão de mundo; 3) estabelecimento de um embate reflexivo contra instituições, grupos, movimentos, ou perspectivas que expressem conteúdo progressista; 4) atribuição a uma elite social do papel diretivo da sociedade e da política. Quanto ao tradicionalismo, será compreendido, a partir de Mannheim (1981), como componente do tipo de pensamento político que exprime: 1) defesa de uma normatividade social passada; 2) presença de embasamentos da moralidade religiosa; 3) utilização de princípios de reflexão político-social anacrônicos ao momento em que se encontram inseridos.

Neste ponto é necessário considerarmos que qualquer um dos movimentos intervencionistas que se pretenda analisar estará obrigatoriamente embasado na segunda característica do conservadorismo e no primeiro elemento básico do tradicionalismo, ao passo em que aclamam pelo retorno do governo ditatorial militar como forma de restauração da ordem passada que supostamente garantiu a coesão e a boa convivência social, combatendo as potenciais ameaças político-ideológicas subversivas à esta ordem.

Importante se faz ressaltar que, segundo Mannheim (1981), uma das principais características que permitem diferenciar o modo de pensar tradicional do conservador reside no fato de que enquanto o primeiro se constitui somente enquanto uma reação, embasada em costumes herdados, às propostas progressistas que surgem na sociedade, o segundo se destaca pelo empreendimento de um processo reflexivo, racional, que tem por intuito combater politicamente as proposições opositivas aos seus princípios.

Desta forma, a pesquisa fundamentou-se no empreendimento de uma análise documental das fontes disponibilizadas pelo grupo Ordem Dourada do Brasil em sua página oficial, tomando-as como “leituras particulares dos eventos sociais” que “nos falam sobre aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época” (MAY, 2004, p. 205), devendo ser, portanto, analisadas enquanto expressões do ideário político-ideológico de um determinado grupo social inserido em um contexto histórico/político/social/econômico específico. Enfatiza-se, ainda, que as fontes documentais utilizadas neste

artigo foram selecionadas de forma intencional, de maneira a atenderem a proposta analítica exposta.

Tomemos, então, um dos artigos da página oficial do grupo intervencionista, intitulado *Justiça versus Estabilidade*, no qual a Ordem Dourada do Brasil (2016b) se define enquanto representação jurídica da sociedade brasileira, e, pautando-se na fala do professor emérito da Escola Superior de Guerra (ESG) Ives Gandra Martins, afirma que na atual situação nacional existe uma tendência de se evitar a aplicação judicial na luta contra o comunismo, de forma a não deteriorar o equilíbrio político do país, fenômeno que poderia vir a desencadear uma intervenção internacional na política brasileira.

Considerando-se essa reflexão, ficam as Forças Armadas expostas como patronas da democracia no Brasil, sendo responsáveis por garantir sua aplicabilidade jurídica, prevenindo ameaças externas ou internas. Com isso, a Ordem Dourada do Brasil demonstra, então, uma perspectiva política altamente nacionalista, não só anticomunista como também preocupada com a soberania do país em relação à influência das potências capitalistas. Salienta-se, ainda, que determinada leitura da realidade vincula-se com alguns dos princípios que fundamentaram a doutrina de Segurança Nacional<sup>7</sup>, e que, conforme apresenta Ferreira (1979), tinha como proposição exacerbar a figura das Forças Armadas como instituição máxima da defesa da democracia e soberania nacional no contexto mundial.

Note-se, ainda, que os dirigentes da Ordem Dourada do Brasil apresentam (1) elementos discursivos fundamentados na manutenção e continuidade do *status quo* e tomam tanto para si quanto para as Forças Armadas a (4) atribuição do papel diretivo da sociedade e da política, enquanto elite dirigentes de melhor capacidade. São expressas, portanto, duas das características apresentadas anteriormente como fundamentos de formações político-ideológicas conservadoras – as quais, juntamente com as características do tradicionalismo, são exploradas no decorrer de todo o texto.

Percebe-se, pois, a importância de se abordar o objeto em uma perspectiva sócio-histórica, tendo em vista que

Os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas. Os seres humanos são parte da história, e não apenas observadores ou espectadores dela; tradições históricas, e a gama complexa de significados e valores que são passados de geração a geração, são em parte constitutivos daquilo que os seres humanos são. (THOMPSON, 2002, p. 360)

---

<sup>7</sup> Conforme Marconi (1980), a doutrina de Segurança Nacional forma-se dentro da Escola Superior de Guerra, tendo como principal ideólogo o general Golbery do Couto e Silva, se constituindo enquanto expressão formativa político-ideológica na radicalização da luta contra o comunismo internacional.



Tal perspectiva dialoga com as propostas de Cellard (2012) a respeito do embasamento metodológico da análise documental. O autor problematiza a necessidade das pesquisas documentais encontrarem-se voltadas para utilização de uma perspectiva histórica que permita ao pesquisador compreender os processos e transformações político-sociais-econômicas que levaram à produção do documento, por parte de um grupo social específico, da forma como ele se apresenta, pois, conforme Mainwaring (2004), as instituições sociais, entre elas a religião, encontram-se inseridas em um eterno processo de transformação dialética relativa às mudanças sociais ocorridas na sociedade, sendo que ao mesmo tempo em que se reformulam em decorrência dessas mudanças, acabam por influir no modo como elas se modificarão futuramente.

## Raízes históricas e especificidades da Ordem Dourada do Brasil.

No decorrer da pesquisa, que acompanhou o *cyberativismo* político empreendido pelo grupo social na rede virtual *Facebook*, percebeu-se que a gênese de sua atuação na esfera pública virtual possui raízes na convocação da sociedade civil brasileira a participar da II Marcha da Família, com Deus pela Liberdade (2014)<sup>8</sup>, que teve por objetivo a celebração dos 50 anos de golpe militar no Brasil (1964) fomentando uma nova intervenção que combatesse o suposto comunismo instituído pelo Partido dos Trabalhadores (PT), passando posteriormente a demonstrar maior ativismo e protagonismo apesar de, inicialmente, haver obtido baixo nível de adesão popular na mobilização.

Assim, levando em consideração a potencial vinculação das lideranças do grupo Ordem Dourada do Brasil com membros da Tradição Família e Propriedade (TFP), faz-se necessário retomar alguns apontamentos históricos, atentando primeiramente ao fato de que, segundo Quadros (2013), uma parcela de membros da TFP exerceu papel fundamental junto ao ativismo político religioso nas eleições para presidência da República em 2010.

Isso porque, ao combater as propostas em favor da legalização do aborto da então candidata Dilma Rousseff, demonizando a figura da candidata política, o grupo angariou forte adesão popular, tanto católica quanto evangélica, causando uma reviravolta nos discursos políticos dos candidatos, que passaram a demonstrar uma forte influência do cristianismo em suas estratégias político-eleitorais – ressalta-se, ainda, que conforme apresenta Quadros (2013), após a institucionalização do

---

<sup>8</sup> A primeira versão a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu em março de 1964, tendo sido organizada pela Tradição, Família e Propriedade (TFP) e, segundo Antoine (1980), forneceu o aval necessário para que as Forças Armadas concretizassem o Golpe de 1964.

movimento integralista católico, por parte do Vaticano, houve uma cisão entre os membros da TFP, que passaram a se dividir em dois grupos: Arautos do Evangelho, instituição de formação eclesiástica, reconhecida pelo Vaticano, estritamente religiosa que deixa de se articular e interferir politicamente na sociedade; e a Associação de Sócios Fundadores da TFP, grupo de membros antigos que propõe a continuidade com a perspectiva de seu membro fundador Plínio Corrêa de Oliveira, no que tange ao ativismo político religioso, sendo estes os responsáveis pela articulação política das eleições de 2010.

Importante se faz explicitar algumas peculiaridades da formação histórica brasileira, no que tange a relação estabelecida entre a religião católica e a realidade sócio-política. Amaral (2010) afirma que, com a proclamação da República (1889) e a subsequente separação entre Estado e Igreja, parcelas do clero católico passaram a consolidar vinculações com determinados segmentos dirigentes do sistema político nacional. Dentro dessa relação simbiótica, as referidas parcelas eclesiásticas atuam de forma a condicionar a mentalidade popular de acordo com os interesses particulares dos específicos segmentos com os quais firmaram parceria, sendo que estes, por sua vez, atuam no campo político em defesa dos interesses da instituição religiosa. A leitura apresentada por Amaral (2010) está de acordo com a análise realizada por Faoro (1994; 2012) a respeito das peculiaridades do Estado e da sociedade civil brasileira, na qual é possível discernir a existência de um Grupo no Poder formado por segmentos dirigentes (militares; representantes do capitalismo nacional, internacional e do agronegócio; entre outros) que tendem a impor, de cima para baixo, projetos de modernização que não condizem com a realidade social brasileira. Percebe-se, então, o papel das mencionadas parcelas do clero no que tange a atribuição de estabelecer um diálogo entre o pensamento político, popular, e as filosofias políticas que representam o almejado processo de modernização, fenômeno que tem por intuito distorcer a realidade social criando uma ideologia que gere a coesão social a partir dos interesses dirigentes.

Nessa proposta de articulação do clero, os intelectuais católicos e o laicato exerceram papel fundamental, protagonizando grupos e mobilizações que, apesar de se proporem a interferir na agenda política e (re)direcionar as intenções de voto, não se encontravam necessariamente vinculados à Igreja Católica em si, recebendo apenas apoio de determinados setores e lideranças clericais – como casos históricos da sociedade brasileira é possível mencionar algumas formações que intentaram promover a mobilização social brasileira em prol da consolidação de uma ordem político-social fundamentada em princípios do catolicismo, tais como o Centro Dom Vital (DIAS, 1993), a Ação Integralista Brasileira (BARBOSA, 2011) e a TFP (MACEDO, 1979).

Salienta-se ainda que no artigo intitulado *Convocação de reservistas pela Ordem Dourada do Brasil* (ORDEM DOURADA DO BRASIL, 2016c), o grupo convoca a sociedade civil a se militarizar e se unir na luta contra o comunismo internacional, designando como uniforme do movimento uma calça camuflada e uma camiseta branca – a militarização da sociedade civil uniformizada são características inerentes de movimentos integralistas/ fascistas, tais como os camisas-verdes da Ação Integralista Brasileira (AIB) e os camisas pretas do fascismo italiano (BERTONHA, 2001).

Tendo em vista esta perspectiva histórica de formação do imaginário cristão anticomunista, devemos atentar ao fator apontado por Romano (1990) a respeito da perspectiva de disciplinarização adotada pelo laicato em decorrência da Contrarreforma (1545), a qual gerou uma tendência em determinados setores da Igreja Católica em fomentarem uma militarização da sociedade civil, principalmente quando encontra a necessidade de mobilizar as massas no combate a formações sociais que ameaçam os interesses institucionais, ou mesmo os dogmas, da Igreja.

Contudo, faz-se necessário apontar uma peculiaridade da Ordem Dourada do Brasil em comparação com os movimentos militaristas anticomunistas antecessores, a qual reside no fato de que torna-se perceptível, por meio de uma análise cronológica de sua página na rede social *Facebook* (2014-2017), uma gradual ampliação de seu enfoque de agregação populacional, que teve início como público estritamente católico e passou a incorporar processualmente grupos de outras vertentes religiosas cristãs, chegando inclusive a veicular propagandas de líderes políticos do campo evangélico em sua página, como Jair Bolsonaro<sup>9</sup>. O respectivo processo pode ser considerado como uma tentativa de fortalecimento desse grupo social no cenário político nacional, pois favorece a ampliação da mobilização popular enquanto massa de pressão política, em prol de um direcionamento para eleição de políticos cristãos conservadores<sup>10</sup> que compartilhem da visão de mundo defendida pela Ordem Dourada do Brasil e que estão articulados na Bancada Cristã no Congresso Nacional.

Ressalta-se ainda que, ao ampliar o horizonte participativo aos cristãos conservadores em geral, não mais restrito somente aos católicos, o pensamento político-religioso contemporâneo se desvincula da possibilidade de ser classificado enquanto integrista, tendo em vista que, conforme apresenta Pierucci (1992), não se encontra mais voltado para a valorização exacerbada da liderança clerical, apesar de ainda permanecer presente em alguns momentos.

Assim, percebe-se que o grupo Ordem Dourada do Brasil se caracteriza como uma nova experiência brasileira enquanto pensamento conservador cristão

<sup>9</sup> Jair Messias Bolsonaro ocupa o cargo de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (desde o ano de 1991), estando atualmente vinculado ao Partido Social Cristão (PSC) e à Assembleia de Deus.

<sup>10</sup> Nas eleições de 2018 para os cargos de presidente da República e componentes do Congresso Nacional.

contemporâneo sob o viés intervencionista nacional, inspirada nos moldes propostos pela AIB de Plínio Salgado que vislumbrava a construção de um Estado altamente rígido, hierarquizado e disciplinado no modelo militar, e que tinha exclusivamente fundamentação no moralismo católico.

## Elementos do anticomunismo cristão no intervencionismo contemporâneo

Na sua página oficial da *Internet*, o grupo Ordem Dourada do Brasil apresenta-se enquanto Exército Cristão de Salvação Mundial, convocando os diferentes setores da sociedade civil, com ênfase para o segmento militar, a unir-se na luta patriótica contra a iminente ameaça do comunismo internacional. Note-se que a própria apresentação do grupo já transmite a tônica que caracteriza as formas de pensar do tradicionalismo, expostas anteriormente, sendo elas a (2) afirmação do embasamento em uma perspectiva de ordem social religiosa e (3) elementos de reflexão político-social que exprimem anacronismo, ao passo em que a perspectiva do anticomunismo utilizada remonta ao período de Guerra Fria.

Assim, inseridos na esfera pública virtual, a Ordem Dourada do Brasil veicula uma visão de mundo embasada nos princípios de uma inerente guerra psicossocial, instaurada entre o comunismo internacional e a democracia cristã, afirmando que grupos comunistas estão altamente aparelhados no sistema estatal brasileiro e promovendo um amplo processo de doutrinação ideológica da população a partir de princípios que, segundo o grupo, visam o rompimento com a moral cristã, tais como a ideologia de gênero e reflexões políticas fundamentadas na perspectiva gramsciana – entendida pelos líderes da Ordem Dourada do Brasil enquanto droga psicossocial do comunismo internacional.

Percebe-se, aqui, que os elementos do conservadorismo e do tradicionalismo são diluídos na construção do pensamento intervencionista da Ordem Dourada do Brasil, ao passo em que se coloca em um embate reflexivo contra proposições progressistas (2º elemento do pensamento conservador), como as questões de gênero e a formação política crítica, as quais se apresentam enquanto empecilhos não só para as convicções tradicionais de uma ordem moral religiosa cristã<sup>11</sup> (tradicionalismo) como também para a continuidade e manutenção do *status quo* e da relação de dominação que impera na realidade brasileira (conservadorismo).

---

<sup>11</sup> Faz-se referência a relação de subordinação da mulher para com o marido, ou pai, no contexto familiar cristão tradicionalista, tema recorrente nos artigos publicados na página oficial do grupo – temática que demanda o empreendimento de novas pesquisas, não sendo abordada com grande fôlego neste trabalho.

Deve-se levar ainda em consideração que, conforme apresenta Löwy (1989), a campanha anti-gramsciana deve ser entendida como uma construção histórica que se encontra inserida em um contexto de contínua construção do imaginário anticomunista de nível internacional, tendo início no governo presidencial norte americano de George H. W. Bush (1989-1993), a partir da publicação do informe *Santa Fé II*, o qual preconizava uma nova estratégia do comunismo internacional, o marxismo gramsciano, que teria por intuito consolidar o domínio cultural das nações ocidentais, sendo que o principal método desta nova perspectiva se daria pela infiltração de agentes comunistas influentes nas diferentes instâncias sociais e estatais (educação, religião, entre outras).

A partir da condicionalidade da existência da guerra psicossocial, o grupo conservador cristão defende pautas como a militarização da sociedade brasileira cristã e a realização de uma intervenção militar que institua um governo provisório, entendidas como base de luta na defesa dos princípios morais cristãos e no combate à ameaça comunista – mais uma vez os elementos do tradicionalismo e do conservadorismo se misturam na construção da visão de mundo do grupo Ordem Dourada do Brasil.

Outro ponto a ser evidenciado nos artigos publicados na página oficial da Ordem Dourada do Brasil é a disseminação de uma perspectiva maniqueísta da luta do bem (democracia cristã ocidental) contra o mal (comunismo internacional ateu e outras vertentes religiosas). Assim, de acordo com o que afirma o grupo:

As FFAA (Forças armadas) são forças de defesa de nossa Pátria, não são grupos armados tiranos como são esses que estão invadindo nossas terras... Farc. China, Rússia, Venezuela, Cuba... Cristão você precisa pedir a intervenção porque quando um bandido entra na sua casa, você não chama o padre, o pastor, ou orador... você chama a Polícia... As FFAA são os Policiais de nossa nação, os únicos que podem tirar do poder essa estirpe de criminosos que estão destruindo a nossa nação, para decretar estado de sitio, e depois de uma confusão total estabelecida dentre o próprio governo, eles decretam estado de sitio, e mudarão a constituição, e você será definitivamente escravo, a sua igreja não existira mais, lembre-se que o governo atual está importando criminosos do estado Islâmico, está construindo mesquitas para eles, os ISIS matam Cristãos! Lembrem-se também o que disse o ditador Fidel Castro... “Quando os Cristãos se Levantarem Será o fim da Esquerda”!

**Esquerda é de satã... Não se faz acordos com a Besta, a besta não cumpre acordos**, pois sua doutrina é de trair, apoia tudo que não presta... Acorde Cristão! (ORDEM DOURADA DO BRASIL, 2016a, grifos nossos).

Segundo Rodeghero (2002) o anticomunismo brasileiro se caracteriza historicamente, pela apropriação de elementos demonizantes na concepção exposta do sistema comunista e de seus adeptos dada suas origens no laicato intelectual católico (Jackson de Figueiredo e o Centro Dom Vital), perspectiva que passou a ser adota pelo anticomunismo dos Estados Unidos da América (EUA) durante o período de Guerra Fria, tendo em vista que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era declaradamente ateia.

Sob essa perspectiva, destaca-se uma análise histórico-comparativa com a atuação da TFP no contexto que precedeu o golpe militar de 1964, no qual, conforme apresenta Antoine (1980), o grupo integralista católico exerceu papel de destaque na difusão da visão de mundo fundamentada na divisão dicotômica do globo, entre o comunismo ateu soviético e a democracia cristã, apresentando as Forças Armadas e a intervenção militar como únicas formas de salvar o Brasil das supostas ameaças comunistas instituídas pelo governo de João Goulart (1961-1964). Esse fenômeno fomentou a realização da primeira edição da Marcha da Família, com Deus pela Liberdade (1964), que forneceu o aval necessário para determinadas parcelas das Forças Armadas concretizarem o golpe de Estado<sup>12</sup> – não deixando de levar em consideração o papel desempenhado pela Teologia da Libertação no contexto de ditadura militar (1964-1985), enquanto uma das principais protagonistas no que tange ao processo de articulação dos movimentos político-sociais em prol da redemocratização (WANDERLEY, 2007).

Importante se faz também destacar a ambiguidade apresentada pela Ordem Dourada do Brasil no que se refere à defesa de direitos inerentes ao pluralismo político-ideológico. No artigo intitulado *Modelo de representação para conservadores de direita contra ameaças comunistas* (ORDEM DOURADA DO BRASIL, 2015a), é elaborada uma crítica às falas proferidas no 2º Congresso Nacional da Central Sindical e Popular (2015), que proclamaram uma luta armada contra a direita conservadora, afirmando que a solução no combate contra o conservadorismo seria o paredão e a cova<sup>13</sup>. Ironicamente, o artigo se contrapõe à perspectiva radicalizada da esquerda, posicionando-se em defesa do direito de liberdade de expressão e do princípio de coexistência do pluralismo político-ideológico nas sociedades democráticas. Contraditoriamente, o artigo *Eles cumpriram seu papel institucional* (ORDEM DOURADA DO BRASIL, 2015b)

---

<sup>12</sup> Salienta-se que, segundo Antoine (1980), a TFP nunca se consolidou de fato enquanto grupo de grande adesão popular, contudo, suas táticas publicitárias e suas estratégias de ativismo político possibilitaram a atribuição de um papel de destaque no que tange ao ofício de educação política dos diferentes setores sociais.

<sup>13</sup> Este fato nos remete a percepção de que incorre a sociedade brasileira contemporânea a tendências à radicalização ideológica, tanto da parte de grupos de esquerda quanto de direita.

atribui aos comunistas/socialistas o rótulo de terroristas, expressando a necessidade do regime militar combatê-los belicamente.

Desta forma, compreende-se que a reação tradicionalista do grupo elabora, gradualmente, um processo reflexivo, que apresenta elementos de mobilizações históricas com propostas semelhantes, de construção de um pensamento político cristão conservador de modo a garantir a adesão popular às suas propostas político-sociais – expondo elementos que devem ser considerados como anacrônicos para a análise conjuntural da realidade social contemporânea, como a inerente guerra psicossocial entre o comunismo ateu e a democracia cristã, que representou o contexto de Guerra Fria.

## Considerações Finais

A Ordem Dourada do Brasil foi apresentada como um grupo social que constrói seu estilo de pensamento conservador intervencionista a partir de uma reação tradicionalista cristã anticomunista de enfrentamento ao fortalecimento de políticas públicas progressistas por parte, principalmente, do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), tais como: políticas públicas de combate à desigualdade social (distribuição de renda); políticas educacionais em favor da supressão da desigualdade de gênero; políticas para juventude que favoreçam a formação política crítica e a valorização da pluralidade político-cultural.

Compreendeu-se que a esfera pública virtual se constitui enquanto uma das principais ferramentas de veiculação das propostas do grupo social Ordem Dourada do Brasil, dada a peculiaridade deste espaço social, que não se encontra mais restrito às barreiras espaciais, mas possibilita um alcance ampliado para construção de seu consenso e para a mobilização social.

A análise das fontes documentais disponibilizadas virtualmente pelo grupo, permitiu atentar ao fato de que o ativismo político proposto pela Ordem Dourada do Brasil ultrapassa os limites da luta anticomunista e se expande para o combate de propostas que fomentem uma valorização do pluralismo político-cultural, embasando-se na proposição de consolidar, na sociedade brasileira, uma visão de mundo coesa, que tenha como princípios o patriotismo militarizado e a moralidade cristã, característica que assemelha o estilo de pensamento do grupo social a outras formações brasileiras históricas concebidas como integralistas ou integristas, tais como a Ação Integralista Brasileira (1930-1937) e a Tradição Família e Propriedade (1960).

Demonstrou-se, ainda, que apesar das origens filosóficas e político-religiosas em formações históricas como o integralismo da AIB, o integristismo da TFP e a doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), que

apresentam fortes tendências ao catolicismo, a Ordem Dourada do Brasil se destaca na atualidade pela articulação político-social com representantes do cristianismo conservador, como os políticos da Bancada Cristã.

Dentro deste processo atual de construção reflexiva de um pensamento político cristão conservador, desenvolvido pelo grupo Ordem Dourada do Brasil, conceitos como democracia, liberdade de expressão e laicidade do Estado são ressignificados de forma a se adaptarem à perspectiva de mobilização social, que apresenta o intento de garantir a manutenção do *status quo* capitalista a partir da consolidação de um Estado responsável pela gestão de uma ordem social coesa, fundamentada em princípios da moralidade cristã e do militarismo.

Por fim, afirma-se que esta pesquisa se constituiu enquanto uma contribuição analítica inicial para a compreensão de um novo modelo de movimento intervencionista que, conforme apresentado, tem particularidades e ainda se encontra em processo de construção. O artigo teve por intuito fomentar tanto o empreendimento de pesquisas acadêmicas quanto o estabelecimento de um ativo debate reflexivo dos grupos progressistas contemporâneos com os movimentos conservadores da nova direita que tomam forma e continuam a se fortalecer, em níveis nacional e internacional.

### ***NEW INTERVENTIONISM EXPRESSIONS: AN ANALYSES OF THE CONSERVATIVE GROUP “ORDEM DOURADA DO BRASIL”***

***ABSTRACT:*** *The premise of the present article is the attempt to understand contemporary conservative Christian thought through the lens of national interventionism, using the group Ordem Dourada do Brasil – the most expressive in Brazil’s current political climate – as a representative sample. Therefore, a documental analysis was undertaken of select official sources, made available by the interventionist group in their webpages, giving particular attention to the group’s Facebook social media page and their official website. The article is divided in three parts: to begin with, it attempts to contextualize the rise of interventionism in the current political conjuncture of democratic regression, then it develops a socio-historical analysis of the development of Cristian conservative interventionist thought in Brazil’s civil society and finally it discusses the ways in which a background of catholic anticommunist traditionalism culminates in anachronistic and contradictory expressions in the thought configuration of contemporary interventionism.*

***KEYWORDS:*** *Contemporary Politics. Religion and Brazilian political thought. Conservatism and the new right. Anticommunism.*



## REFERÊNCIAS

AMARAL, Roniere R. **Milagre Político: Catolicismo da libertação**. São Paulo: Annablume, 2010.

ANTOINE, Charles. **O integralismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n.4, p. 703-728, Rio de Janeiro 2004.

BARBOSA, J. R. Plínio Salgado e o anticomunismo dos intelectuais do Sigma. *In*: RODRIGUES, C. M. et BARBOSA, J. R. (orgs). **Intelectuais & Comunismo no Brasil: 1920-1950**. Cuiabá: Ed UFMT, 2011, p 35-76.

BERTELSMANN FOUNDATION. **Global Index Sees Tough Times for Democratic Change. Gütersloh/Washington, 29 de fevereiro de 2016. Disponível em:** <[http://www.bfna.org/media\\_advisory/global-index-sees-tough-times-for-democratic-change](http://www.bfna.org/media_advisory/global-index-sees-tough-times-for-democratic-change)>. Acesso em 06 abr. 2016.

BERTONHA, João F. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vl. 21, nº 40, São Paulo, 2001, p. 85-105.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**, 3. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2012, p 295-316.

DIAS, Romualdo. **“Cor unum et anima una”: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil 1922-1935**. Tese (Doutorado) em Lógica e Filosofia da Ciência, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Editora Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FERREIRA, Oliveiros S. A Escola Superior de Guerra no Quadro do Pensamento Político Brasileiro. *In*: CRIPPA, Adolpho. **As ideias políticas no Brasil**. Vol II. São Paulo: Editora Convívio, 1979, p. 249-289.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Lua Nova**, nº 19, São Paulo, novembro de 1989, p. 5-21.

MACEDO, Ubiratan B. O Tradicionalismo no Brasil. In: CRIPPA, Adolpho. **As ideias políticas no Brasil**. Vol II. São Paulo: Editora Convívio, 1979, p. 227-248.

MACHADO, Jorge; MORETTO, Márcio. Riscos e incertezas do uso do Facebook como plataforma de ativismo político. **Cadernos Adenauer XVI**, nº 3, Rio de Janeiro, 2015, p. 113-132.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de S. **Introdução Crítica a Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1980.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, v.11 n.2, Porto Alegre maio-agosto de 2011, p. 238-258.

MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública** (UNICAMP), v. 12 n.1, Campinas abril de 2006.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões métodos e processos**, 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NICOLÁS, Maria A; BRAGATTO, Rachel C; SAMPAIO, Rafael C. Internet and Politics studies in Brazil: mapping the characteristics and disparities of the research field. **Brazilian Political Science Review**, v. 7, p. 114-140, São Paulo 2013.

ORDEM DOURADA DO BRASIL. **Mensagem a todos os cristãos**. 12 de julho de 2016a. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/mensagem-a-todos-os-cristaos/>>. Acesso em 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Justiça versus Estabilidade**. 25 de março de 2016b. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/justica-versus-estabilidade/>>. Acesso em 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Convocação de reservistas pela Ordem Dourada do Brasil**. 20 de março de 2016c. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/convocacao-de-reservistas-pela-ordem-dourada-do-brasil/>>. Acesso em 17 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Modelo de representação para conservadores de direita contra ameaças comunistas**. 21 de outubro de 2015a. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/modelo-de-representacao-para-conservadores-de-direita-contra-ameacas-comunistas/>>. Acesso em 13 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Eles cumpriram seu papel institucional**. 09 de outubro de 2015b. Disponível em: <<http://www.ordemdourada.com/index.php/eles-cumpriram-o-seu-papel-institucional/>>. Acesso em 13 ago. 2016.

PIERUCCI, Antônio F. Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. **Revista USP**, 13, São Paulo, 1992, p. 144-156.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. O conservadorismo católico na política brasileira: considerações sobre as atividades da TFP ontem e hoje. **Estudos de Sociologia**, v. 18, n. 34, Araraquara 2013.

RODEGHERO, Carla S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, v. 22 nº44, p. 463-488, São Paulo 2002.

ROMANO, Roberto. **Igreja domesticadora de massas ou fonte do direito coletivo e individual? Uma aporia pós-conciliar**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1990.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

WANDERLEY, Luiz E. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: EDUC, 2007.

\_\_\_\_\_. Desafios da Igreja Católica e Política no Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

Recebido em 10/02/2017.

Aprovado em 07/06/2017.



# **A NOVA DIREITA CRISTÃ: ALIANÇAS, ESTRATÉGIAS E TRANSGUIRAÇÃO DO DISCURSO RELIGIOSO EM TORNO DO PROJETO DE CURA GAY**

*Graziela Ferreira QUINTÃO\**

**RESUMO:** O alargamento dos direitos LGBT, assim como ações que promovem a visibilidade e aceitação desses grupos sociais vêm provocando reações conservadoras de diferentes vertentes da fé cristã, sobretudo de evangélicos pentecostais. O presente artigo busca examinar a atuação de parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, na tramitação do projeto de decreto constitucional (PDC 234/2011), proposto pelo deputado federal João Campos (PSDB-GO), propondo uma análise, com foco nas alianças, estratégias e discursos construídos na arena política. Como recurso metodológico faz-se referência aos discursos e debates proferidos nas audiências públicas derivadas do referido projeto de decreto constitucional. Como fonte de consulta, utilizam-se as notas taquigráficas referentes às audiências públicas e reuniões ordinárias das Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara Federal, complementadas por vídeos e matérias de veículos midiáticos, condizentes às mesmas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ativismo político-religioso. Conservadorismo religioso. PDC 234/2011. Frente Parlamentar Evangélica. Movimento LGBT.

## **Introdução**

Os elementos precursores de uma hostilidade contra homossexuais emanam da tradição judaico-cristã; para o pensamento pagão, a sexualidade entre

---

\* UFF – Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Niterói – RJ – Brasil. 24210-201 - grazielaquintao@id.uff.br.

pessoas do mesmo sexo era considerada um elemento constitutivo, até mesmo indispensável, da vida do indivíduo, sobretudo masculino. O cristianismo, por sua vez, ao acentuar a Lei Judaica, começou a situar os homossexuais, não só fora da Salvação, mas também, e sobretudo, à margem da Natureza. A homossexualidade, sendo uma sexualidade não reprodutora (forma paradigmática do ato estéril por essência) constituirá, daí em diante, a configuração mais acabada do pecado contra a natureza (BORRILLO, 2013). De acordo com Natividade (2009), argumentos **naturalistas** são utilizados tanto na caracterização de um uso **sadio** e apropriado do corpo, como na proposta de manutenção dos papéis de gênero tradicionais e complementares. Borrilo (2013) assinala que o sistema de dominação masculina do tipo patriarcal consolida-se com a tradição judaico-cristã, sendo introduzida uma nova dicotomia heterossexualidade/homossexualidade. O cristianismo transformará a heterossexualidade no único comportamento suscetível de ser qualificado como natural e, por conseguinte, como normal, inaugurando assim, no Ocidente, uma época de homofobia, ainda não praticada por outra civilização.

No contexto brasileiro, a homofobia religiosa evangélica vem se destacando nas últimas décadas como um fenômeno com implicações importantes na obstrução da produção de políticas para a população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis (LGBT).

A partir de 2004, um conjunto de iniciativas (ações e programas) governamentais nacionais começava a assegurar a promoção de cidadania para a população LGBT, evidenciando, concomitantemente, a necessidade de implementação de políticas públicas no combate ao preconceito, à discriminação e à exclusão que atingem essa população. O alargamento dos direitos LGBT, assim como ações que promovem a visibilidade e aceitação desses grupos sociais vêm provocando reações conservadoras de diferentes vertentes da fé cristã, sobretudo de evangélicos pentecostais. Utilizando a retórica da liberdade de expressão, esses segmentos religiosos desqualificam e combatem a diversidade sexual, adentrando a arena política através de seus representantes no Congresso Nacional, que se articulam compondo frentes parlamentares e interferindo na agenda do movimento LGBT no sentido de conseguir o veto de leis e políticas que contrariam preceitos morais da sua comunidade religiosa.

O presente artigo busca examinar a atuação de parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, na tramitação do projeto de decreto constitucional (PDC 234/2011), apresentado pelo deputado federal por Goiás, João Campos, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-GO). Propõe também, uma análise, com foco nas alianças, estratégias e discursos construídos na arena política. Como recurso metodológico faz-se referência aos discursos e debates proferidos nas audiências públicas derivadas do referido projeto de decreto

constitucional. Como fonte de consulta, utiliza-se as notas taquigráficas referentes às audiências públicas e reuniões ordinárias das Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara Federal, complementadas por vídeos e matérias de veículos midiáticos, condizentes às mesmas.

## 1. Movimento pentecostal: surgimento, características e expansão no Brasil

O pentecostalismo foi formado no início do século XX nos EUA. Os personagens e lugares usualmente apresentados como marcos inaugurais ou referências históricas do moderno movimento pentecostal são: *Charles Fox Parham* (1901), em *Topeka (Kansas)*, que conduziu experiências místicas na *Bettel Bible College*; e *William Joseph Seymour*, um negro filho de ex-escravos, que a partir da influência de *Parham*, tornou-se líder de uma igreja na *Azuza Street*, em Los Angeles/Califórnia, em 1906, com grande disseminação entre os pobres, imigrantes e deserdados (CAMPOS, 2005). Posteriormente, se expandiu para a Europa e vários países em desenvolvimento no sul do Pacífico, da África, do leste e sudeste da Ásia, e, sobretudo na América Latina, onde o Brasil se destaca (MARIANO, 2004; CAMPOS, 2005).

O fenômeno do pentecostalismo deve ser visto no plural, à luz da multiplicidade de culturas que condicionaram a sua origem e desenvolvimento em todo o mundo (CAMPOS, 2005). No Brasil, essa denominação religiosa assimilou traços das culturas indígena, católica e religiões mediúnicas afro-kardécistas.

A história e as características do pentecostalismo no Brasil têm sido abordadas de formas diferenciadas. Freston (1993) e outros autores (MARIANO, 2004; SILVA, 2009) têm usado a periodização das três ondas de implantação das igrejas, em distinções teológicas e comportamentais. A primeira onda constitui o pentecostalismo clássico, e abrange as igrejas pioneiras: Congregação Cristã (1910) e Assembleia de Deus (1911), fundadas por missionários europeus, que converteram-se ao pentecostalismo nos Estados Unidos, de onde vieram para evangelizar o Brasil. Ambas as igrejas caracterizaram-se pelo anticatolicismo, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo. No plano teológico, enfatizaram o dom de falar em línguas (glossolalia), seguindo a ênfase doutrinária primitiva dessa religião, e têm o campo para si durante quarenta anos, uma vez que suas rivais são inexpressivas. A segunda está entre 1950 e início de 1960 e, diferente da primeira onda, não enfatiza a glossolalia ou os dons do Espírito Santo, mas sim a cura divina. Na década de 1950, em São Paulo, criaram a Cruzada

Nacional de Evangelização, por meio da qual, iniciaram o evangelismo focado na pregação da cura divina, atraindo multidões às concentrações evangelísticas na capital paulista, o que acelerou a expansão do pentecostalismo brasileiro. Em 1953, fundaram a Igreja Evangélica Quadrangular.

A terceira onda, designada de neopentecostal, inicia-se na segunda metade da década de 1970. As igrejas: Universal do Reino de Deus em 1977 no Rio de Janeiro (RJ), Internacional da Graça de Deus em 1980 (RJ), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, 1976 em Goiás (GO) e Renascer em Cristo (1986) em São Paulo (SP), fundadas por pastores brasileiros, constituem as principais. Há um rompimento (ou abrandamento) do ascetismo e sectarismo; igrejas organizadas em contornos empresariais; ênfase na teologia da prosperidade; liberalização no que diz respeito aos usos e costumes; utilização da mídia para o trabalho de proselitismo em massa e de propagandas religiosas, e crença proeminente na guerra espiritual contra Satanás, os demônios e seus representantes na Terra, centralizando a batalha contra as outras denominações religiosas, sobretudo, as afro-brasileiras e o kardecismo.

Freston (1993) defende que o estudo sociológico da religião requer a compreensão das grandes igrejas pentecostais enquanto instituições em evolução dinâmica, e não organizações estáticas que incham numericamente. Estão em constante adaptação e as mudanças são frequentemente objeto de lutas, a partir das quais o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e outros grandes grupos surgem. “Ademais, o pentecostalismo possui grande variedade de formas, e cada nova espécie vai enterrando mais alguns mitos a respeito de *o pentecostalismo*” (FRESTON, 1993, p.64).

O neopentecostalismo é a vertente pentecostal que mais cresce no Brasil. De acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2010), os evangélicos passaram dos 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Isto representa um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões). Desse total, 60,0% era de origem pentecostal. Conforme Mariano (2004, p. 124), “sem perder necessariamente sua distintividade religiosa, as igrejas neopentecostais revelam-se, entre as pentecostais, as mais inclinadas a acomodarem-se à sociedade abrangente e a seus valores, interesses e práticas.” A Igreja Universal se destaca entre as neopentecostais pelo seu acelerado crescimento institucional, constituindo-se em um verdadeiro império, que se justifica, entre outros fatores, pela acentuada capacidade de arrecadar recursos, que “se deve em grande parte à sua agressividade, insistência e incomparável habilidade persuasiva nessa matéria” (MARIANO, 2004, p. 129).

Ao longo desse processo de expansão, essas denominações evangélicas vêm exercendo poder de influência para além do campo religioso, adentrando arenas de disputas políticas através dos parlamentares que as representam, e se articulando a fim de influenciar a agenda de políticas públicas e a proposição de leis.



## 2. A Assembleia Nacional Constituinte e a irrupção pentecostal na política

A partir de 1986, a atuação política dos evangélicos se transforma, há uma irrupção pentecostal que rompe com dito tradicional de que crente não se mete em política (FRESTON, 1993; PIERUCCI, 1989). Assim como outros segmentos organizados da sociedade, a Assembleia de Deus se mobilizou de forma estratégica para ter representatividade no Congresso Nacional. Em reunião da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil realizada em Anápolis, estado de Goiás (GO), em janeiro de 1985, políticos evangélicos de outras denominações convidados a falar, apelaram para que a Assembleia de Deus se envolvesse no Congresso Constituinte. Meses depois, a Convenção Geral convocou os presidentes de convenções estaduais para um encontro em Brasília, após o qual a Assembleia de Deus de quatorze estados apresentou candidatos oficiais de seus próprios quadros, e em quatro estados, apoiou outros candidatos pentecostais. A Assembleia de Deus conseguiu eleger 13 deputados e um suplente assumiu o mandato após o Congresso Constituinte. O que representou a esmagadora maioria entre os pentecostais eleitos (18), na bancada formada por 34 deputados de origem evangélica (FRESTON, 1993).

Conforme Pierucci (1989, p.105), a bancada de 34 deputados evangélicos não era política e ideologicamente homogênea, e tampouco suas bases de voto: “Além de visíveis e mensuráveis, apareciam como inesperadamente vocais na manifestação e na defesa de suas convicções religiosas e de seus pontos de vista sobre a sociedade”, o que resultou em reforço à pressão conservadora sobre a nova constituição. Este ativismo político-religioso de caráter conservador-tradicionista-restauracionista dos valores morais sexuais tradicionais, representou para as coalizões de direita um novo e fenomenal aporte de recursos culturais e retóricos, constituindo assim, tal como nos Estados Unidos da América (EUA), dadas suas semelhanças e parentesco com o *New Christian Right* estadunidense, uma ala nada desprezível da chamada nova direita.

Os discursos e práticas derivados das alianças à direita no Congresso Constituinte se confirmam em votações específicas sobre temas morais e comportamentais, tais como a homossexualidade. Após a exposição do ativista do Movimento Homossexual Brasileiro, João Antônio Mascarenhas<sup>1</sup> à Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, na qual referiu-se à necessidade de incluir a proibição de discriminação por orientação sexual na Revisão Constitucional, a maior oposição veio da bancada evangélica, tendo o deputado de Rondônia, José

---

<sup>1</sup> Era advogado e um dos fundadores, em 1978, do jornal *Lampião da Esquina*, primeira publicação destinada a promover a discussão política da homossexualidade no país, e do grupo *Triângulo Rosa*.

Viana do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-RO), contestado a evidência científica de que homossexualidade não é doença, e também utilizado argumentos derivados de interpretações teológicas e exegeses bíblicas particulares, conforme o seguinte trecho de seu pronunciamento: “Apesar de o Conselho Federal de Medicina afirmar que não é doença, eu acredito que o homossexualismo seja doença. [...] A Bíblia Sagrada, que é o livro dos livros e o livro por excelência, condena radicalmente esse ato” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993, n.p.).

O termo **orientação sexual** foi aceito pela subcomissão, mas excluído pela Comissão de Sistematização, apesar de intensa mobilização e dos esforços dos seus defensores – como o deputado José Genoíno do Partido dos Trabalhadores de São Paulo (PT-SP), que argumentou que a Constituinte propunha a proteção à diversidade e à pluralidade religiosa – o termo foi definitivamente rejeitado pelo Plenário, em 28 de janeiro de 1988. A votação foi 130 a favor, 317 contra, com 14 abstenções e 98 ausentes (HOWES, 2003).

### 3. A Formação da Frente Parlamentar Evangélica e os impactos para o movimento LGBT

Em 2003, foi criada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) do Congresso Nacional, com o objetivo de congregar, por meio de cultos semanais, os parlamentares evangélicos. Através desses cultos, poderia ser engendrada uma mobilização estratégica em torno de bandeiras de luta da FPE quanto à promoção e conversão evangélica no âmbito do legislativo (DUARTE, 2012).

Como ocorre em outras frentes parlamentares, o pluripartidarismo é uma estratégia de atuação adotada pelos dirigentes da FPE que abarca tendências ideológicas afins para defender demandas conjunturais. Constitui-se em um modo de atender reivindicações de determinados segmentos, rompendo as barreiras das estruturas dos partidos políticos. A FPE defende os interesses da comunidade evangélica, fazendo oposição à aprovação de projetos que ferem os preceitos bíblicos, o que significa que a oficialização do **homossexualismo** deveria ser combatida e, portanto, não receber o apoio sob a forma da lei, por ser nociva à sociedade, à moral e aos bons costumes.

Reações religiosas que desqualificam a diversidade sexual são insufladas por sujeitos que percebem a expansão dos direitos dos homossexuais e a visibilidade e aceitação desta parcela da população como ameaçadora de seus valores e da própria ordem social” (NATIVIDADE & LOPES, 2009, p. 79).

Pressões exercidas por parlamentares da FPE culminaram no cancelamento do programa Escola Sem Homofobia, que ficou conhecido como **kit gay**. O programa foi alvo da intensa mobilização dos setores conservadores, dentre eles, parlamentares da FPE, a partir da desqualificação do conteúdo e qualidade de seu material, assim como o público a que se destinava, aproveitando de uma situação política específica pelos seus adversários.

#### a. A eleição de Marco Feliciano para a presidência da CDHM da Câmara Federal

A eleição do deputado (e pastor evangélico) Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC-SP), para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) gerou uma onda de manifestações contrárias em redes sociais, campanhas e passeatas de grupos organizados e ativistas dos movimentos LGBT, em decorrência do fato de ter o deputado Marco Feliciano expressado opiniões consideradas racistas e homofóbicas<sup>2</sup> - além do mesmo não ter um histórico de atuação na temática dos direitos humanos. Líderes evangélicos o apoiaram e o pastor evangélico Silas Malafaia (conhecido por suas declarações contrárias à homossexualidade) escreveu em uma rede social que eles não pautavam suas ações pelo que a mídia ou grupos de pressão do ativismo gay queriam. Para ele o PSC não podia dar moleza. Assim, o deputado Marco Feliciano foi eleito presidente da CDHM, em março de 2013. Houve manifestações e atos de protestos nas ruas, assim como nas primeiras sessões da Comissão presididas pelo mesmo, que reagiu, aprovando um requerimento para restringir o acesso do público às reuniões do colegiado (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, n.p.).

A gestão do deputado Marco Feliciano na CDHM foi marcada pela aprovação de propostas de teor anti-homossexual. A primeira ação de enfrentamento pelo deputado foi a votação do projeto conhecido como **cura gay**, que pretendia derrubar trechos de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que estabelece normas para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, vedando a atuação dos mesmos em eventos e serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade. Foi aprovada ainda, a convocação de plebiscito para consultar a população sobre a união entre pessoas do mesmo sexo e a suspensão da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obriga cartórios a validar casamentos

---

<sup>2</sup> O deputado Marco Feliciano havia postado numa rede social, que “africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato.” E também, que “a podridão dos sentimentos homoafetivos leva ao ódio, ao crime, à rejeição.” Além de ter associado a Aids a uma doença gay (NATIVIDADE & LOPES, 2009).

de homossexuais. Embora o projeto tenha sido aprovado no colegiado, líderes da Câmara dos Deputados levaram a proposta a plenário, que foi rejeitada pela maioria e arquivada.

Destaca-se ainda, o debate sobre a criminalização da homofobia, decorrente da tramitação do Projeto de Lei da Câmara – PLC 122/2006. Desde o início de sua trajetória, essa proposta enfrenta oposição de setores religiosos conservadores, envolvendo a reprodução de estigmas e a desqualificação dos homossexuais (NATIVIDADE & LOPES, 2009). Militantes religiosos têm se posicionado na esfera pública, contra a aprovação da criminalização da homofobia, utilizando argumentos que ressaltam o direito à liberdade religiosa. Isto porque o direito dos grupos religiosos de expressar opinião contrária à homossexualidade estaria cerceado, inclusive, no âmbito da atuação em trabalhos pastorais de reversão da homossexualidade. Ao longo da tramitação da PLC 122/2006, evidenciou-se um jogo de forças entre os representantes dos movimentos dos homossexuais e segmentos religiosos.

Em 2011, a senadora Marta Suplicy (PT-SP)<sup>3</sup> propôs uma nova redação para o projeto, a fim de deixar expresso que não se criminalizaria a manifestação pacífica de pensamento fundada na liberdade de consciência e de crença. Contudo, não houve adesão dos opositores ao projeto, que passou por várias redações. Em 20 de novembro de 2013, a pressão de parlamentares evangélicos retirou o PLC 122/2006 da pauta da CDHM, com o pretexto de se buscar novamente um **texto de consenso**, até que foi arquivado em janeiro de 2015, e pensado ao projeto de reforma do Código Penal.

#### 4. Alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura *gay*

Em 02 de junho de 2011, o deputado e presidente da FPE, João Campos (PSDB-GO) protocolou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/11), que visava sustar a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1, de 23 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, conforme segue:

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva

---

<sup>3</sup> Faz-se referência à legenda partidária a qual a senadora era filiada. Em 2015, ela saiu do PT para se filiar ao PMDB.

tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (CFP, 1999, n.p.)

Em sua justificativa, o deputado João Campos afirma que o CFP, ao restringir o trabalho dos profissionais e o direito da pessoa de receber orientação profissional, por intermédio do questionado ato normativo, extrapolou o seu poder regulamentar, e ao criar e restringir direitos mediante resolução, usurpou a competência do Poder Legislativo, incorrendo em abuso de poder regulamentar, com graves implicações no plano jurídico constitucional, o que implicaria portanto, na sustação do ato normativo, por intermédio de decreto legislativo. O conteúdo deste projeto não é inédito no cenário legislativo brasileiro, conforme registrou o próprio deputado João Campos no texto do PDC, uma vez que na legislatura anterior o deputado Paes de Lira do Partido Trabalhista Cristão (PTC/SP), foi autor de iniciativa semelhante (Projeto de Decreto Legislativo – PDC 1640/2009) a qual foi arquivada no encerramento da mesma.

O CFP considerou um retrocesso a aprovação do projeto pela CDHM, porque feria um direito já consolidado constitucionalmente, e emitiu um parecer, demonstrando como os argumentos do deputado João Campos não se sustentavam, assinalando que ao publicar a Resolução nº 001/99 que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”, o CFP exerceu, simplesmente, sua atribuição de reger o cotidiano profissional com base na legislação em vigor e no consenso científico a respeito da homossexualidade. Destacamos aqui o posicionamento do CFP, ao apontar a homofobia religiosa intrínseca ao projeto.

O debate efetivo a respeito do PDC 234/2011 se dá em torno desta tradição de exclusão, desrespeito, humilhações e violência que também é reproduzida no Parlamento pelo fundamentalismo religioso e pelas posições homofóbicas seculares. Tudo o mais, os argumentos pseudojurídicos, as preocupações com o poder regulamentador dos conselhos profissionais, a defesa sempre patriótica das prerrogativas legislativas, os discursos inflamados etc., têm a ver com uma única e central questão: a afronta aos direitos civis dos homossexuais e as obrigações que temos de recepcioná-los integralmente, desconstituindo o conjunto de preconceitos herdados e a intolerância que os acompanha como uma sombra (CFP, 2012, n.p.).

Em junho de 2011, o PDC foi distribuído às comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Seguridade Social e Família (CSSF). Na CSSF, foram realizadas três audiências públicas, a partir das quais podemos compreender a dinâmica instaurada entre os defensores e opositores do PDC, assim como suas estratégias.

Em 28 de junho de 2012, a audiência realizada na CSSF foi requerida pelos deputados Roberto de Lucena do Partido Verde (PV-SP) e Marcos Feliciano (PSC-SP). Receberam convites para as palestras, uma Procuradora do Ministério Público do Trabalho, a psicóloga Marisa Lobo e representantes da Organização Mundial de Saúde e do Conselho Federal de Psicologia, contudo, os dois últimos não compareceram. Para essa audiência, não foi convidado nenhum representante do movimento LGBT.

Em sua exposição, a psicóloga Marisa Lobo afirmou sua oposição ao Conselho Federal de Psicologia, considerando-o totalmente arbitrário e utilizou argumentos científicos do campo da psiquiatria, referindo-se a categorias diagnósticas (como a F66.1 do CID 10) para sustentar sua defesa do direito ao tratamento de reversão da orientação sexual, realizado por psicólogos.

O objetivo desta minha exposição é o de tratar da questão da homossexualidade sob o prisma científico e desvinculá-la de quaisquer ideologias. É também de ressaltar o direito que temos à livre escolha, à autonomia e ao acesso de informações não distorcidas, livrando-nos de meias verdades e do pseudoconhecimento científico, os quais têm sido grosseiramente utilizados com finalidade político-ideológicas e totalitária, que têm sido lançados sobre a Nação brasileira nos últimos anos. A generalização sobre a homossexualidade é fictícia e autoritária e suas argumentações são falaciosas. Essa suposta homogeneidade entre os homossexuais, tão propagada por movimentos ditadores, alguns políticos e até pelo próprio Conselho de Psicologia, está longe de se constituir um fato indiscutível. E é precisamente aqui que entra em foco o direito legal e legítimo que possuem as pessoas portadoras de uma sexualidade egodistônica (que destoa do eu), homossexual ou não, de buscarem tratamento psicológico ou psiquiátrico, caso assim bem o desejarem, além do direito que têm e possuem de não compartilharem com a ideologia de tais militâncias (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, n.p.).<sup>4</sup>

Durante os debates, o deputado pelo Rio de Janeiro, Jean Wyllys do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), fez uma série de questionamentos ao PDC e seu

---

<sup>4</sup> Todos os discursos referentes às audiências públicas transcritos aqui foram retirados do portal da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/>.

autor, sobre a quais grupos de interesse e pressão eles atendem, e também apontou a fragilidade das construções argumentativas na exposição da psicóloga Marisa Lobo, ao indicar que tais construções ocultam argumentos puramente religiosos.

Eu questiono qual é o objetivo de um Deputado que foi delegado da Polícia Federal, por isso está muito mais ligado a esse universo, ao propor um projeto de decreto legislativo que susta pontos de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia. Que interesse pode ter esse Parlamentar em se meter nessa história, a não ser que levemos em conta que esse Parlamentar também é evangélico e está na verdade respondendo a pressões de pessoas das suas relações e dos seus interesses? Eu confesso que fiquei constrangido com a fala da única pessoa que se manifestou a esse respeito, a psicóloga Marisa Lobo. Fiquei constrangido com a falta de sustentação teórica, de aprofundamento teórico, da sua exposição. [...] O que a CID mantém ainda como doença é o transtorno de identidade de gênero. Fico constrangido porque a psicóloga confundiu dois conceitos básicos, o de orientação sexual com o de identidade de gênero, que não necessariamente se confundem. Não é por que a CID ainda mantém o transtorno de identidade que alguém pode se valer disso para oferecer terapia de cura para a homossexualidade enquanto orientação sexual. [...] O psicólogo não deve reforçar essa egodistonia por meio de discursos que são no fundo religiosos. [...] Há uma violência simbólica do próprio Estado contra os homossexuais, na medida em que os exclui de direitos. E faz parte dessa violência simbólica o conjunto de discursos que demoniza, que desqualifica, que desumaniza os homossexuais, que não dá a eles a autonomia nem a liberdade de experimentar a sua orientação sexual com inteireza. É uma violência simbólica oferecer para a egodistonia um tratamento que reforce a egodistonia, um tratamento que na verdade mascara um proselitismo religioso. Porque, se formos observar, quase todos os argumentos utilizados para convencer a pessoa de que ela pode se curar são argumentos religiosos. Portanto há a ideia de que a homossexualidade é um pecado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, n.p.).

A deputada pelo PT-DF, Érika Kokay (2012), apontou a parcialidade da mesa, considerando a ausência de representantes do movimento LGBT, e anunciou o requerimento de uma nova audiência pública, para discutir a ética profissional.

Nós estamos apresentando - o Deputado Jean Wyllys e eu - uma proposta de realização de audiência pública na qual possamos discutir a ética profissional. Porque essa postura do Conselho Federal de Psicologia é a mesma postura que existe no Conselho Federal de Serviço Social, é a mesma resolução que existe

no Conselho Federal de Medicina, é a mesma resolução que existe na Ordem dos Advogados do Brasil (KOKAY, 2012, n.p.).

Dessa forma, em seis de novembro de 2012, foi realizada a segunda audiência, que teve como tema, o *Exercício profissional do psicólogo, ética e respeito à homossexualidade*. Presidida pela deputada Érika Kokay, teve os seguintes palestrantes: Toni Reis (representando a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros – ABGLT); Ana Paula Uziel (representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e integrante do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM) e Francisco Cordeiro (consultor nacional da Organização Pan-Americana de Saúde no Brasil – OPAS).

Inicialmente, a deputada Érika Kokay (2012) assinalou que o PDC é baseado numa construção religiosa, inclusive colocando em risco o caráter laico do Estado, e, portanto, aquela audiência visava trazer reflexões à luz da ciência e da ética profissional. O representante da OPAS, Francisco Cordeiro, partindo do ponto de vista da saúde pública, defendeu que a diversidade é intrínseca à humanidade e o respeito às diferenças faz parte da convivência democrática, e que desconsiderar esta realidade pode potencializar o surgimento de instrumentos de controle social para grupos com características determinadas, induzindo ao desrespeito, intolerância, preconceito e estigma. Apresentou um documento da OPAS, que adverte que as supostas terapias de mudança de orientação sexual carecem de justificativas médicas e são eticamente inaceitáveis.

Toni Reis, representante da ABGLT, também fez referência ao documento da OPAS e levantou uma questão de fundo: a religiosidade no debate da cura *gay*. Adverte sobre o uso do sufixo **ismo**, que designa doença, o que justifica o uso do termo **homossexualidade**. Citou países que aplicam pena de morte, tais como Irã, Arábia Saudita, Sudão, Nigéria etc., para homossexuais e que tal medida é baseada nos livros sagrados. Toni Reis é especialista no tema da homofobia nas escolas, e destacou em sua fala, dados sobre o *bullying* homofóbico e suas consequências, sobretudo, a evasão escolar. Também apresentou dados oficiais sobre violência e discriminação contra pessoas LGBT. Mencionou ainda, as comunidades terapêuticas, que promovem a reversão da homossexualidade, com procedimentos aviltantes com seus usuários, como a exigência de se fazer exame de vírus da imunodeficiência humana (HIV), dentre outras violações, o que havia sido denunciado ao Ministério Público, que investigava o caso.

Por fim, palestrou Ana Paula Uziel, que disse que, como professora, estava preocupada com a formação do estudante de psicologia, haja vista o crescimento de alunos evangélicos na universidade. Apresentou informações sobre a regulamentação



da psicologia no Brasil e a criação dos conselhos federal e regionais, a fim de responder então, que o CFP tem autonomia para dar as diretrizes da prática ética no exercício da profissão, funcionando como um tribunal superior de ética profissional, e julga, em última instância os recursos das deliberações dos conselhos regionais. E esclareceu que, em geral, o sofrimento (relatado nos movimentos sociais, entre alunos ou nos consultórios) é decorrente de uma sociedade heterocêntrica, e que tal sofrimento deve ser acolhido pelo psicólogo. Sobre a resolução do CFP, que o PDC visa sustar, defendeu sua manutenção, pois ainda é necessária.

Nos debates, inscreveram-se os deputados Pastor Eurico do Partido Humanista da Solidariedade de Pernambuco (PHS-PE) e Marco Feliciano (PSC-SP), defensores do PDC, e seus questionamentos e posicionamentos tentaram desconstruir a relação feita entre o PDC e a homofobia, ao não se considerarem homofóbicos, tampouco que a homofobia seja intrínseca ao projeto.

Primeiro, eu gostaria de trazer à tona um questionamento que em todas as reuniões se fala: sobre a laicidade do Estado. Isso aqui não tem nada a ver com laicidade do Estado. [...] O que nos deixa perplexos é que os evangélicos neste Brasil, em todas essas discussões são tratados de homofóbicos. E homofobia é uma doença, é uma patologia clínica onde o homofóbico, ele não aceita as pessoas, não aceita as práticas, quer exterminar, destruir a pessoa, isso sim é homofobia. Nós evangélicos não andamos matando ninguém, principalmente homossexuais. Ao contrário, eu convivo com tantas pessoas homossexuais e nunca tive ódio ou quis matar; questão de princípios e um direito meu se eu não concordo com a prática homossexual, uma questão minha, que tem que ser respeitada também. [...] Agora, quando se trata da questão da psicologia, deixa a desejar alguns posicionamentos que foram tomados pelo CFP. [...] Se um homossexual busca o psicólogo, quer uma orientação, por que ele não pode ser atendido? Essa é a função do psicólogo. Mas aí, começou-se a marginalizar os profissionais da psicologia que tratam essas pessoas, que buscam a orientar. [...] Eu gostaria que nós pudéssemos pensar nos direitos, tanto se fala em direitos, é que os direitos dos homossexuais de hoje, que querem deixar o homossexualismo, eles possam também ser respeitados e os psicólogos possam lhes atender e orientá-los dentro daquilo que for possível (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, n.p.).

Na mesma linha de argumentação, se colocou o deputado Marco Feliciano:

Nós não lutamos contra seus direitos, inclusive eu falo sempre abertamente, embora eu tenha recebido o prêmio Pau de sebo, fui o terceiro mais votado pela comunidade LGBT (interessante que há dois piores do que eu), eu nunca pratiquei

violência contra ninguém. A minha briga não é contra o movimento, a minha briga é contra os ativistas, porque os ativistas querem tudo, tudo e um pouco mais. Agora há pouco mesmo, a nossa deputada Érika Kokay, citou os negros e índios, os colocou no mesmo patamar dos gays. Negro nasce negro, ele não tem como mudar. Índio nasce índio, ele não tem como mudar, mas orientação sexual se muda. Eu conheço pessoas que eram gays, e que agora não são mais gays, são casadas e têm filhos. [...] Não queria que ninguém mais nos tachasse como homofóbicos, como obscurantistas, como caçador de bruxas, nem como fundamentalistas. Eu acho que o nosso diálogo tem que ser em nível intelectual, como está sendo aqui agora. [...] De repente, alguém tá pensando aqui: só tem dois pastores para discutir esse assunto, só esses dois que são contra tudo isso. Na verdade não, quando se fala do assunto homossexualidade aqui nesta casa; vai em *off* falar com cada um dos deputados, a maioria deles, 90% são tudo contra tudo que é feito aqui, mas quando você pede apoio a eles, eles dizem: não, não posso, porque a mídia vai vir para cima de mim, vão desconstruir a minha imagem, vou ser chamado de retrógrado, não vou ser progressista e coisas mais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, n.p.).

Em 27 de novembro de 2012, foi realizada uma terceira audiência, onde se destaca a presença do pastor da Igreja Assembleia de Deus, Vitória em Cristo, Silas Malafaia, como defensor do PDC 234/11. Vale lembrar, que em 2004, tramitou na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) um projeto que previa a alocação de recursos estatais para iniciativas religiosas voltadas à reversão da homossexualidade. O deputado estadual Samuel Malafaia, irmão de Silas, concedeu parecer favorável ao projeto, que acabou sendo rejeitado em plenária, em dezembro daquele ano, devido às reações de oposição de distintos atores sociais. (NATIVIDADE & LOPES, 2009) As narrativas de defesa construídas por Silas Malafaia têm o sentido de legitimar o discurso religioso na arena política, a partir da apropriação (sem um rigor científico) de conhecimentos do campo da psicologia, psicanálise, genética etc., conforme alguns trechos de seu discurso:

A Psicologia não tem autoridade científica para dizer que alguém nasce ou não homossexual. Qual é o ramo da ciência que tem autoridade científica? A genética. A genética é o ramo da ciência que tem autoridade para dizer se alguém nasce ou não homossexual. Então, vamos lá. Não existe ordem cromossômica homossexual, não existem genes homossexuais, não existe libido homossexual do homem, macho ou fêmea. Um hormônio homossexual não existe, só há hormônio de macho e de fêmea. [...] Agora, quanto a Freud, que tanto vi na universidade e foi citado aqui, o pai da Psicanálise, será que os senhores esqueceram parte dos

livros? Ele faz o estudo de uma mulher homossexual e chega à conclusão de que ela tinha uma questão com a figura paterna. Está nos escritos de Freud, senhores. Manda botar na fogueira da inquisição do Conselho Federal de Psicologia (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, n.p.).

Zylbersztajn (2012) não considera que a presença religiosa nos debates políticos seja algo antidemocrático em si, mas apenas evidencia a inexistência de recursos teóricos e argumentativos para a discussão do tema de forma qualificada. A este respeito, Rorty (1999) considera que o argumento puramente religioso precisa ser reestruturado e ganhar contornos seculares para ser apresentado na arena política. Partindo dessa premissa, analisamos que nos discursos dos defensores do PDC 234/11, ocorre uma transfiguração do discurso puramente religioso, com a apropriação de conhecimentos científicos de campos variados, a fim de legitimá-lo na arena política. Tal estratégia, contudo, torna seus argumentos bastante frágeis e conseqüentemente, facilmente desconstruídos, gerando muitas controvérsias e rejeição de vários setores da sociedade e oposição de atores sociais. O que levou o próprio autor do PDC, a requerer sua retirada de tramitação, em dois de julho de 2013. Na votação para o arquivamento, deputados de partidos mais à direita do espectro político parabenizaram a atitude do deputado João Campos, como o deputado do Piauí, Marcelo Castro (PMDB-PI):

O PMDB quer aproveitar a oportunidade para parabenizar o deputado João Campos, que, em boa hora, está retirando esse projeto. Isso é um retrocesso. Isso é de um obscurantismo, é de um atraso secular. Isso está pegando muito mal para o Congresso Nacional perante a opinião pública, nas manifestações populares (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, n.p.).

E também o deputado Mendonça Filho do Democratas (DEM-PE):

Acho que foi sábia a decisão do deputado João de propor a retirada do projeto. Ele gerou muita controvérsia, muita discussão e debates. Eu sou um liberal e, naturalmente, entendo claramente que a questão da sexualidade é uma disposição pessoal. Cada um tem a sua própria formação sexual, e não é esta Casa que vai ditar o caminho a ser seguido por quem quer que seja (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, n.p.).

Esse posicionamento dos deputados revela mais uma preocupação com as controvérsias públicas geradas pelo PDC, do que propriamente valores mais progressistas, afinal, estavam em curso à época, os movimentos de junho de 2013,

com grande adesão da população em todas as regiões do país, que causou grande apreensão na classe política.

## Considerações finais

O cenário político é constituído por diversos grupos sociais, com diferentes naturezas organizacionais de luta a favor de seus objetivos. Os interesses dos grupos podem ser definidos como o anseio de que, da política, seja extraída uma posição que favoreça determinado grupo ou segmento social. Na dinâmica relacional que se instaura nos processos de representação de interesses, há uma gama de atores envolvidos, como os atores governamentais (membros do Congresso, *staff* do Congresso, Presidente etc.), que são aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do público, tendo maior influência na definição da agenda governamental, atuando no fluxo dos problemas e política, e seu recurso mais decisivo é autoridade legal. Conforme vimos, os parlamentares evangélicos se utilizam de tais capitais e recursos, interferindo na agenda do movimento LGBT, com proposições que disputam a definição do que seja uma sexualidade legítima e de quais pessoas estão socialmente autorizadas a exercê-la, assim como conseguir o veto de leis e políticas públicas que contrariam preceitos morais da sua comunidade religiosa.

Conforme Machado & Burity (2014), especialmente no discurso dos parlamentares, as posições conservadoras dos evangélicos em temáticas como direitos sexuais e combate à homofobia não devem ser necessariamente compreendidas como ataques à democracia. O que se pretende ressaltar contudo, é o fato de tais discursos e práticas, derivados de certas interpretações teológicas e exegeses bíblicas particulares, que deveriam se limitar aos templos religiosos, programas de rádio, televisão e outras mídias, adentrarem a arena política através dos parlamentares evangélicos que representam essas denominações religiosas, ferindo os princípios constitucionais da laicidade estatal. Zylbersztajn (2012) sustenta que a laicidade do Estado brasileiro não é plena, e que o processo de consolidação da laicidade é histórico e construído, tal como ocorre com os demais direitos fundamentais. De acordo com Pierucci (2009), pessoas livres (re)querem Estados laicos. O autor refere-se enfaticamente a mais secularização do Estado com seu ordenamento jurídico, e menos à secularização da vida, considerando que esta pode refluir, mas a do Estado não.

**THE NEW CHRISTIAN RIGHT: ALLIANCES, STRATEGIES  
AND ALTERATIONS OF RELIGIOUS DISCOURSE  
SURROUNDING CONVERSION THERAPY**

**ABSTRACT:** *The extension of LGBT rights, as well as actions that promote the visibility and acceptance of these social groups have provoked conservative reactions from different aspects of the Christian faith, especially from Pentecostal evangelicals. The present article seeks to examine the role of congressmen of the Evangelical Parliamentary Front in the course of the draft constitutional decree (PDC 234 \ 2011), proposed by federal representative João Campos (PSDB-GO). It proposes an analysis focusing on the alliances, strategies and speeches developed in the political arena. As a methodological resource, reference is made to the speeches and debates delivered at public hearings for the above mentioned draft constitutional decree. As a source for consultation, we use the shorthand notes relating to the public hearings and ordinary meetings of the Federal Chamber of Human Rights and Minorities (CDHM) and the Social Security and Family Committee (CSSF), complemented by videos and materials circulated by the media that make reference to them.*

**KEYWORDS:** *Political-religious activism. Religious conservatism. PDC 234 \ 2011. Evangelical Parliamentary Front. LGBT movement.*

## REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Anais da ANC**. 1993, n.p. Disponível em <[http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/anais-da-assembleia-nacional-constituinte](http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/anais-da-assembleia-nacional-constituinte)>. Acesso em 21 jan 2017.

\_\_\_\_\_. **Discursos e Notas Taquigráficas**. 2012, n.p. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 18 jun. 2017.

CAMPOS, L. S. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **REVISTA USP**, SP, n.67, p. 100-115, set/nov 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 1 / 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Disponível em <<http://site.cfp.org.br/resolucoes/resolucao-n-1-1999/>>. Acesso em 18 jun. 2017.

DUARTE, T. dos S. A Participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Brasileiro: Ação Política e (In) vocação Religiosa. **Ciencias Sociales y Religión**, Porto Alegre, 14, n.17, jul/dic 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. Pastor organiza abaixo-assinado para presidir comissão na Câmara. São Paulo, mar 2013, n.p. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1240319-pastor-organiza-abaixo-assinado-para-presidir-comissao-de-direitos-humanos.shtml>>. Acesso em 20 mar 2014.

FRESTON, P. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Tese de doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1993.

HOWES, R. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características Gerais da População, religião e pessoas com deficiência. Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em 18 jun. 2017.

KOKAY, Érika. Discursos e Notas Taquigráficas. **CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ**. Brasília/DF, 28 de junho de 2012, n.p. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=181.2.54.O&nuQuarto=68&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:21&sgFaseSessao=CP&Data=28/06/2012&txApelido=ERIKA%20KOKAY,%20PT-DF>>. Acesso em 18 jun. 2017.

MACHADO, M. D. C. & BURITY, J. A Ascensão Política dos Pentecostais na Avaliação de Líderes Religiosos. **Dados**, vol.57, n.3, pp.601-631, 2014.

MARIANO, R. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, 18 (52), 2004.

NATIVIDADE, M. & LOPES, P. V. L. O direito das pessoas GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia. In DUARTE *et al.*(orgs). **Valores Religiosos e Legislação no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS/Vértice, p. 104-132, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. De olho na modernidade religiosa. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 20, n. 2, p.9-16, 2008.

RORTY, R. Religion as a conversation stopper. In: \_\_\_\_\_. **Philosophy and social hope**. Penguin Books, p. 168-174, 1999.

*A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gzy*

ZYLBERSZTAJN, J. **O Princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988**. Tese de doutorado. Faculdade de Direito, USP, 2012.

Recebido em 11/02/2017.

Aprovado em 13/06/2017.





# **Artigos/Articles**



# O MST E A REFORMA AGRÁRIA DO CONSENSO

*Arlete Ramos dos SANTOS\**

**RESUMO:** Este texto traz os resultados de uma pesquisa realizada na regional Extremo Sul da Bahia, que analisou a relação de parceria, os acordos e o diálogo estabelecido entre os movimentos sociais do campo, principalmente o Movimento Sem Terra (MST), o Estado e as empresas do agronegócio. Utilizamos a metodologia qualitativa de natureza exploratória, e os instrumentos de coleta de dados foram análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontaram que na região brasileira pesquisada está evidenciado um novo formato de reforma agrária, o qual estamos denominando de Reforma Agrária do Consenso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agronegócio. Ideologia. Movimentos sociais do campo. Reforma Agrária do Consenso.

## Introdução

Este artigo aborda o resultado de uma pesquisa<sup>1</sup> realizada na Regional Extremo Sul da Bahia que teve como objetivo principal analisar as contradições originadas em uma parceria entre os movimentos sociais do campo<sup>2</sup>, de cunho progressista, o governo do Estado da Bahia, de caráter (Neo)desenvolvimentista, e as empresas do agronegócio de eucalipto Fíbria S.A. e Veracel Celulose S.A.

---

\* UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus – BA – Brasil. 45662-900 - arlerp@hotmail.com.

<sup>1</sup> Pesquisa de Pós-doutorado realizada na FCLAR/UNESP, Campus Araraquara-SP, sob a supervisão da Dra. Maria Orlanda Pinassi, cujo objeto de estudo trata das alianças estabelecidas entre os movimentos sociais do campo, o Estado e o agronegócio, na regional Extremo Sul da Bahia. Contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – FAPESB e da UESC.

<sup>2</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos (PRUNVE); Movimento de Resistência Camponesa (MRC) e a Frente de Trabalhadores Livres (FTL).

No contexto geral da pesquisa, buscamos compreender a relação antagônica entre reforma agrária, agronegócio e os movimentos sociais do campo. Entretanto, nesse texto não teremos espaço para discutir todos os resultados da pesquisa, por isso, optamos por recortar apenas os aspectos político-ideológicos que motivaram a realização da referida parceria, destacando, principalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Bahia.

Observamos nessa relação dois aspectos antagônicos que discutiremos no texto, os quais estão diretamente relacionados à manutenção do conservadorismo capitalista naquela região onde a pesquisa aconteceu. O primeiro diz respeito a um consenso dos movimentos sociais com os interesses do agronegócio e do Estado na regional Extremo Sul da Bahia; o segundo está relacionado ao interesse do agronegócio em dispor recursos para implantação de projetos agroecológicos e de formação da militância camponesa, pautados na agricultura familiar, sendo que contraditoriamente, o agronegócio expandiu-se no contexto de 1970, como expoente da monocultura no Brasil, sendo exatamente este um dos motivos pelos quais têm acontecido os conflitos no campo entre o capitalismo agrário e o campesinato brasileiro.

Realizamos uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e os dados foram coletados por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas (GIL, 2002) com os dirigentes dos movimentos sociais pesquisados; o secretário e o assessor da Secretaria de Relações Institucionais do governo da Bahia (SERIN) e um gerente de sustentabilidade da empresa Veracel S.A. Outros sujeitos como a Fíbria S.A. e a Escola Superior de Agronomia da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) que, inicialmente, foram elencadas como sujeitos, ao serem contatadas no momento da coleta de dados, nos informaram que só poderiam participar da pesquisa com a prévia autorização do MST.

Para análise do material coletado utilizamos a metodologia dialética visto que “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 1997, p. 20). Em termos gerais, o materialismo histórico dialético é um enfoque teórico que contribui para desvelar a realidade, pois busca apreendê-la a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Em outras palavras, esse enfoque tende a analisar o real no seu desenvolvimento histórico, -sua gênese e desenvolvimento-, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade. Desta forma, nos apropriaremos da teorização, frente à realidade posta para compreendê-la, sempre confrontando e analisando aspectos empíricos, históricos, ideológicos, sociais, entre outros, em busca de interpretar o objeto de estudo em sua totalidade.

## Lutas camponesas, reforma agrária e agronegócio: um debate ideológico

Optamos por analisar as lutas camponesas associadas à reforma agrária e à sua relação com o agronegócio. De acordo com Thomaz Jr. (2008), a luta camponesa tem atingido várias regiões do mundo. Na Indonésia, acontece por meio de enfrentamentos entre camponeses e forças de segurança. Na Europa, por meio da aliança entre os verdes, ecologistas, movimentos camponeses, participação da Via Campesina, Organizações Não Governamentais (ONGs) contra os transgênicos nas lutas pró-soberania alimentar dos povos; pelos direitos das mulheres camponesas ao trabalho e à terra e pelas iniciativas dos assalariados rurais na Andaluzia; pelas experiências dos sindicatos dos *Obreros Del Campo (SOC)*; dentre outros.

No contexto da América Latina, a reestruturação produtiva no campo atingiu os trabalhadores e movimentos sociais camponeses e resultou em formas de lutas que têm contribuído para redimensionar o debate teórico, político e social, por meio dos sindicatos, associações e partidos políticos, bem como, por meio da conquista de espaços desses sujeitos em vários países, como o *Pachakutik*, no Equador, os Zapatistas, no México, os indígenas, na Bolívia, os Sem Terra, no Brasil. As inovações nas formas de lutas têm sido uma característica fundante dessas mobilizações coletivas latino-americanas que enfrentam as estratégias utilizadas pelo capitalismo mundial na agricultura, a qual visa a espoliação dos camponeses, cujos fundamentos estão pautados nas políticas estruturais do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do regimento do livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) (THOMAZ JR., 2008).

As contradições daí originadas resultam em formas de resistências que motivam cada vez mais as lutas dos movimentos sociais camponeses e acirram a correlação de forças entre trabalhadores e detentores dos meios de produção no campo. Cabe esclarecer que a luta pela terra é diferente da luta pela Reforma Agrária. Enquanto a primeira acontece no Brasil desde a conquista do território brasileiro pelos portugueses, principalmente com as lutas indígenas, a segunda data da primeira metade do século XX, quando, no período compreendido entre 1948 e 1954, os camponeses brasileiros começam a articular a sua práxis com a luta contra o latifúndio, ainda sem ligações específicas com o proletariado das cidades. Porém, essa luta se concretizou com o Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64), da gestão Castelo Branco e ainda se encontra em vigor por meio do Art. 186 da Constituição Federal, de 1988.

Observamos que no século XX, o mercado fundiário no Brasil garantiu que bens imobiliários rurais “fossem utilizados como reserva de valor e/ou fonte de

lucros, por meio da apropriação parasitária de renda decorrente de incrementos do preço da terra. Daí que a simples propriedade da terra tenha permanecido substrato fundamental de riqueza em meio ao progresso técnico no campo brasileiro” (FARIAS, 2013, p. 34). Essa configuração fundiária aliada às políticas governamentais criou uma relação de concomitância entre a agricultura e a indústria, o que gerou a cultura do processamento agroindustrial, que contribuiu para a ampliação do grande capital no campo brasileiro, cujo propósito era a produção de *commodities*. No Brasil, a concentração da propriedade da terra tem o predomínio da agroindústria, que por meio do agronegócio incorpora os setores agrícola, mercantil, industrial, ideológico, financeiro, tecnológico e educacional<sup>3</sup>. Não obstante, através do senso comum não crítico, o agronegócio tem procurado subordinar o campesinato e a agricultura familiar aos ditames do capitalismo mundial, submetendo-os às determinações dos organismos multilaterais por meio da submissão destes adquirida mediante a crença ilusória de independência aparente.

Abramovay (2007) toma como referência a realidade de países desenvolvidos para contextualizar a relação entre o agronegócio e o campesinato, justificando que o desenvolvimento do capitalismo pode proporcionar o fim do sujeito camponês porque, num determinado estágio da produção, a conjuntura socioeconômica cria relações de mercado entre ambos, extermina o modo de produção do camponês e o metamorfoseia transformando-o no profissional agricultor familiar, totalmente inserido no mercado e desprovido de consciência de classe camponesa. Esse paradigma é denominado de Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) por Abramovay (2007). A agricultura familiar (controle da família sobre os meios de produção, sendo ela a principal responsável pela efetivação do trabalho) perde, gradativamente, espaço para as grandes produções em escala das transnacionais, e estas, utilizando-se em parte de novos métodos de aumento da produção, principalmente, da biogenética, subjuga os agricultores familiares, tornando-os sua mão de obra, ou expulsando-os do campo.

Entretanto, apesar de Abramovay (2007) utilizar a organização do sistema capitalista agrário de maneira universal para decretar o fim do campesinato, isso não se concretizou efetivamente no Brasil, tendo em vista que diversos movimentos sociais camponeses ainda continuam suas lutas pela posse da terra no país atualmente, se organizando de forma coletiva, com uma práxis voltada para o enfrentamento ao capital, mediada pelas estratégias de luta cotidianas. Nesse caso, se destacam os movimentos sociais de trabalhadores camponeses organizados pela Via Campesina, os quais são responsáveis por diversos conflitos para conseguirem

---

<sup>3</sup> As cartilhas do agronegócio para serem usadas pelos professores que estão disponíveis em: <<http://www.abagr.org.br/media/pdf/abagr-cartilha-agronegocio-escola-versao-professor.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2017.

a posse da terra e também para conquistarem a política de Reforma Agrária. A esse paradigma que tem como ponto de partida as lutas de classe para explicar as disputas territoriais e suas conflituosidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses, Fernandes (2015) denominou de Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Todavia, na região Extremo Sul da Bahia, as nossas pesquisas identificaram que os movimentos sociais estão utilizando uma nova estratégia de realizar a reforma agrária a qual estamos denominando de **Reforma Agrária do Consenso**, e definimo-la como uma forma específica de negociação para fazer reforma agrária, que acontece por meio de parceria e acordos realizados entre as empresas do agronegócio de eucalipto com os movimentos sociais do campo e o Estado. Tomamos como base os dados coletados em entrevista como demonstra a TABELA 1 a seguir, elaborada a partir da coleta na nossa pesquisa:

**TABELA 1 – Diálogo dos sujeitos (Movimentos sociais, agronegócio e Estado)**

Sujeito da pesquisa	Sobre a negociação e a parceria para o consenso
<p><i>Veracel</i> – Entrevista realizada na pesquisa de campo com o gerente de sustentabilidade da empresa.</p>	<p>Nós fizemos um trabalho de separar o joio do trigo. Bom, identificamos seis movimentos sociais, estabelecemos uma linha de corte nesse horizonte temporal de julho de 2011. Então negociamos com o governo do estado que nos ajudou a mediar. A Veracel assumia naquele momento da negociação de mesa, todas as áreas que estavam ocupadas até julho de 2011. [...] Os movimentos sociais por sua vez teriam que aceitar e aceitaram parte do acordo de recuar das áreas ocupadas após julho de 2011, ou seja, sair espontaneamente daquelas áreas, e isso aconteceu [...]. São seis movimentos: MST, o MLT, a FETAG, APRUNVE, o MRC e o FTL.</p>
<p><i>MST</i> – Márcio Matos, representante da Direção Nacional do MST. Disponível em: &lt;<a href="http://www.vermelho.org.br/noticia/189167-8">http://www.vermelho.org.br/noticia/189167-8</a>&gt;.</p>	<p>1 - “Chegamos a um novo paradigma de <i>negociação</i> sobre passivos, <i>diálogo</i> que surgiu a partir de relações conflituosas e se repetirá junto às demais empresas do setor”. (<i>Grifos nosso</i>).</p> <p>2 - “Neste momento, encerram-se as diferenças entre o MST e Fíbria, avançando em um modelo de agricultura que possa permitir ao homem produzir sem prejudicar a natureza”.</p>

Sujeito da pesquisa	Sobre a negociação e a parceria para o consenso
<p><i>Fetag/Ba</i> - Dirigente da Fetag/Ba. Dados adquiridos por meio de correio eletrônico em 16/11/2015.</p>	<p>O processo de negociação entre Mov. Sociais, Empresas e Governo, iniciou com a Fazenda Colatina, Mun. do Prado, quando o MST e a Fíbria, mediados pelo Governo do Estado, chegaram ao <i>consenso (grifo nosso)</i>, pondo fim ao conflito, daí, se estendeu, à outras propriedades da Fíbria e Suzano, como também à várias áreas da Veracel, tendo sempre, o governo do Estado, como interlocutor/mediador, envolvendo uma área no município de Itapebi (Fazenda Candelária), ocupada pelo MRC e FTL, uma área no município de Eunápolis (Fazenda São Caetano), ocupada pela FETAG-BA e MLT, várias propriedades ocupadas pelo MST e outras pela FETAG-BA.</p>

**Tabela construída pela autora a partir da análise dos dados coletados em 2015.**

O trecho da entrevista da FETAG-BA traz uma síntese do que de fato aconteceu no processo de negociação entre os sujeitos e pressupõe o que Lukács (1968) descreveu em seu ensaio *Marx e o problema da decadência ideológica*, que retrata o período posterior às revoluções de 1848, quando os elementos ideológicos progressistas da burguesia, classe revolucionária daquela época, são trocados por elementos conservadores. Em nossa análise o mesmo conservadorismo acontece com os movimentos sociais analisados quando estabelecem as parcerias que estamos denominando da **Reforma Agrária do Consenso**.

A **ideologia** é um conceito polissêmico e enigmático da ciência social moderna. Segundo Michel Löwy (1987, p. 9-10), “ao longo dos últimos dois séculos se tornou objeto de uma acumulação incrível, até mesmo fabulosa, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos”. O entendimento desse conceito como registro de pressões deformadoras não é recente visto que a sua origem remonta à Antiguidade, quando os gregos começaram a refletir sobre os problemas dos seres humanos de maneira mais concreta, sem se apegar aos mitos e às religiões, para que pudessem **conhecer** a origem do homem longe de falsas ilusões ou do escamoteamento da realidade. Nesse sentido, Platão, com o seu **mito da caverna** chamava a atenção dos seus discípulos sobre a possibilidade de ver sombras ao invés de seres reais, ou seja, enxergar a aparência e não a essência. Então, a preocupação com o conhecimento do real, e não somente do abstrato, passou a ser uma constante, principalmente para os filósofos que faziam especulações sobre a realidade. Os iluministas demonstravam um exacerbado otimismo na crença de que por meio do conhecimento todas as questões da humanidade poderiam ser resolvidas. E com o poder da persuasão, da argumentação racional e a socialização



do conhecimento científico seria possível dar fim à ignorância, à superstição e o preconceito. (KONDER, 2002).

De acordo com essa percepção, a consciência era produto do meio e a realidade objetiva era compreendida pelas impressões sensoriais que por sua vez, eram reproduzidas pela ideologia, por meio da qual os homens chegavam mais próximo do real e se livravam dos subjetivismos. Dentre os socialistas, destaca-se inicialmente, Fourier (1970, p.27), que trata a ideologia como “catarrata das mais espessas, que cega o espírito humano, deforma a sensibilidade, calunia as paixões e dificulta a compreensão dos homens entre si”. Entretanto, a tônica necessária seria acrescentar às concepções de ideologia a capacidade de reflexões sobre a crítica e a autocritica mediante os conflitos advindos do conhecimento e das determinações históricas. Por isso, Kant e Hegel os filósofos do idealismo clássico, acrescentam a essa discussão a importância do sujeito na construção do seu conhecimento e responsável pela própria realidade do conhecimento adquirido ideologicamente. Os sujeitos poderão sair da condição de sujeitos sujeitados e se tornarem ativos, interferindo na realidade e no processo histórico. Assim, “começa a ser valorizada a construção subjetiva do conhecimento, e este deixaria de ser concebido apenas como um registro fiel e objetivo da realidade”. (KONDER, 2002, p. 26).

Na concepção marxiana, foi sistematizada a compreensão do homem sobre o mundo existente (ontologia), sobre o próprio conhecimento (gnosiologia) e sobre as ações e valores humanos (axiologia); a sua concepção de ideologia está relacionada com o ajuste de contas que Marx fez com Hegel, principalmente, na concepção de Estado, em sua *Crítica ao direito público hegeliano*, na qual Hegel foi acusado por Marx de um formalismo inaceitável (MÉSZÁROS, 2011). Hegel atribui ao que idealizou como **Estado ético**, uma realidade histórica substantiva, destinada a subsumir a sociedade civil antagônica, sobre a qual ele é erigido como seu elemento constitutivo e de base material contínua. A temporalidade hegeliana de Estado é fundamentada em sua obra, pela noção do **eternamente presente**, que é, paradoxalmente, transfigurado na teleologia do Absoluto. Para Marx (1996), o Estado é o resultado da criação de homens alienados e está sujeito aos determinantes históricos. Se para Hegel o Estado é eterno, a-histórico e está acima da sociedade coletiva e ideal, para Marx é resultado do contexto histórico e moldado pela sociedade, e não o contrário. E a ideologia é responsável pela alienação<sup>4</sup> ou estranhamento por meio do qual o Estado se apresenta como um corpo estranho que submete a sociedade ao seu controle, sendo os indivíduos levados a acreditar numa **ideia ilusória** de um Estado racional que promove a paz e organiza a sociedade

---

<sup>4</sup> Baseado em Marx, Mézáros (2011) afirma que a alienação se caracteriza pela extensão universal da vendabilidade; pela conversão dos seres humanos em coisas, de modo que apareçam como mercadorias.

por meio da lei. Ou seja, diferente do que Hegel considerou como o **Espírito do Mundo** e a **Razão Suprema**, Marx enxergou como o responsável por legitimar as contradições entre as classes.

Para superar essa alienação seria necessário ir à raiz da mesma atacando a contraposição entre sujeito/objeto, por meio da compreensão histórica da realidade que reagiria contra as distorções ideológicas adquiridas nas relações de produção (trabalho) e fortaleceria a consciência crítica. Em *A ideologia alemã*, de Marx e Engels (2002), encontramos uma passagem importante do pensamento desses autores sobre a ideologia segundo a qual:

[...] os seres humanos elaboraram até agora falsas representações a respeito deles mesmos, do que são ou deveriam ser. [...] Libertemo-los das ficções do cérebro, das ideias, dos dogmas, das essências imaginadas sob cujo jugo se atrofiam. Rebelemo-nos contra o domínio das ideias. Ensinemo-los a trocar as fantasias por ideias que correspondem à essência do Homem. (MARX e ENGELS, 2002, p. 7)

Nesse sentido, estes pensadores apresentam a ideologia como uma visão distorcida da realidade cuja representação da mesma está condicionada ao idealismo subjetivo, no qual o Estado paira acima da sociedade. Concretamente, tais pressupostos são evidenciados na realidade pesquisada quando a classe dominante, por meio do agronegócio e do Estado, numa relação de exploração convence os explorados de que os mesmos estão sendo beneficiados pelas empresas de eucalipto. Entretanto, os exploradores são mais beneficiados, como se verifica na fala do representante da Veracel Celulose (Pesquisa de Campo) uma vez que a empresa fez investimentos na região Extremo Sul, pensando em seus próprios interesses.

A partir do momento que os acionistas se decidem por fazer a fábrica, fazer o investimento da fábrica, que foi um investimento de milhões de reais, a empresa entra numa segunda etapa, e aí para tornar a região mais atrativa, pra fixar pessoas que venham morar aqui para operar essa fábrica, fez uma série de investimentos. Como a região continha na época um déficit de cultura social muito grande, muito alta, a empresa teve que fazer muitos investimentos nessa área, e nos últimos dez anos a empresa investiu em cultura social. A empresa já fez parcerias com o Estado e com os municípios na melhoria de condições de saúde, construindo unidades e equipando unidades de saúde, foi responsável pela construção de uma série de unidades de saúde nos municípios, doação de materiais equipamentos, treinamento de pessoas. [...] Então, ela fez todo um trabalho de calçamento e pavimentação de ruas, que era de esgotos a céu aberto, fez toda a parte de drenagem pluvial de esgotamento sanitário e instalação de água potável nessa

localidade, e fizemos também ao longo desse tempo vários anos investimentos na área de educação. (Trecho da entrevista com a Veracel, 2014).

Salientamos que a referida empresa é responsável por causar muitos danos ao meio ambiente e à saúde dos moradores nas suas redondezas. Tendo em vista os acordos legais estabelecidos de responsabilidade social, torna-se, pois, obrigatório que a mesma invista nas melhorias dos espaços públicos para que a comunidade prejudicada possa ter atendimento. Apesar disso, percebemos no relato que a preocupação da empresa é criar as condições para que os trabalhadores possam fixar na região explorada. Dessa forma, a Veracel alcança dois objetivos: manter trabalhadores de seu interesse na região; e construir ideologicamente um **consenso** generalizado de compromisso e responsabilidade social na sociedade civil, tornando presente o que Marx e Engels (2002) denominaram de falsas representações ou de uma visão distorcida da realidade. O trecho a seguir corrobora com esse pensamento:

[...] Isso não é filantropia, isso é negócio, interesse de negócio, filantropia não existe nessa questão. E se nós não tivéssemos motivos não estávamos envolvidos nesses conflitos e esses conflitos existem. São reais. Não podemos operar, não podemos estar na região e sendo competitivo, pelos custos inadequados, e sim, tendo imagem, reputação, e imagem que seja capaz de gerar confiança no mercado, de assumir isso sem que a gente esteja pendendo pra essa área, isso é um tipo de esforço, de relação. Isso é crucial, estratégia pro negócio, isso não é filantropia (Trecho da entrevista com a Veracel).

Como arauto do capital (neo)desenvolvimentista, o entrevistado deixa claro a importância do **negócio e do mercado** para a empresa na relação entre trabalhadores e capitalistas. Para tanto, utiliza-se do mecanismo da cooptação por meio de pequenas benesses, de forma que a sociedade acredite que a empresa está sendo solidária e filantrópica. Indubitavelmente, a ideologia capitalista se manifesta nesse contexto. Além de utilizar a força da razão material e um arsenal político-ideológico à sua disposição na sociedade civil, o agronegócio, enquanto classe dominante, exerce seu poder ideológico na regional Extremo Sul, beneficiando-se da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida são induzidas a legitimar na forma de consenso, os valores e as políticas que são contrários aos seus próprios interesses. Contudo, o fazem, acreditando que estão agindo de maneira correta para o seu bem-estar, pois o referido consenso é construído por meio de instituições que exercem o poder hegemônico na consciência de classe. No caso do nosso objeto de estudo, a mediação para a construção do consenso entre os movimentos sociais e o agronegócio foi realizada pela Escola

Superior de Agronomia (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP) e pelo governo do estado da Bahia.

## O MST e a reforma agrária do consenso

De acordo com os estudos realizados por Stédile (2013) e Bogo (2009), podemos concluir que o MST, em sua origem, destacava-se como movimento social do campo que visava, principalmente, à luta pela terra e à valorização do campesinato brasileiro. Entretanto, na atualidade, nas leituras de Santos (2013) e Hilsenbeck Filho (2013), bem como na nossa pesquisa de campo, ficou evidenciado que o MST passou por intensas transformações nas últimas duas décadas, sendo que há uma notável distância qualitativa entre as suas características fundantes – que marcaram as décadas de 1980 e 1990 – em relação às expressas nos anos posteriores à chegada do governo Lula ao Planalto, em 2003.

Na atualidade, o MST é o movimento de maior expressividade no campo brasileiro. Ele preconiza **teoricamente** uma reforma agrária contrária à do livre desenvolvimento do capitalismo na agropecuária, bem como, a concentração de terras por parte de grandes conglomerados empresariais (SANTOS, 2013). Nesse movimento social, nas palavras de um de seus dirigentes nacionais, João Pedro Stédile, entende-se que a disputa pela terra deve se transformar em disputa pelo território, significando terra, biodiversidade, florestas, água, recursos naturais, e pelas concepções produtivas e culturais, principalmente no que tange à qualidade e à saúde dos alimentos (REPÓRTER BRASIL, 2013). A esse paradigma de reforma agrária, o MST denomina de **Reforma Agrária Popular**. Outro intelectual do MST, Ademar Bogo (2009), entende que essa reforma agrária defendida pelo Movimento tem um caráter de ir aos poucos, conquistando a revolução socialista:

Podemos dizer que, por duas razões, a reforma agrária está ligada à revolução. A primeira por ela estar no campo das “reformas” em que obrigatoriamente deve impulsionar a revolução para a frente por meio da luta pelas necessidades imediatas dos Trabalhadores Sem Terra e da sociedade. A segunda razão, por ela estar vinculada a essa concepção antecipada da sociedade socialista que pretendemos construir, em que a propriedade privada sofrerá mudanças profundas na forma de sua existência”. (MOREIRA, 2016, p. 90)

A essência do significado de revolução é diferente do significado de reforma, pois enquanto na primeira subtende-se que deve haver uma transformação radical, na segunda, como o próprio nome indica, será feita apenas uma mudança gradual. O

MST almeja chegar à revolução iniciando pela reforma, que nesse caso a proposta é de que seja feita com a intervenção da manipulação superestrutural (Estado), a qual tem se demonstrado estar a serviço da classe dominante com a participação dos apoletas da ordem estabelecida. Depreende-se desse contexto a reforma como um revolucionismo esvaziado, que dá uma aparência ilusória de revolução. Entretanto, para que a revolução socialista aconteça *ipso facto* faz-se necessária uma mudança no quadro global com uma teoria que oriente as metas dos trabalhadores e os livre da imediatividade.

Nesse sentido, tanto o MST quanto os demais movimentos sociais pesquisados propõem reforma gradual, até alcançar a revolução, tomando o caminho da socialdemocracia. Para Mészáros (2011), na socialdemocracia pode-se permitir atuar dentro dos limites da imediatividade, com o pragmatismo e a engenharia social gradual, buscando mudanças particulares desprovidas de um quadro estratégico de referência, visto que as estratégias socialistas desafiam o imediatismo, desde os complexos mistificadores/ideológicos e materiais institucionais da formação estatal estabelecida até a internalização das inevitáveis pressões do capital na classe trabalhadora. Nesse sentido, a ideologia transmitida pelos movimentos sociais contribuirá para a manutenção do sistema capitalista, e não para a sua superação.

Diferentemente do que se previa nos objetivos do 3º Congresso Nacional do MST, onde encontramos uma proposição ao sistema socialista por meio do lema *Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais* (MST, 1995), no VI Congresso Nacional, o MST (2014) deixa clara a sua mudança de foco quando afirma que:

O Programa de Reforma Agrária Popular não é um programa socialista (grifo nosso) – embora os objetivos estratégicos da nossa luta sejam os de construir uma sociedade com formas superiores de socialização da produção, dos bens da natureza e um estágio das relações sociais na sociedade brasileira. [...]. (MST, 2014, p. 49)

Assim, o tipo de reforma agrária popular defendida pelo MST, com a participação de movimentos sociais do campo e da cidade, incidiria diretamente não apenas na concentração fundiária, uma vez que no mesmo programa agrário do VI Congresso Nacional do MST, ao defender o uso da terra estabelecendo o tamanho máximo da propriedade, o Movimento, contraditoriamente, não deixa de defender a propriedade privada da terra. Porém, de uma forma mais socializada, com a mediação das forças populares. Entretanto, cabe perguntar: 1) Qual o paradigma social que essas forças populares estarão defendendo, uma vez que o Movimento

demonstra que os seus dirigentes idealizam *up to date* alcançar a superação do capitalismo defendendo uma proposta (neo)desenvolvimentista, voltada para as mudanças graduais? 2) É possível vencer o capitalismo sem realizar uma mudança estrutural radical?

Em primeiro lugar, se o MST em um determinado contexto histórico, *a priori*, defende teoricamente a luta pelo socialismo com mudanças graduais, e *a posteriori*, suas práticas se voltam para o conservadorismo da sociedade de classes, com a participação nas esferas estatais, observa-se a existência de uma falsa consciência social ou uma *práxis* míope, pois percebemos nesse caso um contrassenso, uma vez que a função do Estado é exatamente legitimar a sociedade de classes e justificar as desigualdades sociais. Assim, ajusta-se ao ideário da socialdemocracia, cuja proposição de mudanças graduais não é sequer gradual, mas sim, conciliatória, havendo então, uma decadência ideológica.

De acordo com Mézáros (2011), a socialdemocracia apresenta um ponto ideológico cego e suas limitações pela inserção na política parlamentarista a paralisa e transforma em um exercício manipulador de relações públicas com o objetivo de ser eleito ou permanecer no cargo. Não obstante, a classe revolucionária passa a ser expropriada do seu conteúdo revolucionário, sendo valorizada apenas em momentos pré-eleitorais e depois é transformada no que foi preconizado pelo socialismo evolucionário de Bernstein (1964, p. 218): “de setor ativo da consciência de classe do proletariado, para a massa amorfa de um eleitorado [...] a qual ainda se acha vitoriosa e celebra a ascensão da socialdemocracia”, tal como acontece com os movimentos sociais na atualidade, cuja prática tem sido deixar de lutar numa perspectiva revolucionária para se associar aos ditames do Estado (neo)desenvolvimentista.

Ricci (2010) denominou o período (neo)desenvolvimentista do governo brasileiro, assumido inicialmente por Luiz Inácio Lula da Silva, de Lulismo. Para esse autor:

O lulismo seria caudatário do “conservadorismo popular”. Identificado como um governo de modernização conservadora. Dialoga abertamente com organizações, sindicatos, mas os incorpora ao Estado a partir de políticas específicas, fundadas em convênios e parcerias, algo que se aproxima da tutela, já que não incorpora efetivamente esses atores sociais na formulação de políticas públicas, pois estas, geralmente são formuladas pelos técnicos. Lula é apenas um dos personagens do lulismo. (RICCI, 2010, p. 34)

Em segundo lugar, essa proposição do diálogo foi o que *ipso facto* aconteceu com o Projeto Assentamentos Sustentáveis na regional Extremo Sul da Bahia,

implementado como estratégia de negociação para a **Reforma Agrária do Consenso**. O referido projeto foi elaborado pela ESALQ/USP, cujo foco principal é desenvolver modelos de ocupação, produção e preservação das Agro Florestas locais, enfatizando a preocupação com a manutenção da biodiversidade regional. De acordo com informações do governo da Bahia, por meio da SERIN, trata-se de uma parceria inédita envolvendo diferentes setores da sociedade, tais como: a universidade; as três esferas do governo (municipal, estadual e federal); empresas e movimentos sociais<sup>5</sup>. De acordo com os sujeitos pesquisados o Projeto Assentamentos Sustentáveis contempla a distribuição de terras para a reforma agrária e a implementação de políticas públicas nas áreas atendidas, de forma que os assentados tenham melhoria na qualidade de vida e possam produzir com base na agroecologia. Só nas áreas da Veracel Celulose, esse projeto contempla 19 ocupações, de sete movimentos sociais, totalizando cerca de 10 mil hectares. Segundo o coordenador do projeto, pesquisador da ESALQ/USP,

A Veracel está abrindo mão dessas terras e cedendo-as ao Incra, para serem desapropriadas e incorporadas ao programa de Reforma Agrária. A empresa está propondo uma parceria com a sociedade, contribuindo para que a produção rural seja agroecológica, livre de agrotóxicos e viável financeiramente. E isso pode significar uma revolução nessa região. (ASCON, 2013, n. p.)

De acordo com dados coletados por meio de recortes de jornais<sup>6</sup>, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) compra as terras para assentar as famílias. Como parte do acordo celebrado, no final de 2011, a Fíbria S.A. anunciou a parceria de um projeto de assentamento de 10 mil hectares na regional pesquisada, destinado a alocar mil e trezentas famílias, no assentamento Jaci Rocha, município do Prado (BA), tendo por parceiros o INCRA, o governo da Bahia e o MST.

O Governo da Bahia, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e a Fíbria, parceiros no projeto ‘Assentamentos Sustentáveis com Agroflorestas e Biodiversidade’ (...) visa dar às famílias do MST assentadas na região e a algumas comunidades de municípios do extremo sul baiano acesso à formação técnica, educacional e organizacional para a produção de alimentos

<sup>5</sup> No site da Fíbria há uma matéria sobre o Projeto Assentamentos Sustentáveis. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/midia/releases/entrega-da-fazenda-colatina-para-familias-assentadas-pelo-incra-na-bahia-consolida-projeto-assentamentos-sustentaveis-com-agroflorestas-e-biodiversidade/>>. Acesso em 29 jun. 2017.

<sup>6</sup> Os dados podem ser encontrados em Santos (2016).

com base nos princípios agroflorestais e agroecológicos e na organização social. (FIBRIA, 2012, p. 56)

A partir desse momento, lideranças do MST começaram a frequentar reuniões estratégicas da Fíbria, até mesmo em outros países, para discutir os rumos dessa parceria<sup>7</sup>. De acordo com a reportagem *MST e Fíbria: aliança inédita encerra conflito no campo* (VERMELHO, 2012, n.p.), para o pesquisador da ESALQ/USP, Paulo Kageyama, um dos elaboradores do projeto, “muda-se a relação entre capital e trabalho”. Na opinião do presidente do conselho de administração da Fíbria, José Penido, essa parceria “é um marco no convívio do agronegócio com a agricultura familiar” e “a estratégia é superar antagonismos e encarar os problemas historicamente agudos no sul da Bahia”. Já na opinião do dirigente nacional do MST, Márcio Matos, a referida parceria aponta para “um novo paradigma de negociação sobre passivos, diálogo que surgiu a partir de relações conflituosas e se repetirá junto às demais empresas do setor”. Observamos assim uma confluência no discurso e o consenso dos sujeitos em torno dos interesses do agronegócio que representa o grande capital no campo brasileiro.

O acordo originado com a mediação do Estado nesse contexto trata principalmente do convencimento dos trabalhadores para deixar documentado que a partir do mês de junho de 2011, não se ocuparia mais terra do agronegócio na região, passando a ideia de que poderia ser um bom negócio na medida em que as empresas capitalistas do campo também não pediriam reintegração de posse das terras que foram ocupadas até aquela data. Assim, parece originar daí uma nova estratégia para a política de reforma agrária, a partir do diálogo e consenso entre as classes antagonicas. Estamos designando-o de **Reforma Agrária do Consenso** e coadunamos com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010), quando afirma que a política de reforma agrária do governo do PT está marcada por dois princípios:

Não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo [...] finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar (OLIVEIRA, 2010, p. 90).

No Projeto Assentamentos Sustentáveis em parceria com os movimentos sociais do campo no Extremo Sul da Bahia, chamado pela Fíbria (2012) de projeto popular de país com sustentabilidade ambiental e social, a referida empresa destinou

---

<sup>7</sup> Sobre os convênios públicos e o desenvolvimento da agroindústria no MST ver Quadros (2013).



em 2011 investimentos em áreas de assentamentos, no montante de mais de 20 milhões de reais, com a decisão de se tornarem assentamentos exemplares de um projeto de agroecologia e sistemas agroflorestais para o Brasil.

## Conclusão

O Estado brasileiro, não diferente do que Marx (1996) preconizou, está composto de um *staff* que responde aos interesses da classe dominante no poder, contribuindo para a manutenção do conservadorismo no campo brasileiro. No tocante à reforma agrária, as questões pontuadas nesse texto demonstram que a tônica governamental tem sido a implementação de uma política agrícola de subordinação dos camponeses aos grandes empresários de *commodities* no campo, pautada no paradigma do capitalismo agrário. Assim, observa-se que a reforma agrária daí depreendida, idealizada nos gabinetes do agronegócio e da burocracia estatal, pelos apoletas do capital, é um instrumento de subordinação de uma classe à outra, e vem sendo utilizada como forma de manutenção do controle e do desenvolvimento desigual no campo brasileiro.

O ineditismo da aliança entre o agronegócio e os movimentos sociais deve-se ao diálogo estabelecido, que resultou na realização de acordos por meio dos quais as empresas do agronegócio de eucalipto têm contribuído com os movimentos sociais do campo no Extremo Sul da Bahia, com financiamentos para a implementação de projetos pautados na agroecologia, e ainda para a construção de agroindústrias e de espaços educativos em assentamentos. Todavia, a contrapartida negociada é que os movimentos sociais do campo **não deverão** ocupar as áreas destas empresas de eucalipto, surgindo assim, um novo jeito de fazer reforma agrária, fundamentado no *consenso* realizado com a mediação do Estado (Neo)desenvolvimentista, o qual tem a tarefa de regulamentar essa relação antagonica entre capital e trabalho, intermediando o diálogo entre o campesinato e o agronegócio, mas subordinando os camponeses cada vez mais às demandas das grandes empresas e do capital financeiro. Segundo os sujeitos parceiros, as vantagens obtidas nessa relação são: a) O agronegócio não terá suas terras ocupadas pelos movimentos sociais que estabeleceram a parceria naquele espaço; b) O Estado terá conseguido resolver as situações de conflito na região, implementando um novo modelo de reforma agrária nas áreas dos movimentos sociais e c) Os movimentos sociais parceiros receberão recursos para implementação de projetos em suas áreas. Essa nova estratégia para realização da reforma agrária tem como objetivo a conquista da paz social no campo, a qual, segundo os empresários do agronegócio, até o momento tem sido alcançada.

## **THE MST AND LAND REFORM OF CONSENSUS**

**ABSTRACT:** *This text puts forth the results of research undertaken in the Far South of Bahia, which analyzed the partnerships, agreements and dialogue established between social movements of the country, mainly the Landless Movement, the State and agribusiness companies. We used exploratory qualitative methodology to analyze data collected through review of documentation and semi-structured interviews. The results show that in the Brazilian region studied, a new agrarian reform is taking place, which we're styling Consensus Agrarian Reform.*

**KEYWORDS:** *Agribusiness. Ideology. Rural Social Movements. Consensus Agrarian Reform.*

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ASCOM. Prefeitura de Porto Seguro. Assentamentos sustentáveis: projeto em Porto Seguro poderá ser modelo para o Brasil. **A Gazeta da Bahia**. 29 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.agazetabahia.com/noticias/geral/3123/assentamentos-sustentaveis-projeto-em-porto-seguro-podera-ser-modelo-para-o-brasil-29-04-2013/> Acesso em: 05 jan. 2016.

BERNSTEIN, Basil. **O socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar editores. Tradução de Manuel Teles, 1964.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. São Paulo: MST, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**.

\_\_\_\_\_. Lei 4.504/64. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial** de 30.11.1964.

FARIAS, L. F. C. **Agronegócio e luta de classes**: diferentes formas de subordinação do trabalho o capital no complexo agroindustrial citrícola paulista. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. 2013.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: MIDITIERO JR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G (Org.). **A questão agrária no século XXI**: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FÍBRIA. Relatório de sustentabilidade. **Fíbria Celulose S.A.** 2012. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/relatorio2013/shared/relatorio-de-2012-firmes-no-rumo-7abr2014.pdf>>. Acesso em 23 out. 2015.

FOURRIER, C. Le Nouveau Industriel et sociétaire. In: \_\_\_\_\_. **Oeuvres completes**, vol. VI. Londres, Anthropos, 1970.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. **O MST no fio da navalha** – dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2013.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. Paz e Terra: Paz e Terra, 1997.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Trad. De Juarez Guimarães e Suzanne Felício. São Paulo, Buscavida, 1987.

LUKÁCS, George. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1968.

MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã**. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec. 2002.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**, livro I, tomo II. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. pp. 339- 394. Coleção Os Economistas.

MÉSZÁROS, Ístvan. **Para além do capital**. Tradução Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo. 2011.

MOREIRA, Leonardo Silva. O MST e a reforma agrária. **Jornal Passa Palavra**. 23 set. 2012. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2012/09/64686>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

MST. Princípios da Educação no MST. **Caderno de Educação, n. 8**, Porto Alegre. 1995.

\_\_\_\_\_. **Cartilha do Programa Agrário do MST**. VI Congresso Nacional do MST. São Paulo. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O que significa agronegócio?** 2010. Disponível em: <<http://www.seea.org.br/artigojoseadilson2.php>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

QUADROS, Vasconcelos. Com agricultura familiar, MST adere a estratégias capitalistas. **IG São Paulo**. Publicado em 14 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo>>.

ig.com.br/brasil/2013-10-14/com-agricultura-familiar-mst-adere-a-estrategias-capitalistas.html>. Acesso em: 29 jun. 2017.

REPÓRTER BRASIL. Reportagem, 03 de julho de 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/07/para-joao-pedro-stedile-tempo-da-reforma-classica-passou/>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

RICCI, Rudá. **Lulismo**: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira. 2010.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança (neo)desenvolvimentista e decadência ideológica no campo**: os movimentos sociais e a reforma agrária do consenso. Editora CRV: Curitiba, 2016.

\_\_\_\_\_. **Ocupar, resistir e produzir também na educação. O MST e a burocracia estatal**: negação e consenso – 2013. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. 390f. 2013.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. vol. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMAZ JR. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B. M. (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VERMELHO. MST e Fíbria: aliança inédita encerra conflito no campo. **Portal Vermelho**. 23 de julho de 2012. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=189167&id\\_secao=8](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=189167&id_secao=8)>. Acesso em: 22 out. 2015.

Recebido em 27/12/2016.

Aprovado em 03/07/2017.

## OS RACKETS BRASILEIROS. NOTAS SOBRE AS ATUAIS CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS

Vladimir PUZONE\*

**RESUMO:** Para tecer algumas reflexões acerca das atuais circunstâncias históricas que levaram à deposição de Dilma Rousseff da presidência, nos inspiramos em uma noção da teoria crítica acerca do desenvolvimento do capitalismo na primeira metade do século XX e que apontou para o vínculo entre formas de dominação e o uso de violência: *racket*. Após uma breve exposição do termo, reconstruímos o cenário político e social brasileiro, especificando algumas de suas condições particulares, como a superexploração da força de trabalho e o modelo neoliberal. Além da relação dos atuais chefes de governo com os *rackets*, esboçamos um quadro das relações de classe, indicando tanto o aparecimento de grupos conservadores e reacionários quanto os impasses da esquerda. O objetivo é mostrar que o golpe que depôs Dilma Rousseff serve aos propósitos de manter a dominação na sociedade brasileira ao preço da violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Golpe. Dominação. *Racket*. Teoria crítica.

O atual governo federal brasileiro, fruto do golpe de Estado ocorrido em 2016, possui uma extensa lista de acusações de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, entre outros. Sua chegada ao poder não apenas marcou o fim do período petista à frente do Palácio do Planalto, como também coincidiu com a crise dos chamados governos progressistas na América Latina. Em países da região, os partidos e grupos de esquerda se viram confrontados com o crescimento de manifestações e mobilizações de massa: na Argentina, protestos contra o governo de Cristina Kirchner; na Venezuela, atos em repúdio a Nicolás Maduro. Por aqui, o cenário não foi diferente.

---

\* UnB – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília – DF – Brasil. 70910-900 - vfpuzone@gmail.com.

Todo o processo que levou à deposição de Dilma Rousseff da presidência em 2016, contou com o apoio expressivo de estratos sociais contrários àquilo que acreditam ser uma apropriação indébita do aparelho estatal brasileiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Este haveria tomado conta do estado, implantado um modelo de **capitalismo de compadres** em que as ligações pessoais com empresários favoreceram o duplo trânsito entre negócios e apoio financeiro aos partidos da coalização dominante no parlamento na última década. Seguindo palavras de ordem como **quero meu país de volta e fora corruPTos**, os manifestantes a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff serviram de base social para que a deposição da presidenta ganhasse força junto aos parlamentares, não sem uma boa dose de apoio dos grandes grupos de comunicação, que diuturnamente conclamavam as massas a sair às ruas e exercer sua cidadania contra os abusos do poder central. Formadas majoritariamente por estratos da classe média tradicional, tais massas apoiaram crescentemente as investigações que apontam, mais com convicções do que provas cabais, para o elo entre o PT principal partido político do país e esquemas de favorecimento de certos grupos empresariais, notoriamente, construtoras.

Ao som de fogos de artifício e buzinas de veículos utilitários esportivos, aqueles que comemoraram o fim do governo petista foram ladeados por círculos dispostos a disparar tiros de maior letalidade. Como não se via há muito tempo, saudosistas da ditadura militar e neoconservadores educados pela vasta literatura publicada recentemente no Brasil sobre a direita e por canais de vídeos *online*, puderam gritar orgulhosos que seu país não se transformaria em uma ilha comunista. Eles não hesitam em fazer apologia do regime ditatorial imposto em 1964, argumentando que o retorno das forças armadas ao poder traria de volta à nação a estabilidade social e econômica perdida nos últimos anos.

Esse quadro, conhecido por aqueles que assistiram, até certo ponto atônitos, ao crescimento e vitalidade daquelas mobilizações, se completaria com algo bastante caro às tradições brasileiras reconciliadoras. Afastando a esquerda do poder para que a corrupção fosse limada do sistema político do país, surgem em cena personagens com ficha policial tão ou mais suja. Trata-se de um verdadeiro escárnio o fato de que um grupo acusado dos mais diversos crimes tenha assumido a chefia do estado.<sup>1</sup> Os traços caricatos dos atuais chefes de governo só parecem reforçar que eles não estão dispostos a largar do butim. Mas isso também diz muito a respeito de como viemos parar aqui e como nossa sociedade tem se reproduzido num padrão extremamente perverso, mesmo naquele período em que muitos acreditaram viver na bonança de um capitalismo feliz para todos. O bando que está no governo representa mais do

---

<sup>1</sup> Ministros e ex-ministros nomeados por Michel Temer, como Eliseu Padilha (Casa Civil), Mendonça Filho (Educação), Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo) e Romero Jucá (Planejamento) são acusados, entre outros crimes, de tráfico de influência, desvio de recursos e lavagem de dinheiro. Conferir Aguiar; Perón, 2016.

que apenas um golpe, por mais cruel que seja a perspectiva que se nos apresenta para os próximos anos.

Tem sido noticiado com frequência quase diária pelos meios de comunicação ligados aos derrotados pelo golpe que Michel Temer e seus ministros estão envolvidos em esquemas de corrupção, e que uma de suas principais bandeiras assim que assumiram o Palácio do Planalto consistiu em anistiar os crimes cometidos pelos parlamentares que votaram a favor do *impeachment* em 2016. Seria possível fazer alusão ao exame do bonapartismo feito por Marx, pois, de maneira semelhante à França de meados do século XIX, um grupo de reputação duvidosa está à frente do poder estatal. Contudo, as semelhanças param por aí, já que a análise marxiana pressupunha que o golpe dado por Luís Bonaparte fora levado a cabo em resposta às ameaças de uma insurreição proletária. Aqui no Brasil estamos longe disso, por enquanto. Os governos do PT na presidência não representaram muitas ameaças ao domínio de nossas classes burguesas. Ao contrário, tanto Lula quanto Dilma procuraram não só governar para todos, mas também favorecer parcela importante da economia nacional.<sup>2</sup> Diante desse cenário conturbado e contraditório, talvez seja necessário revisitar outros conceitos e análises que sirvam de inspiração para o entendimento da situação atual no país. A noção de *racket* pode se mostrar frutífera para essa discussão.

## Sobre a noção de *racket*

A expressão foi mobilizada pela teoria crítica no início dos anos 1940 para dar conta das transformações do capitalismo e seus efeitos sobre as relações de classes, tendo em vista o cenário histórico construído nos Estados Unidos e na Alemanha. Com isso, a intenção de Max Horkheimer e Theodor Adorno era mostrar em que medida o desenvolvimento do capitalismo havia reforçado os traços centrais da dominação social.<sup>3</sup> Retirando a palavra das discussões que alguns empresários norte-americanos faziam sobre os sindicatos, os autores mudam seu significado, passando a usar o termo como um traço distintivo das sociedades da época. Originalmente, industriais dos Estados Unidos acusavam a cúpula sindical do país de agir por meio de extorsão e outras atividades ilícitas, em conluio com lideranças empresariais, políticos profissionais, criminosos e advogados. O objetivo dessa associação seria a criação e a manutenção de um monopólio, tanto dos negócios quanto da força de

<sup>2</sup> O debate acerca dos rumos da economia nacional e das alianças entre os governos do PT em âmbito federal e as diferentes frações da burguesia é um dos mais destacados na atualidade. Conferir Boito Jr. (2012) e Singer (2016) para diferentes perspectivas a respeito daquele vínculo.

<sup>3</sup> Para uma análise bem fundamentada a respeito do termo, que reconstrói suas origens históricas e o relaciona às discussões mais importantes da teoria crítica do período, ver Regatieri (2015, p. 77-109).

trabalho. Horkheimer e Adorno se inspiram nessa polêmica, mostrando inicialmente em que medida determinados grupos sociais fazem uso de violência e ilegalidade para obter vantagens econômicas e defender a si mesmos diante de outros grupos.

Ao descrever e analisar a passagem do período liberal para o capitalismo avançado, os autores mostram como as formas de sociabilidade burguesas redundaram em uma transformação no caráter da dominação exercida entre indivíduos e grupos sociais. A imagem do liberalismo do século XIX serve como contraponto ao período histórico em que os teóricos críticos lançaram os primeiros esboços do trabalho em conjunto que viria a se chamar *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), uma vez que as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela crescente monopolização dos poderes capitalistas e a necessidade crescente da intervenção estatal sobre a economia. Para além da influência evidente que esse desenvolvimento histórico exerceu sobre as obras da teoria crítica, Horkheimer e Adorno apontaram para o fato de que a centralidade cada vez maior dos grandes monopólios e a importância do poder estatal sobre a vida dos indivíduos trouxeram à superfície algo que no período clássico do capitalismo não era tão evidente, o uso da força e da violência para a obtenção de trabalho excedente.

Nos ensaios *Sobre a sociologia das relações de classe* (HORKHEIMER, 1943) e *Reflexões sobre a teoria de classes* (ADORNO, 2003), escritos como materiais preparatórios para o projeto sobre dialética, há um esboço de uma teoria da dominação no capitalismo avançado que seria mais tarde transformada e reaproveitada na obra *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), a mais conhecida dos autores. Nesse sentido, o nazismo constituiria um modelo para o qual o espraiamento e o reforço das relações capitalistas sobre os indivíduos apontariam. A luta selvagem entre os grupos burgueses que controlavam o estado alemão não apenas por uma fatia maior do poder estatal, mas também pelo acesso aos lucros, caracterizava o que na aparência se apresentava como um bloco monolítico. Tampouco se trata de dizer que a caracterização do bando nazista no poder significava para os autores que o estado alemão havia sido usurpado por bandidos. Na verdade, sua argumentação considerava que as classes e grupos dominantes tenderiam a se organizar dessa forma conforme se desenvolve a monopolização. Portanto, e essa é uma tese bastante cara à teoria crítica, o desenvolvimento do fascismo não é um acidente na história da sociedade burguesa, mas a exacerbação de seus traços constitutivos. Ou ainda, o escândalo com o poder fascista e os *rackets* deveria se voltar mais para o fato de que o estado e o sistema político estiveram sempre ligados no capitalismo à espoliação, e menos para o banditismo de certos grupos no aparelho estatal, como se esse fosse uma instituição neutra tomada de assalto. As disputas entre as facções nazistas apenas mimetizariam a lógica da competição entre os monopólios por uma parcela maior da mais-valia. O



uso da gíria *racket* “expressa a ideia que toda atividade na presente sociedade, seja qual for, não tem outro interesse como seu conteúdo e objetivo senão a aquisição da maior parte possível da mais-valia circulante” (HORKHEIMER, 1943, p. 32).

Em particular, os *rackets* eram vistos como um protótipo do domínio de classes exercido ao longo da história. No momento em que o poder de classe passasse a ser ameaçado, os dominantes não hesitariam em usar de força pura e violência. Isso ficaria mais evidente com a passagem do capitalismo liberal ao capitalismo dos monopólios. Por um lado, sob o liberalismo imperava a aparência de que os conflitos sociais pudessem ser resolvidos pela simples concorrência entre os indivíduos. O advento do contrato de trabalho ocultou, sob o manto da igualdade entre os contratantes, a desigualdade básica que existe entre eles. No momento em que a concorrência perdia centralidade com a concentração dos capitais, por outro lado, as tendências de seu desenvolvimento trouxeram de volta à superfície formas de opressão que nunca deixaram de ser válidas. Os *rackets* constituiriam um traço comum das classes dominantes em sua busca pelo excedente econômico. Ao longo da história, elas estiveram juntas por seu interesse comum na exploração. No entanto, “sempre foram caracterizadas por lutas internas, pelos esforços de uma de suas partes em assegurar os despojos que outros poderiam se apropriar” (HORKHEIMER, 1943, p. 3). Assim, o conceito não tinha por objetivo substituir a teoria marxista de classes nem o conceito de classes dominantes, mas apenas diferenciar sua manifestação no capitalismo da época. Daí que o fascismo fosse, nas palavras de Adorno (2003, p. 376), “a forma de organização política digna” do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

## Os *rackets* no Brasil

Do resumo que se fez sobre as análises da teoria crítica, é possível extrair alguns elementos para a compreensão da atual situação da sociedade brasileira. Evidentemente, não se trata aqui de uma simples transposição das análises de Horkheimer e Adorno. O Brasil do início deste século é bastante distinto tanto dos Estados Unidos quanto da Alemanha do início dos anos 1940. Não apenas continuamos a ser um país na periferia do capitalismo, como vivemos atualmente os efeitos da implantação de um regime que se pretende o exato oposto do intervencionismo estatal típico do século XX, questão que estava no centro das discussões do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. A despeito disso, há semelhanças bastante tenebrosas para que possamos resgatar um termo que recebeu pouca atenção da literatura especializada. Assim, a teoria crítica deve servir como inspiração, e não como um simples modelo que pudesse ser aplicado a qualquer

realidade histórica específica. Do contrário, desrespeitaríamos o próprio espírito da teoria crítica, preocupada com as especificidades de cada objeto de suas análises, assim como ignoraríamos as mediações necessárias a serem levadas em consideração quanto ao desenvolvimento histórico da sociedade brasileira.

Dissemos no início do texto que as acusações aos grupos que atualmente controlam o governo federal são de conhecimento público. Apenas isso bastaria para suspeitar, como faz o senso comum no país, que a ligação entre políticos profissionais e crime organizado não é algo fortuito. Extrapolando as implicações das análises de Horkheimer e Adorno, podemos dizer que estamos sendo governados por uma camarilha cujo interesse principal é a apropriação de uma fatia maior dos recursos financeiros mediados pelo aparelho estatal, e cujo exemplo mais próximo se encontra nas atuais propostas de reformas da previdência e trabalhista. No entanto, aproximação maior com os *rackets* originais não se refere somente a essa disputa feroz, ainda que velada.

As classes dominantes brasileiras (rentistas, empresários nacionais, grandes produtores rurais, banqueiros) estão fazendo o que sempre fizeram com muita dedicação: manter sua dominação sobre as classes trabalhadoras e grupos oprimidos por meio da política de terra arrasada. Para isso, se valem de um antigo e persistente expediente, rebaixar o valor da força de trabalho e suas condições de reprodução. Historicamente, desde o período colonial, a exploração do trabalho no Brasil se deu quase sempre abaixo de seu valor normal, garantindo taxas extraordinárias de lucro. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre manteve essa condição praticamente inalterada. Nos momentos em que se procurou regular essa relação de superexploração por meio da ação estatal (como nos governos de Vargas, Jango e Lula), houve reação extremada.<sup>4</sup>

Isso não significa necessariamente dar conteúdo positivo às tentativas de se administrar a reprodução da força de trabalho no país, com o intuito de absorver a insatisfação popular perante as condições de vida inumanas nas quais vive boa parte da população. A conquista e a concessão de direitos sociais ocorrem não apenas para absorver o antagonismo social. Elas se fizeram também naqueles momentos históricos tendo em vista a constituição e fortalecimento de um padrão regulador do capitalismo periférico, que alçasse o Brasil ao primeiro time da divisão internacional – como parte da história intelectual por aqui atesta, com os escritos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a consolidação de uma sociologia preocupada com a modernização do país. Ou seja, maior produtividade do trabalho associada a um nível de consumo adequado à reprodução da força

---

<sup>4</sup> Evidentemente, trata-se aqui de uma apropriação bastante livre do conceito de superexploração desenvolvido pela teoria marxista da dependência. Martins (2011) faz uma breve exposição histórica do problema, enquanto Luce (2013) mostra como ele permanece um elemento central do capitalismo brasileiro.

de trabalho, sem o comprometimento dos salários ou do tempo de vida dos trabalhadores. Contudo, nossas elites nunca estiveram totalmente dispostas a pagar o preço inteiro dessa transformação. Por que a manutenção das taxas de acumulação deveria estar estruturada em padrões superiores produtividade, o que implicaria justamente a preocupação em aumentar o bem-estar dos trabalhadores, se isso arriscaria jogar por terra toda a possibilidade em se extrair cada gota a mais de trabalho excedente dos estratos sociais rebaixados? Ademais, isso acarretaria uma possível ruptura com as ligações existentes entre as burguesias daqui e as dos países centrais, o que colocaria em xeque a adesão de muitas camadas sociais brasileiras, entre elas as assim chamadas classes médias, aos padrões de vida e ideológicos originados no centro do capitalismo.

Certamente, a atual crise no Brasil é liderada por um grupo bastante específico de nossas classes dominantes, formado pelas escolas ultraliberais do pensamento econômico em *Wall Street* e na *City*. O programa econômico que se vende como a solução para os atuais problemas da acumulação é a aplicação dos princípios do austericídio europeu, que levou os países do sul da Europa à bancarrota e trouxe miséria e desemprego às suas classes e grupos oprimidos – e está associado à ascensão de movimentos neofascistas como o partido grego Aurora Dourada. A tarefa perseguida pelas classes dominantes brasileiras em sua ponte para o futuro é a mesma: livrar o Estado de todos os gastos desnecessários para aquilo que realmente importa, a imagem de bom pagador e fiel depositário das dívidas. Afinal, o dinheiro internacional deve cumprir com o ideal burguês da livre circulação. Do resto a iniciativa privada e o mercado cuidarão tranquilamente.

Considerados os *Chicago Boys* a vanguarda desse atraso, eles também estão aliados ao agronegócio e aos empresários pelo bem da nação e pelo emprego, constituindo a versão *hard* de nosso neoliberalismo. É essa aliança, e não o campo progressista, quem propõe a luta de classes mais desavergonhada: uma disputa pelos espólios da acumulação financeira aliada à maior exploração das classes subalternas. Estão apenas levando ao limite a versão *soft* a que assistimos entre 2003 e 2016.<sup>5</sup> Agora resolveram tomar de volta as rédeas, agradecendo aos serviços prestados, os quais encontraram seus limites com a persistente crise econômica em que se encontra a nação. Para a retomada proposta, servem-se de um grupo de políticos profissionais que não têm a menor vergonha em propor reformas que estendam o período de trabalho para praticamente todo o tempo de vida da maioria das pessoas e acabem com os **privilégios** dos trabalhadores em suas negociações com o capital, ao mesmo tempo em que negam todas as acusações de envolvimento nos mais

---

<sup>5</sup> Ao contrário do que a propaganda partidária mostra, há muitos elementos de continuidade entre a gestão neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e o assim chamado neodesenvolvimentismo dos governos Lula e Dilma. Para um apanhado geral dessas semelhanças, ver Carcanholo (2015).

diversos tipos de crime.<sup>6</sup> A exemplo da teoria crítica, não deveríamos nos espantar com esse caráter peculiar. O noticiário nos últimos anos tem apontado para algo que deveria ser considerado o estado normal dos grandes negócios: o favorecimento de determinadas empresas em troca de dinheiro e sua aliança com o estado não constitui exceção no andamento do capitalismo. Afinal, a busca incessante pelo excedente econômico deve encontrar todos os meios possíveis para satisfazer a *auri sacra fames*.

Quanto à violência característica dos *rackets*, o atual governo já deu mostras que atenderá aos pedidos da extrema direita em usar de mais repressão para conter a insatisfação das classes e grupos oprimidos. Há uma seletividade evidente no uso da força policial em manifestações de rua: se estas estiverem de acordo com os desígnios dos comandantes do aparelho estatal, seus participantes poderão tirar fotos com os policiais, em uma espécie de paródia da identificação com o agressor; do contrário, os comandantes das tropas de choque não hesitarão em lançar bombas. O mais recente capítulo das demonstrações de força se traduz na mobilização do exército para conter as rebeliões de presidiários em vários estados, apresentada como a única solução para o inferno aos quais são mandados indivíduos, geralmente negros, pobres, sem condições materiais de levar um processo jurídico adiante e condenados por pequenos crimes e contravenções. Eis aqui outra faceta do controle social, exercido mediante a arbitrariedade da lei e da violência de estado, que se constitui no sistema carcerário brasileiro.

“Hoje, a similaridade das diferentes fases históricas da economia burguesa com relação ao princípio da exploração tende a se tornar óbvio” (HORKHEIMER, 1943, p. 3). No Brasil, o uso da ilegalidade e da violência quase sempre esteve associado às relações que as burguesias daqui estabeleceram com as classes trabalhadoras. Talvez o período anterior ao golpe, especialmente aqueles anos de prosperidade econômica alicerçados na expansão chinesa e na tentativa de aumentar o consumo de bens duráveis por meio de crédito fácil, tenha obscurecido aquele caráter, já que estaríamos vivendo um capitalismo bom para todos – ainda que o exemplo da construção da usina hidrelétrica de Jirau seja suficiente para contestar essa visão, numa mistura de alguns dos ingredientes que marcam a história brasileira: devastação ambiental, massacre das populações locais e degradação permanente do trabalho. Sob os ventos da crise que avança pelo globo, esse castelo de cartas ruiu. Nossas classes dominantes, incluindo os campeões da indústria nacional, o agronegócio e a cúpula financeira, mostram mais uma vez a que vieram: espremer os dominados até a última gota de sangue e suor na extração de mais trabalho.

---

<sup>6</sup> A existência dessa aliança depende, acima de tudo, do sucesso em implementar a agenda do austericídio. De outra forma, existe a possibilidade de um conflito persistente entre as diversas facções da burguesia, especialmente dentro do sistema de representação político brasileiro.

Como se não bastasse a verdadeira pilhagem que está sendo posta em prática atualmente, há ainda outras semelhanças com os casos analisados pela teoria crítica, e elas dizem respeito tanto à direita quanto à esquerda. No caso da primeira, assistimos nos últimos anos ao crescimento da intolerância em relação a qualquer coisa que escape às regras impostas pelo pensamento autoritário: uma simples camiseta vermelha é identificada como uma agressão aos padrões nacionalistas e que deve ser respondida com socos e pontapés. Esse tipo de reação se manifesta de maneira ainda mais obscura na *Internet*. Por meio do suposto anonimato da rede eletrônica – que grandes empresas do ramo e agências estatais já mostraram ser uma ficção a serviço do controle social – indivíduos exibem seu ressentimento e ódio. Basta ler os comentários sobre qualquer notícia em portais de informação e fóruns de discussão. Aqui se revelam dois traços intimamente associados à análise das novas condições de dominação efetuada pela teoria crítica, a proeminência da indústria cultural, representada agora pelo desenvolvimento da rede de computadores, e a prevalência de um tipo paranoico de pensamento, que acompanhou de perto a ascensão do poder fascista.

“Hoje, os *rackets* divulgam a produtividade e o espírito comum, e perseguem enquanto ‘*racket*’ cada pessoa ou grupo que se recusa a se juntar a eles [...]” (HORKHEIMER, 1943, p. 33). Tal maneira de agir, que se espraia conforme a sociabilidade capitalista se fortalece, pode ser observada com os devidos cuidados aqui no Brasil. Os grupos que foram às ruas a partir de 2015 contra a corrupção, mas sobretudo nas redes sociais *online*, muitas vezes acusavam aqueles que recebem auxílios governamentais de não querer trabalhar, chamando-os de vagabundos. Certamente, não se pode dizer que o Bolsa Família constituiria um primeiro passo rumo ao nosso estado de bem-estar social. No fim das contas, o dinheiro recebido por um grande contingente de famílias no país serviu para reforçar os padrões vigentes de sociabilidade, inculcando consumismo e individualismo no lugar de criar uma estrutura de proteção coletiva (LAVINAS, 2015). Por outro lado, dados os níveis obscenos de desigualdade por aqui, aquela quantia monetária representou de fato uma melhora substancial de vida. Não por acaso, organizações financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial elogiaram à exaustão a eficiência das gestões petistas no combate à pobreza. Em especial, o governo Lula foi capaz de algo quase inimaginável, mas altamente desejável às classes neoliberais: ao mesmo tempo em que fazia o capital circular, apaziguava aqueles que não possuem dinheiro.

Esse simulacro de *welfare state* trouxe à superfície um forte ressentimento de classe, sobretudo dos estratos de renda média, que não pode ser ignorado. Na sua visão, quem recebe benefícios do estado não quer despendar seu suor com trabalho, locupletando-se dos impostos que o contribuinte paga em dia. Sabemos, contudo,

o quão perversa é essa equiparação no Brasil, uma vez que a assim chamada classe média não apenas se aproveita do baixo custo da força de trabalho dos trabalhadores mais pauperizados, como também passou a se beneficiar de uma série de políticas de estado a partir da ditadura civil-militar (como a redução dos serviços públicos de saúde e de educação, que não apenas rebaixaram o valor da força de trabalho, mas também contribuíram para manter seus padrões de consumo elevados e, conseqüentemente, sua distinção em relação à massa de miseráveis) (POCHMANN, 2014). “Os grupos mantêm de pé as condições para a continuidade da divisão do trabalho, na qual eles possuem uma posição privilegiada, e repelem de forma violenta transformações que poderiam ameaçar seu monopólio” (HORKHEIMER, 1985, p. 288).

A estreiteza de pensamento dos grupos sociais que foram às ruas alia-se a seu cinismo notório, afeito também às nossas classes dominantes. Clamavam pelo fim da alta taxa de impostos hordas vestidas com o uniforme da seleção brasileira de futebol – capitaneada por uma das entidades com mais processos por corrupção às costas. Não são incomuns cenas nas quais famílias da classe média reclamam dos tributos que pagam ao mesmo tempo em que burlam a lei sem nenhum embaraço. Assim, não se trata de dizer que a classe média foi enganada pelas elites brasileiras. Para aqueles que manifestaram sua ojeriza com o estado petista, pouco ou nada significa o fato de que são os pobres que pagam mais impostos no Brasil. Uma vez que no Brasil a tributação se concentra sobre os bens de consumo e serviços, e não sobre o patrimônio, a maior parte dos impostos incide indiretamente sobre a renda. Isso atinge especialmente os trabalhadores mais pobres do país, já que eles consomem a maior parte de seus rendimentos com gastos em alimentação e produtos industrializados (MAZZA, 2016).

A semelhança com o fascismo, em que multidões de indivíduos paranoicos devem perseguir qualquer um que aponte para a diferença, não seria mera coincidência. No caso, a paranoia diz respeito ao bloqueio da experiência dos indivíduos no capitalismo tardio, e que seria reforçado com o modelo neoliberal.<sup>7</sup> Na medida em que o individualismo é acentuado pela ideologia do empreendedorismo, presente não apenas no mundo dos negócios, mas também na vida cotidiana das pessoas por meio das mais variadas vertentes religiosas, tudo aquilo que escapa ao esquema do sucesso pessoal deve ser visto como algo que foge à realidade e, portanto, deve ser combatido tenazmente. Para esse tipo de pessoa, aqueles que não

---

<sup>7</sup> Segundo Horkheimer e Adorno (1985), a aniquilação dos indivíduos conforme o capitalismo passa de sua fase liberal para sua fase monopolista impossibilitava a estes o reconhecimento do conflito que a interiorização dos imperativos sociais deixa em sua personalidade. Eles não apenas são convertidos em objeto de administração, mas sua própria capacidade reflexiva torna-se atrofiada. Daí que a realidade lhes apareça como um círculo fechado, contra o qual não se pode fazer nada a não ser entregar-se.

demonstram em sua existência os traços de um *self-made man* não merecem outra coisa a não ser o desprezo.

Por sua vez, uma análise dos atuais acontecimentos no Brasil não poderia deixar de lado a constituição e reconfiguração das forças sociais que procuraram se opor ao golpe, especialmente na fração mais organizada da esquerda brasileira. Há aqui um elemento ainda não mencionado das análises de Adorno e Horkheimer (1985). Como já afirmado antes, os *rackets* foram vistos pelos autores como um modelo fértil para a análise das relações de classe no capitalismo desenvolvido. Mas suas análises a respeito das camarilhas que controlam a disputa pelo excedente econômico ficariam pela metade se não considerássemos sua constituição também em organizações de trabalhadores.

Se o *racket* aparece como um modelo das relações de dominação social, a explicação oferecida pela teoria crítica nos anos 1940 levava em conta o desenvolvimento dos partidos e sindicatos como a contrapartida da monopolização das empresas e dos negócios. Conforme o capital se concentra, parte das lideranças dos trabalhadores passou a constituir também monopólios, de maneira a se adaptar às transformações globais no modo de produção. Nesse sentido, a relação entre os líderes sindicais e os operários associados aos sindicatos também se revestiria do caráter mercantil, uma vez que aqueles controlam a oferta de trabalho da mesma maneira que diretores de grandes empresas administram matérias-primas, máquinas e outros fatores da produção. Ou seja, o poder que os sindicalistas detêm sobre seus comandados depende estreitamente do sistema industrial, já que o controle sobre a força de trabalho lhes rende parte da mais-valia explorada. A organização dos trabalhadores constituiria para algumas de suas lideranças um negócio como outro qualquer: em troca de uma parcela dos rendimentos daqueles, garantiriam proteção contra ameaças que lhes adviessem.

Certamente, a imagem que a teoria crítica do período tinha do sindicalismo era fruto das disputas travadas nas organizações norte-americanas, marcadas por escândalos de corrupção e extorsão nas décadas de 1930 e 1940.<sup>8</sup> Mais importante do que isso, porém, é o vínculo entre essa maneira de organizar a força de trabalho e a questão do conformismo. Aliada às tendências da indústria cultural em conformar os indivíduos aos padrões sociais vigentes, a relação estabelecida entre lideranças sindicais e massas de trabalhadores tornava opaca a perspectiva de uma possível superação das relações sociais pautadas pela forma mercadoriana. Daí que sindicatos se aproximassem da estrutura de um *racket*: ao preço de sua integração em determinado grupo, o que torna a injustiça social algo normalizado, os trabalhadores poderiam

---

<sup>8</sup> A respeito do assunto, conferir Fetscher (1986). Contudo, como aponta Lindemann (2000), a experiência dos partidos e sindicatos operários na Alemanha na primeira metade do século XX, antes mesmo da ascensão ao poder pelos nazistas, também foi decisiva para a teoria crítica.

assegurar seu padrão de existência sem que sucumbissem, aparentemente, à barbárie. Visto por outro prisma, é possível dizer que o fenômeno analisado pela teoria crítica também diz respeito à reprodução dos padrões de dominação dentro das relações entre os dominados.

Se pensarmos na atual situação brasileira, o paralelo com as análises empreendidas pela teoria crítica não diz respeito propriamente às denúncias relativas aos esquemas de favorecimento político que têm sido feitas desde 2005 com o episódio do Mensalão. Ainda que tenham sido em si mesmas bastante graves para um partido que se orgulhava de sua postura moral e ética, supostamente avessa ao enriquecimento de suas divisões superiores, a questão vai muito mais longe do que a simples quebra de valores. Na verdade, trata-se dos efeitos que a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) exerce sobre parcela importante das classes trabalhadoras e outros grupos subalternos. Sem dúvida, há uma convergência entre, por um lado, a aproximação do PT ao funcionamento dos demais partidos políticos brasileiros, sobretudo pela crescente dependência tanto do financiamento estatal, por meio fundo partidário, quanto pelas cifras cada vez maiores pagas por empresas e bancos, e, por outro, o afastamento da cúpula partidária em relação a suas bases e núcleos locais. Essa são características visíveis aos olhos de diversos analistas da trajetória do PT,<sup>9</sup> e podem ser consideradas parte de uma explicação que leve em conta o estreitamento dos horizontes emancipatórios por parte das próprias organizações dos trabalhadores e demais grupos sociais dominados.

Não deixa de ser útil aqui fazer referência novamente ao problema da paranoia. Longe de ser exclusividade dos setores mais conservadores e reacionários, muitos na esquerda também padecem daquele traço, vide a divisão binária entre **coxinhas** e **petralhas**. Deve-se necessariamente pertencer a um dos dois grupos. Mais especificamente, a paranoia se refere a uma incapacidade de muitos que estão do lado dos subalternos em imaginar qualquer forma de ação política que vá além do culto às grandes personalidades e ao aparelho estatal. Não por acaso, as transformações do PT fizeram com que o partido se afastasse aos poucos dos núcleos de base e dos movimentos sociais que animavam seu funcionamento interno no início de sua trajetória. Cada vez mais ele se aproximou de uma postura na qual o estado seria o promotor de um grande consenso social, o que favoreceria não apenas o desenvolvimento da nação, mas também permitiria que a desigualdade social característica de nossa sociedade fosse amenizada. Esse afastamento de um horizonte anticapitalista – que, de todo modo, nunca foi unânime no interior do PT, nem mesmo em seu nascimento – esteve vinculado ao estreitamento das perspectivas sociais dos próprios sujeitos da esquerda no país.

---

<sup>9</sup> Para uma síntese a respeito do afastamento da cúpula do PT em relação a suas bases e núcleos, conferir Lopes (2016, p. 62-76).



Hoje em dia, qualquer coisa que os afaste da segurança e imediatividade que os opostos **coxinhas e petralhas** oferecem a eles os deixa desnorteados. Não parece casual que muitos atribuam às manifestações iniciais de junho de 2013, quando seu objetivo claramente girava em torno da redução das tarifas do transporte público, a culpa pela deposição de Dilma Rousseff. (Nunca é demais ressaltar que o giro das manifestações de junho de 2013 se deu pela ressignificação das pautas dos movimentos pelo passe livre. Conforme os protestos ganharam notoriedade e apoio da opinião pública, eles foram perdendo seu caráter original. Ao mesmo tempo em que a revogação do aumento das passagens de ônibus e metrô deixam de ser a pauta principal das manifestações, abrindo espaço para reivindicações por mais segurança, educação e saúde, assim como contra a corrupção, setores da classe média urbana saem às ruas, como há muito tempo não se via.) Ou seja, o peso pela expulsão da esquerda organizada do poder deveria recair sobre a extrema esquerda, que por um breve instante colocou em xeque o modelo de organização centrado no Partido dos Trabalhadores.

A mirada psicanalítica, que permite entrever aspectos centrais da socialização capitalista na constituição da individualidade, pode ser observada também na reação ao já famoso episódio da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Ele se liga não apenas ao problema dos *rackets*, dadas as acusações de crimes que pesam sobre muitos dos parlamentares brasileiros. Aquele momento também consistiu numa verdadeira catarse ou, mais propriamente, uma ab-reação: uma descarga emocional por meio da qual o indivíduo se liberta de um afeto ligado à memória de um acontecimento traumático.<sup>10</sup> É como se, tamanha a aberração dos discursos proferidos ao longo daquele dia, tivéssemos percebido algo que as aparências movidas pela grande engrenagem social nos fazem esquecer: somos submetidos aos ditames e idiossincrasias de nossos representantes. Contudo, em vez de se constituir numa oportunidade de se repensar as formas de organização para uma sociedade diferente, muitos preferiram se ater à opinião segundo a qual a esquerda deveria retomar o âmbito da política, que estaria sendo propositalmente destruída. Para essa vertente, a esfera política não representaria, sob a figura do estado, uma forma sob a qual os conflitos sociais seriam reproduzidos e administrados, sobretudo aqueles em torno da valorização do capital.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Certamente, também caberia falar em uma espécie de “gozo sádico” no momento em que muitos deputados proferiam ofensas tanto à presidenta deposta quanto ao conjunto da esquerda, o que forneceu uma espécie de satisfação com o sofrimento alheio.

<sup>11</sup> Aqui serve de inspiração o trabalho de Hirsch (1974), para quem a intervenção do estado no processo de reprodução capitalista é a forma encontrada por este para se movimentar dentro de suas contradições.

## Considerações finais

Tendo em vista a breve discussão a respeito da atual situação histórica no país, é possível dizer que o exame dos *rackets* feito pela teoria crítica oferece um modelo de análise com sugestões valiosas para duas questões centrais em nossa sociedade. Por um lado, a exploração sem escrúpulos que as classes dominantes projetam. Por outro, a ausência de um questionamento mais aprofundado desse padrão por parte das classes dominadas, o que ajudaria a compreender por que a reação ao golpe de 2016, esperada por uma parcela considerável da esquerda, nunca tenha se manifestado de maneira vigorosa. De maneira semelhante às considerações de Horkheimer e Adorno, é necessário mostrar como esses dois polos estão articulados na reprodução do capitalismo no Brasil. O caráter selvagem das relações de dominação não apenas é um elemento estrutural de nossa formação social, mas está intimamente ligado ao estreitamento do horizonte emancipatório dos dominados. Embora a esquerda no poder tivesse, em princípio, a pretensão de abrandar a exploração por meio da elevação do salário mínimo e dos programas de transferência de renda, esses mecanismos não escaparam do quadro geral da socialização capitalista. Ao contrário, buscou-se um pacto que favorecesse o desenvolvimento do capitalismo. A sustentação dessa aliança se fez com classes que historicamente estiveram dispostas a usar de violência para manter as relações sociais enquanto tais. Então não seria casual que expressões de violência, cuja forma mais recente é o golpe de 2016 e a ascensão de grupos conservadores e reacionários, tenha voltado com força total. De fato, ela nunca desaparecera; no máximo, pode-se dizer que estava adormecida.

Em suma, trata-se da indicação de um tipo de pesquisa que pode ser levada a cabo para entender o cenário histórico brasileiro nas últimas décadas e a dificuldade que setores inicialmente vinculados aos trabalhadores e grupos subalternos encontraram para efetivar uma mudança substancial nas relações sociais que imperam em nosso país, a começar por reverter a superexploração. Se seguirmos as trilhas deixadas pela teoria crítica, diríamos que um exame da trajetória do Partido do Trabalhadores, juntamente com as análises acerca do sindicalismo brasileiro desde o fim da ditadura civil-militar, ambos representando formas de organização centrais na história das classes dominadas do país, deveria levar em conta a maneira como a própria reprodução da sociedade capitalista por aqui conforma seus sujeitos. Isto é, para entender os motivos do fracasso da esquerda no Brasil, assim como o sucesso do golpe de 2016 e as poucas reações a ele, se faz necessário um exame da maneira como o capitalismo brasileiro, com suas características bastante particulares, é bem-sucedido em limitar as aspirações de classe, ou ainda, como os conflitos sociais no Brasil apenas em pequenos momentos conseguem apontar para uma lógica societária

oposta à mercantilização total das relações sociais e, portanto, a uma continuação da dominação e da exploração. Estamos diante da dificuldade dos sujeitos na atual formação do capitalismo em reconhecer que eles mesmos são tolhidos por ela, problema que esteve no centro das preocupações da teoria crítica.

### ***BRAZILIAN RACKETS. REMARKS ON CURRENT HISTORICAL CIRCUMSTANCES***

**ABSTRACT:** *To reflect on the current historical circumstances that led to Dilma Rousseff's impeachment, this article relies on a Critical Theory notion regarding the development of capitalism in the first half of the twentieth century which connects forms of domination to the use of violence: the racket. After a short exposition of the term, it reconstructs the Brazilian political and social scenario, detailing some of its specific conditions such as the overexploitation of the labor force and its model of neoliberalism. In addition to an exposition that connects the current government to rackets, I outline a picture of current class relations, which shows the emergence of conservative and reactionary groups as well as the deadlock of the left. The aim is to show that the current coup's purpose is to maintain domination over Brazilian society at the costs of violence.*

**KEYWORDS:** *Coup. Domination. Racket. Critical Theory.*

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Reflexionen zur Klassentheorie. In: ADORNO, Theodor W. **Gesammelte Schriften, Band 8, Soziologische Schriften I.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, p. 373-391.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGUIAR, Gustavo; PERÓN, Isadora. Seis dos 23 ministros de Temer respondem a inquéritos no STF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 mai. 2016. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,seis-dos-23-ministros-de-temer-respondem-a-inqueritos-no-stf,10000052217>>. Acesso em 7 fev. 2017.

BOITO JR., Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo: Alameda, 2012, p. 69-104.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo y dependencia contemporânea. La actual lucha de clases por la transformación social. In: VILLAGRA, Luis Rojas (org.). **Neoliberalismo en América Latina: Crisis, tendencias y alternativas**. Asunción: CLACSO, 2015, p. 263-82.

FETSCHER, Iring. Die Ambivalenz des liberalistischen ‘Erbes’ in der Sicht von Max Horkheimer. Eine Skizze zu seinen politischen Reflexionen im Exil. In: SCHMIDT, Alfred; ALTWICKER, Norbert (org.). **Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung**. Frankfurt am Main: Fischer, 1986, p. 298-327.

HIRSCH, Joachim. **Staatsapparat und Reproduktion des Kapitals**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974.

HORKHEIMER, Max. Die Rackets und der Geist. In: HORKHEIMER, Max. **Gesammelte Schriften, Band 12, Nachgelassene Schriften 1931-1949**. Frankfurt am Main: Fischer, 1985, p. 287-291.

\_\_\_\_\_. **On the Sociology of Class Relations**. Archivzentrum der Universitätsbibliothek, Goethe-Universität Frankfurt, Signatur IX 16, 1943.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. **Politika**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 35-51, jul. 2015.

LINDEMANN, Kai. Das Racketbegriff als Gesellschaftskritik. Die Grundformen der Herrschaft bei Horkheimer. **Zeitschrift für Kritische Theorie**, Lüneburg, Heft 11, p. 63-81, 2000.

LOPES, Walson. **PT: Crítica de sua trajetória política**. Curitiba: Appris, 2016.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALEIMDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013, p. 145-166.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, Boitempo: 2011.

MAZZA, Willame Parente. **O Estado democrático de direito confrontado**. Neoliberalismo e política fiscal. Tese (Doutorado em Direito). – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REGATIERI, Ricardo Pagliuso. **Capitalismo sem peias**. A crítica da dominação nos debates no Instituto de Pesquisa Social no início da década de 1940 e na elaboração da *Dialética do*

*Esclarecimento*. Tese (Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SINGER, André. A (falta) de base política para o ensaio desenvolvimentista. *In*: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-54.

Recebido em 10/02/2017.

Aprovado em 03/07/2017.



## **NOTAS SOBRE A SOCIOLOGIA DA AÇÃO E A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO**

*Janine TARGINO\**

**RESUMO:** A sociologia da ação, também chamada de sociologia interacionista ou acionista, refere-se a uma perspectiva que se afasta das definições que contemplam as atividades dos atores sociais e suas representações como meras manifestações do funcionamento do sistema. Dessa forma, vemos na sociologia da ação o comprometimento com a construção de um entendimento sobre as razões que levam os atores sociais a fazer o que fazem ou a acreditarem naquilo que acreditam. Deve-se sublinhar que o individualismo metodológico constitui o princípio fundamental da sociologia da ação. Neste artigo trataremos especificamente sobre como a sociologia da ação nos serve de norteadora para analisarmos a relação existente entre a ascese protestante e o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente. Tal relação, tratada com bastante propriedade por Max Weber, nos revela que transformações ocorridas na esfera econômica podem encontrar estímulo em outros domínios sociais como, por exemplo, a religião.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia da ação. Ascese protestante. Capitalismo. Individualismo metodológico.

### A sociologia da ação

Nascida na Alemanha, pelo menos em sua forma consciente e programática, a sociologia da ação ou sociologia interacionista constitui um dos paradigmas das ciências sociais. Seu princípio fundamental consiste na consideração de que

---

\* UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil. 28013602 - janine.targino.silva@gmail.com.

todo e qualquer fenômeno social trata-se de um desdobramento de ações, atitudes, convicções e comportamentos individuais. O segundo princípio desta vertente sociológica indica que o sociólogo que pretende explicar um fenômeno social deve buscar o **sentido** dos comportamentos individuais que estão na sua origem (BOUDON, 1995).

O individualismo metodológico, princípio central da sociologia da ação, sublinha que para a elaboração satisfatória de uma explicação sobre um fenômeno social é necessário descobrir suas causas individuais, isto é, localizar as razões que levam os atores sociais a fazerem o que fazem ou a acreditarem plenamente naquilo que acreditam (BOUDON, 1995). Entendendo que todo fenômeno social é produto de ações, crenças ou comportamentos individuais, o individualismo metodológico sustenta a validade da explicação de fenômenos macroscópicos através de suas causas microscópicas.

Deve-se ter cuidado, aqui, em distinguir os diversos sentidos da palavra “individualismo”, e em não confundir o sentido metodológico com o sentido moral ou o sentido sociológico. Individualista no sentido *moral* é aquele que faz do indivíduo a fonte suprema dos valores morais. Uma sociedade é individualista, no sentido *sociológico*, sempre que a autonomia do indivíduo é nela considerada um valor dominante. No sentido *metodológico*, a noção de individualismo tem um significado totalmente diverso: implica apenas que, para explicar um fenômeno social, é necessário descobrir suas causas individuais, ou seja, compreender as razões que levam os atores sociais a fazer o que fazem ou a acreditarem naquilo que acreditam. (BOUDON, 1995, p. 33)

Além de observar que um fenômeno social deve ser interpretado como efeito de ações, convicções e comportamentos individuais, a sociologia da ação também aponta que é preciso colocar em evidência o porquê, ou melhor, o **sentido** dessas ações ou convicções. É assim que Weber irá falar em **compreensão** quando se refere a este momento da análise. Dessa forma, sob o prisma da sociologia da ação, explicar um fenômeno social implica a determinação dos comportamentos individuais de que ele é feito, assim como também alude à necessidade de que tais comportamentos identificados sejam **compreendidos** (BOUDON, 1995).

Da forma como é aplicada na sociologia de Max Weber, a noção de compreensão refere-se exclusivamente ao ator individual, pois entende que um momento essencial de qualquer análise sociológica consiste em reencontrar o sentido de seu comportamento (BOUDON, 1995). Por conseguinte, encontrar o sentido do comportamento dos atores, ou compreender esse comportamento, significa o mesmo que redescobrir as razões que levam os atores a fazerem o que fazem. No entanto,



torna-se importante destacar que a metodologia individualista da sociologia da ação de forma alguma sugere uma visão atomista das sociedades, já que exige a consideração dos indivíduos enquanto atores inseridos em um contexto social. Igualmente, é válido sublinhar que a sociologia de Weber não está comprometida com a rejeição completa da elaboração de relações gerais ou de um saber nomológico sobre a sociedade (FREUND, 2006)

De fato, Weber apenas se recusa a limitar a Sociologia sob esse único aspecto, ao mesmo tempo em que demonstra interesse pelo estudo dos sentidos que os atores sociais atribuem às suas ações em sociedade (FREUND, 2006).

Sendo assim, a noção de **compreensão** presente na sociologia da ação sustenta que é possível, por meio da verificação de fatos, descobrir as **razões** do comportamento do ator social, isto é, pôr em evidência o sentido de uma atividade (FREUND, 2006). Ainda, sobre os princípios da sociologia da ação, pode-se dizer que:

O primeiro princípio fundamental da sociologia da ação consiste em levar a sério o fato de que todo fenômeno social, qualquer que seja, é sempre o resultado de ações, de atitudes, de convicções, e em geral de comportamentos individuais. O segundo princípio, que completa o primeiro, afirma que o sociólogo que pretende explicar um fenômeno social deve procurar o sentido dos comportamentos individuais que estão em sua origem. (BOUDON, 1995, p. 28)

Este panorama conceitual que esboçamos até aqui nos leva inevitavelmente ao conceito de **ação social**. Fundamental na sociologia weberiana, este conceito constitui um **tipo ideal**<sup>1</sup> em essência, uma vez que o fenômeno ao qual a ação social se refere não pode ser encontrado de maneira cristalizada no âmbito da sociedade. Weber (2014) nos diz que a ação social pode ser determinada de modo racional referente a fins, de modo racional referente a valores, de modo afetivo e/ou de modo tradicional. A ação social racional referente a fins diz respeito ao indivíduo que “orienta sua ação pelos fins, meios e consequências secundárias, **ponderando** racionalmente tanto os meios em relação às consequências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si” (WEBER, 2014, p. 16). Por outro lado, a ação social racional referente a valores está fundamentada no ato planejado com referência às convicções do indivíduo que pratica a ação. A ação social afetiva trata de “**sublimação**, quando a ação afetivamente condicionada aparece como descarga **consciente** do estado emocional” (WEBER, 2014, p. 15), enquanto a ação social

<sup>1</sup> Pode-se definir o conceito de tipo ideal da seguinte forma: “um conceito ideal é normalmente uma simplificação e generalização da realidade (...). Sob esse aspecto, a construção é simplesmente um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas” (WEBER, *apud* QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 113).

tradicional pode ser considerada como “uma reação surda a estímulos habituais que decorre na direção da atitude arraigada” (WEBER, 2014, p. 15).

Ainda, a definição weberiana para a ação social envolve outros elementos substanciais como, por exemplo, o fato de que nem todo tipo de ação é **ação social** e nem todo tipo de contato entre pessoas tem caráter social.

A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros) os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas. (WEBER, 2014, p. 14)

Tal como sublinha Cohn (1979) no livro *Crítica e Resignação*, Weber concentra sua análise sobre o sentido da ação social, uma vez que a unidade compreensível da ação é dada pelo seu sentido. Desta forma, Weber insiste no caráter subjetivo do sentido da ação e enfatiza que o único elemento empiricamente observável do sentido é o agente da ação.

Isto posto, podemos agora partir para a análise de alguns pontos de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 2014). Nesta obra, ele faz uma exposição sobre as razões válidas para o comportamento singular dos calvinistas que, em função de suas crenças religiosas, buscavam êxito nos negócios e investiam seus lucros sem dissipá-los em luxo e ostentação. Expõe sua tese de que as ideias puritanas influenciaram singularmente o desenvolvimento do capitalismo, deixando claro que sua intenção é apontar **uma** das causas comprováveis para o desenvolvimento do capitalismo da maneira como o vimos no Ocidente. Ou seja, ao reconhecer que a relação existente entre o puritanismo e o capitalismo é uma entre várias outras relações que podem ter favorecido o desenvolvimento do capitalismo, Weber (2014) busca construir uma argumentação que se afasta da interpretação unilateral dos fatos.

## A ética protestante e o espírito do capitalismo

Segundo Aron (2003), Weber dedicou-se a demonstrar que a conduta dos homens nas diversas sociedades somente pode ser compreendida dentro do quadro da concepção geral que esses homens possuem da própria existência. Seguindo essa perspectiva, os dogmas religiosos, assim como a interpretação dos mesmos, são partes integrantes da visão de mundo que os indivíduos têm. Dessa forma, é

necessário entender tais perspectivas para que seja possível compreender a conduta dos indivíduos e dos grupos.

Além disso, de acordo com o ponto de vista de Weber, as concepções religiosas são capazes de atuar como fatores de orientação da conduta econômica e, justamente por isso, o autor considera tais concepções como forças que transformam a economia das sociedades. Assim, foi sobre estas duas considerações que ele construiu seu argumento sobre as relações entre o espírito do capitalismo e a ética protestante (ARON, 2003).

Em primeiro lugar, de acordo com Weber (2004), não há apenas um capitalismo, mas sim capitalisms. Segundo o autor, o capitalismo pode ser encontrado em vários lugares e épocas, mas apenas no Ocidente o capitalismo alcançou um grau extraordinário de racionalização no que diz respeito à forma como a produção e a atividade profissional passam a ser conduzidas. Referindo-se ao espírito do capitalismo ele nos diz que:

Se puder ser encontrado algo a que se possa aplicar esse termo, com algum significado compreensível, esse algo só poderá ser uma realidade histórica, isto é, um complexo de elementos associados na realidade histórica que nós aglutinamos em um todo conceitual, do ponto de vista de seu significado cultural.

Tal conceituação histórica, contudo, uma vez que seu conteúdo se refere a um fenômeno significativo por sua individualidade única, não pode ser definida pela fórmula *genus proximum, differentia specifica*, mas deve ser montada gradualmente a partir de suas partes individuais, tomadas da realidade histórica que a constitui. Por isso, o conceito final e definitivo não poderá ser encontrado no início, mas aparecerá no fim da investigação. (WEBER, 2004, p. 45)

Tendo em vista estas observações, o autor constrói um tipo ideal do capitalismo utilizando-se de uma definição centrada em certas características escolhidas em função dos interesses despertados pela pesquisa. A principal destas características seria a definição do capitalismo pela existência de empresas que possuem como objetivo central a produção do maior lucro possível através de uma organização racional do trabalho e da produção. É a coexistência do desejo pelo lucro e da disciplina racional aplicada ao trabalho, segundo Weber (2004), que constituem o traço singular do capitalismo ocidental e o diferencia dos demais. A *auri sacra fames*, ou busca desenfreada por lucro, existiu em todas as sociedades, mas no capitalismo ocidental este desejo de ganho irá ser satisfeito com o uso da disciplina, e não através da aventura e da especulação. Assim sendo:

A perseguição do lucro, do dinheiro, da maior quantidade possível de dinheiro, não tem, em si mesmo, nada que ver com o capitalismo. Tal impulso existe e sempre existiu entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários desonestos, soldados, nobres, cruzados, apostadores, mendigos etc. (...) A ganância ilimitada de ganho não se identifica nem de longe com o capitalismo, e menos ainda com seu “espírito”. O capitalismo *pode* eventualmente se identificar com a restrição, ou pelo menos com uma moderação racional desse impulso irracional. O capitalismo, porém, identifica-se com a busca do lucro, do lucro sempre *renovado* por meio da empresa permanente, capitalista e racional. Pois assim deve ser: numa ordem completamente capitalista da sociedade, uma empresa individual que não tirasse vantagem das oportunidades de obter lucros estaria condenada à extinção.

Definamos agora nossos termos com uma precisão algo maior do que a usual. Definiremos como ação econômica capitalista aquela que repousa na expectativa de lucros pela utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. Onde a aquisição capitalística é obtida racionalmente, a ação correspondente é ajustada por um cálculo em termos de capital. (WEBER, 2004, p. 26)

Diversas foram as pré-condições necessárias para que a configuração do capitalismo ocidental tal qual é observada por Weber se concretizasse. A possibilidade efetiva do cálculo de todos os custos, a previsibilidade racional das decisões jurídicas proporcionada pela atuação de um direito formal e a ordem estatal regida por uma lei racionalmente cognoscível fazem parte do conjunto de tais pré-condições (JASPERS, 1977).

No entanto, o fim da escravidão, o direito formal e a ordem estatal legal, condições que possuem em comum o traço da racionalização da existência, não foram suficientes para produzir o espírito da disposição capitalista eficiente para o trabalho (JASPERS, 1977). Da forma como é compreendida por Weber, a ideia de que o trabalho árduo é um dever que traz em si mesmo uma recompensa é uma característica do homem que vive no mundo industrial moderno. O homem deve trabalhar da melhor forma possível em sua ocupação remunerada não somente porque precisa fazê-lo, mas também porque possui desejo para se entregar a essa atividade, pois este é um sinal de virtude e de satisfação pessoal. Esta maneira de perceber o trabalho expressa o moderno espírito do capitalismo, com toda a sua despreocupação em relação a propósitos superiores de origem transcendental. Mas, em seu nascedouro, tal forma de observar o trabalho esteve especialmente baseada em um significado religioso, e foi para elucidar esta questão que Weber empregou seus esforços (BENDIX, 1986).

Weber (2004) estabelece um contraste importante entre o espírito do capitalismo e a atividade econômica que designou como tradicionalismo. Quando os trabalhadores preferem trabalhar menos e ganhar mais, quando buscam o máximo de conforto e o mínimo de esforço durante as horas de trabalho e quando não se interessam ou se mostram incapazes de adaptar-se a novos métodos de trabalho, vê-se manifestas atitudes tradicionalistas. Da mesma forma, quando os empresários optam por bens de qualidades variadas e não por uma produção padronizada, quando trabalham em um ritmo moderado, quando se mostram satisfeitos com rendas que permitam uma vida confortável e quando as relações com seus trabalhadores, clientes e competidores são diretas e essencialmente pessoais, também aí se pode perceber o tradicionalismo. Por outro lado, a avareza e o ímpeto ganancioso sem escrúpulos também são atitudes que diferem absolutamente do espírito do capitalismo (WEBER, 2004). Portanto, nem a adesão ao tradicionalismo, nem a avareza e a ganância inescrupulosa são compatíveis com a visão do trabalho árduo como uma virtude, isto é, como uma obrigação moral.

Seguindo as orientações de Weber (2004), temos que o trabalho visto sob o prisma da ideia de vocação tem origem religiosa. De acordo como o autor, a ideia de vocação provém de Lutero, mas a sua plena formação vem do calvinismo. A doutrina religiosa do calvinismo sustentava que o homem que deseja servir a Deus não deve aderir a uma ascese que o retira do mundo, mas sim deve servir a Deus em uma espécie de ascese intramundana. O homem, segundo o calvinismo, deve trabalhar para os outros e para que a vontade divina se concretize no mundo através da produção de boas obras. O trabalho, sob a ótica calvinista, não constitui um meio para extrair prazer do lucro e do sucesso.

O ponto chave para entendermos esta maneira singular do calvinista se comportar em relação ao trabalho é o dogma da predestinação. Para o calvinismo, Deus predeterminou todos os homens, ou seja, a escolha dos eleitos é feita previamente, sem a influência de qualquer ação dos homens. Ser ou não ser salvo é uma condição imposta pelos desígnios de Deus, e nada pode alterar isso. Desencantando o mundo<sup>2</sup> ao extremo, o calvinismo irá indicar que:

No tocante à coisa mais importante da vida para o homem do tempo da reforma – a sua salvação eterna – era ele forçado a seguir sozinho o seu caminho para encontrar um destino que já fora determinado para ele e para a eternidade. Ninguém poderia ajudá-lo. Nenhum padre, já que quem era escolhido só poderia entender a palavra de Deus em seu próprio coração.

---

<sup>2</sup> Esta expressão faz referência ao conceito de **desencantamento do mundo** cunhado por Weber. Tal conceito diz respeito, como nos indica Pierucci, ao processo de racionalização no campo religioso e à eliminação da magia como meio de salvação (PIERUCCI, 2003).

(Para o calvinismo) nenhum sacramento, apesar dos sacramentos terem sido instituídos por Deus para o aumento de Sua glória, devendo por isso ser escrupulosamente observados, não eram meios para se obter a graça, mas apenas a *externa subsidia* subjetiva da fé. Nenhuma Igreja, embora se tivesse como certo que *extra ecclesiam nulla salus*, no sentido de que quem se mantivesse afastado da verdadeira Igreja nunca se poderia integrar ao grupo dos escolhidos por Deus; entretanto, a Igreja incluía entre seus membros os condenados. Estes poderiam fazer parte daquela e se submeter à sua disciplina, não para obter a salvação, que seria impossível, mas porque, pela glória de Deus, eles também deveriam ser forçados a obedecer a Seus mandamentos. E finalmente, nenhum Deus. Mesmo Cristo havia morrido apenas para os eleitos, para cujo benefício Deus decretara Seu eterno martírio. (WEBER, 2004, p. 82)

No entanto, mesmo que não haja nenhuma via possível para a conquista da graça, o puritano pode procurar sinais que indiquem sua posse ou não da salvação dada de antemão por Deus. Através de uma vida pessoal submetida aos mandamentos divinos e do êxito obtido por meio de sua ação no mundo, isto é, por meio de sua atividade profissional, o indivíduo pode encontrar uma resposta para a dúvida angustiante sobre ser ou não um eleito. O trabalho, quanto mais eficaz, é percebido como a manifestação da glória de Deus e um indicador da salvação. O êxito no trabalho ratifica a vocação pessoal e, ao mesmo tempo, também pode ser interpretado como uma indicação da eleição. E é justamente por isso que os indivíduos imbuídos pela crença no dogma da predestinação se entregam incansavelmente ao trabalho não como uma forma de obter lucro ou para usufruir prazeres mundanos, mas sim para buscar um sinal de que realmente possuem o estado de graça. Usufruir os prazeres do mundo por meio do uso daquilo que é ganho com o trabalho seria uma prova de não eleição, uma vez que cada homem é responsável por aquilo que lhe é posto em suas mãos.

A incerteza sobre o estado de graça permeia a vida do homem que orienta a sua existência de acordo com esses preceitos. Ainda que alcance grande êxito com seu trabalho, ou seja, com sua ação no mundo, a dúvida perene referente à posse do estado de graça motiva o homem a buscar incessantemente sempre mais êxito em sua atividade. Segundo Weber (2004), fora esta concepção religiosa aderida por muitos que transformou o trabalho em uma atividade fundamentada em cálculos racionais.

A busca pelo êxito no trabalho contribuiu para o fortalecimento do rigor da conduta pessoal. A conduta essencialmente ascética do puritanismo foi uma das responsáveis pela formulação racional de toda existência, de acordo com a vontade de Deus. O puritano, através da disciplina que empregava em sua atividade profissional, exercia um constante domínio de si mesmo, e isso teve

como consequência a profunda racionalização do comportamento individual. Diferentemente do catolicismo, que expressava um domínio mais frouxo sobre as atividades dos homens, a atitude puritana sugeria uma regulamentação rígida das atividades exercidas no mundo. Dessa maneira, o puritano mostrou-se apto para a tarefa de organização das empresas, assim como também para a racionalização da economia.

Embora o êxito profissional tenha como desdobramento inerente o acúmulo de riqueza, o puritanismo não via aí nenhuma espécie de contradição. A acumulação de riquezas em si não era reprovável, apesar de somente ser permitido tirar do que foi adquirido o suficiente para uma vida digna, sem nenhum tipo de ostentação. Tendo a vida ativa como uma legítima forma de devoção, o absolutamente condenável pelo puritanismo era o repouso na posse, que levava inevitavelmente ao desperdício de tempo e à queda nas tentações da carne. Tendo em vista que o trabalho consistia em uma forma de glorificar a Deus, a perda de tempo na ociosidade ou no usufruto das riquezas eram atitudes abomináveis, já que a produtividade sempre maior no trabalho deveria ser uma meta permanente na vida do puritano.

Além da ostentação, o puritano também deveria se afastar das distrações da música e do teatro, e de qualquer forma de satisfação dos sentidos na arte, salvo quando tal satisfação não implicasse gastos. Os excessos emocionais na vida pessoal também deveriam ser evitados, uma vez que relacionamentos desta ordem poderiam envolver o perigo da idolatria. O homem não deveria confiar totalmente em seus semelhantes, já que qualquer um poderia ser um não eleito e apenas Deus era digno de confiança. A vida do puritano não somente era permeada por uma constante preocupação em função da busca incessante pelos sinais de sua eleição, mas também por um profundo sentimento de solidão.

A junção entre uma grande produtividade no trabalho e o afastamento em relação a uma vida de luxo e ostentação foi, segundo Weber (2004), a responsável pela criação de um estilo de vida que esteve diretamente ligado ao espírito do capitalismo, propiciando o seu desenvolvimento. Em seu esforço para conferir ao trabalho o caráter de manifestação da glória de Deus, o puritano entendia que era extremamente necessário empregar o lucro sob forma de investimentos para aprimorar os resultados de seu trabalho. Como desdobramento principal desse comportamento houve um grande acúmulo de capital, e fora exatamente esse um dos elementos fundamentais para a constituição do espírito do capitalismo, baseado em uma conduta e organização racionais dos negócios.

Há, nos diz Weber (2004), uma afinidade eletiva<sup>3</sup> entre a atitude protestante e a atitude capitalista. Por um lado, o capitalismo implica o estabelecimento de uma

---

<sup>3</sup> Segundo Kalberg (2010, p. 131), o conceito de afinidade eletiva encontrado na sociologia weberiana é um "conceito inspirado em Goethe, e supõe a existência de uma conexão 'interna' entre dois fenômenos

organização racional do trabalho e investimento da maior parte do lucro obtido nos meios de produção. Por outro, a ética protestante oferece uma explicação e uma justificativa, ou melhor, um **sentido**, para a busca do lucro não para o usufruto do mesmo, mas sim para investir em meios de produção e assim produzir cada vez mais e mais.

Contudo, em sua exposição sobre o vínculo entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, Weber (2004) deixa claro que sua intenção não é pôr em evidência a causa do capitalismo, mas sim uma das causas comprováveis para do mesmo. Ele apenas busca destacar, através do uso de meios da pesquisa empírica e de interpretação compreensiva, as condições e **um** dos fatores positivos que atuaram para a formação do espírito do capitalismo no Ocidente.

Em primeiro lugar, é importante acentuar que Weber está longe de afirmar que o protestantismo foi a “única” causa do capitalismo. Além de assinalar que o problema da origem do capitalismo admite causas múltiplas e complexas (econômicas, políticas, militares, técnicas, jurídicas, etc.), não se pode sustentar que a religião (ou a ética) seria propriamente o fator de origem do comportamento econômico capitalista, num sentido linear e determinista. Esse ponto é da maior importância: Weber não trata, de maneira nenhuma, da origem do capitalismo como “sistema econômico”, mas apenas da origem da conduta ou disposição capitalista como uma determinada forma de “ação social”. (SELL, 2015, p. 125)

Bendix (1986) explica que embora nenhum dos grandes reformadores tivesse a pretensão de contribuir para o desenvolvimento do espírito do capitalismo, Weber demonstra que as doutrinas por eles sustentadas caminharam para este sentido. Dentre as doutrinas que insurgem no momento da Reforma Protestante, o autor sublinha a importância do calvinismo neste fenômeno. Fora a doutrina calvinista da predestinação, de acordo com a qual a salvação de um indivíduo era determinada por uma decisão previamente tomada por Deus, que ofereceu um **sentido** transcendental ao êxito no trabalho, assim como também impulsionou a adoção de um comportamento racional na atividade profissional. Dessa forma, a ética protestante fora apenas um dentre diversos elementos que apontavam na direção de um maior racionalismo em toda a vida social, além de criar determinadas motivações que favoreceram a formação do regime capitalista. Assim, no Ocidente o racionalismo foi marcado por um desenvolvimento múltiplo peculiar e ligado de maneira mais ou menos direta aos desdobramentos do desenvolvimento do capitalismo.

---

diferentes que têm raízes em um aspecto comum e/ou uma clara ligação histórica”.



No momento em que publica sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*<sup>4</sup>, Weber (2014) nos diz que a motivação metafísica ou moral que moveu os indivíduos para uma conformação à lei do capitalismo já havia se dissolvido. Por conseguinte, o sistema capitalista estaria plenamente estabelecido. Todavia, este novo panorama não atribui descrédito à análise weberiana sobre a formação do espírito do capitalismo. Mesmo que não esteja mais fundado sobre as motivações psicorreligiosas que atuaram em sua origem, o espírito do capitalismo é amplamente devedor de tais motivações.

O puritano quis trabalhar no âmbito da vocação; e fomos todos forçados a segui-lo. Pois quando o ascetismo foi levado para fora das celas monásticas, se fez introduzir na vida cotidiana e começou a dominar a moralidade laica, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica. Essa ordem está hoje ligada às condições técnica e econômica da produção pelas máquinas, que determina com força irresistível a vida de todos os indivíduos nascidos sob este regime, e não apenas os envolvidos diretamente na aquisição econômica. E talvez assim determine até que seja queimada a última tonelada de carvão fóssil. Na visão de Baxter, o cuidado para com os bens materiais deveria repousar sobre os “ombros do santo como um leve manto, que pode ser atirado de lado a qualquer momento”. Mas o destino quis que o manto se tornasse uma prisão de ferro. (WEBER, 2004, p. 135)

## Conclusão

Diante de tudo que fora exposto até aqui, pode-se dizer que os ensinamentos puritanos conferiram às atividades econômicas um *ethos* baseado no planejamento e no autocontrole, e assim encorajaram o êxito terreno influenciando o estilo de vida ascético. Foi dessa forma que o ascetismo protestante rompeu com a moral da proibição tradicional contra o desejo de aquisição e lucro e contribuiu para a formação do espírito do capitalismo. Em síntese, é correto afirmar que:

O núcleo da teoria de Weber é que as atitudes envolvidas no espírito do capitalismo derivavam da religião. O cristianismo, em geral, teve o papel de promover essa perspectiva, mas a força motivadora essencial foi proporcionada pelo impacto do protestantismo, em particular: o puritanismo. Os primeiros capitalistas eram principalmente puritanos, e muitos aderiram aos pontos de vista calvinistas. Weber argumentava que certas doutrinas eram a fonte direta do espírito do capitalismo.

<sup>4</sup> *A ética protestante e o espírito do capitalismo* foi publicada em 1904.

Uma delas era a ideia de que os seres humanos são instrumentos de Deus na Terra, chamados pelo Todo-Poderoso para trabalhar em uma vocação – uma ocupação para a glória maior de Deus.

Um segundo aspecto importante do calvinismo era a noção de predestinação, segundo a qual apenas certos indivíduos predestinados estão entre os “eleitos” – para entrar no paraíso, na vida eterna. Na doutrina original de Calvino, nada que uma pessoa faça na Terra pode mudar se ela é um dos eleitos; isso já foi predeterminado por Deus. Todavia, essa crença causava tanta ansiedade entre seus seguidores que foi modificada, permitindo que os crentes reconhecessem certos sinais de elegibilidade.

O sucesso no trabalho em uma determinada vocação indicado pela prosperidade material, tornou-se o principal sinal de que uma pessoa era verdadeiramente um dos eleitos. (GIDDENS, 2012, p. 72)

Em sua análise, Weber (2004) busca elucidar os vínculos existentes entre a conformação intelectual ou espiritual da ética protestante (com ênfase sobre o calvinismo) e o espírito do capitalismo. Ele se afasta da questão da causalidade que envolve o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, e esforços fluem no sentido de relacionar de modo compreensivo uma maneira de agir no mundo com um pensamento religioso. O problema sociológico a ser analisado em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 2004) é o da influência das concepções de mundo nas organizações sociais e nas atitudes individuais.

Sem pretender que a sua **compreensão** dos fatos fosse a única possível, Weber quis apreender a atitude global de indivíduos e grupos, pois a observação global dos fatos era de suma importância para o autor. Ao expor as motivações que impulsionaram os puritanos a adotarem um tipo de comportamento singular, ele mostra que existem organizações inteligíveis do pensamento e da existência que, mesmo não sendo científicas, não são destituídas de sentido (ARON, 2002). É assim que Weber tende

[...] a reconstruir estas lógicas, mais psicológicas do que científicas, pelas quais se passa, por exemplo, da incerteza sobre a salvação para a procura de sinais de eleição. Trata-se de uma passagem inteligível, sem que, no entanto, se ajuste propriamente às regras do pensamento lógico-experimental. (ARON, 2002, p. 788)

Tendo em mente as considerações apresentadas anteriormente, vemos que *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 2004) é uma obra que

incorpora os elementos da sociologia da ação. A consideração de que todo e qualquer fenômeno social consiste em um desdobramento de ações, atitudes, convicções e comportamentos individuais, e o destaque dado à necessidade de evidenciar o porquê, ou melhor, o **sentido** dessas ações ou convicções, é princípio basilar da sociologia da ação e está presente em toda a análise realizada por Weber. São os indivíduos agindo cotidianamente e racionalizando sobremaneira as suas ações que constituem o centro do estudo feito pelo autor. É através da observação das motivações que movem esses indivíduos que o autor busca compreender o sentido de comportamentos individuais que estão fortemente ligados à origem do espírito do capitalismo. Partindo deste ponto, ele assinala os elementos sobre os quais constrói o seu argumento de que há uma afinidade eletiva entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. O relevante para Weber (2004) era a ação dos homens, e a sociedade capitalista é vista como fruto desta ação.

### **REMARKS ON THE SOCIOLOGY OF ACTION, THE PROTESTANT ETHIC AND THE SPIRIT OF CAPITALISM**

**ABSTRACT:** *The sociology of action, also called interactionist or shareholder sociology, is a perspective that departs from definitions that consider the activities of social actors and their representations as mere manifestations of the workings of the system. Consequently, we see in the sociology of action a commitment to build an understanding of the reasons that lead social actors to do what they do or to believe in what they believe. It should be emphasized that methodological individualism constitutes the fundamental principle of the sociology of action. In this article we will deal specifically with how the sociology of action serves as a guide to analyze the relationship between Protestant asceticism and the development of capitalism in the West. Such a relationship, treated fairly well by Max Weber, reveals to us that transformations in the economic sphere can find stimulus in other social domains, such as religion.*

**KEYWORDS:** *Sociology of action. Protestant Ascesis. Capitalism. Methodological individualism.*

## REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BENDIX, Reinhard. **Max Weber, um perfil intelectual**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOUDON, Raymond. Ação. In: BOUDON, Raymond (org). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação**: Fundamentos da Sociologia de Max Weber. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

JASPERS, Karl. Método e visão do mundo em Weber. In: COHN, Gabriel (org). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O Desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes, 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 2014.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

Recebido em 10/02/2017.

Aprovado em 20/06/2017.

**Varia**



# UN BALANCE DE LA NEGOCIACIÓN COLECTIVA Y SU RELACIÓN CON LA ORGANIZACIÓN SINDICAL EN ARGENTINA (2003-2015)

*Clara MARTICORENA\**

**RESUMEN:** El aumento de la negociación colectiva operado desde el año 2003 en Argentina dio lugar a diversos estudios centrados en el análisis de sus determinantes políticos, institucionales y económicos o bien enfocados en el estudio de su evolución y características generales. Las investigaciones se centraron en la evolución cuantitativa de las negociaciones y en su periodicidad, desplazando el estudio de los procesos de negociación y contenidos negociados. En este artículo precisamos una serie de elementos teóricos que suelen quedar relegados en los debates sobre la temática y realizamos un balance de la negociación colectiva en el período para luego reflexionar sobre el vínculo entre los procesos de negociación y la organización sindical de los trabajadores.

**PALABRAS CLAVE:** Negociación colectiva. Organización sindical. Legalidad industrial. Postconvertibilidad. Argentina.

## 1. Introducción

El presente artículo se propone realizar un balance de la negociación colectiva en Argentina durante los años 2003-2015, período particularmente destacado en cuanto a la cantidad y dinámica de las negociaciones en nuestro país<sup>1</sup>. Más allá

---

\* CEIL-CONICET – Centro de Estudios e Investigaciones Laborales-Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Buenos Aires – Argentina. C1083ACA - cmarticorena@ceil-conicet.gov.ar.

<sup>1</sup> La historia de la negociación colectiva en la argentina ha estado signada por las interrupciones. Desde el año 1953 –año en que se sanciona la Ley de Convenciones Colectivas de Trabajo, N° 14250-

de esta constatación empírica, es decir, más allá del aumento cuantitativo de las negociaciones colectivas con respecto a la propia historia de la negociación colectiva en la Argentina, los estudios del período muestran diversas falencias. En general, han sido relegados los problemas teóricos vinculados a la negociación colectiva así como también aquellos vinculados a los procesos de negociación y contenido de las negociaciones.

Reconociendo estas falencias, nuestra investigación pretende aportar una mirada que integre estas dimensiones sobre la base del análisis de convenios y acuerdos colectivos y de entrevistas a representantes sindicales, empresarios y funcionarios del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTESS) de distintos sectores de la industria manufacturera, sector que concentró la mayor parte de las negociaciones del período<sup>1</sup>.

El significativo aumento y dinamismo de la negociación colectiva operado a partir de los años 2003 y 2004 dio lugar a diversos análisis que tendieron a resaltar sus diferencias respecto de las características configuradas en la década anterior<sup>2</sup>. La contraposición fue construida fundamentalmente sobre la base de una evaluación cuantitativa, resaltando el aumento en la cantidad de negociaciones y su rol en la determinación salarial, tendiendo a permanecer desplazada la consideración del carácter de la negociación salarial y de los contenidos no salariales negociados. Como apuntamos en diversos trabajos, se trata de un aspecto sustancial dado que constituye un problema asumir que el aumento de la negociación colectiva implica por sí mismo o se traduce automáticamente en una modificación de las características configuradas en los años '90.

Efectivamente, desde nuestra perspectiva, la negociación colectiva ha sido clave durante estos años para ordenar desde el Estado las relaciones laborales en un

---

estuvo sistemáticamente interrumpida o limitada por dictaduras o gobiernos democráticos. Luego de su suspensión durante la última dictadura cívico-militar en 1976, no se abrió una nueva ronda de negociación hasta 1988, es decir, 5 años después del retorno de la democracia en 1983. A partir de esta ronda, la negociación colectiva funcionó ininterrumpidamente hasta la actualidad. Durante los años '90 fue un mecanismo privilegiado a través del cual se buscó no sólo legalizar sino también legitimar las políticas de flexibilización laboral. De todos modos, la cantidad de negociaciones aumentó significativamente a partir del año 2003 y 2004, dinámica que se encuentra vinculada no sólo al aumento del empleo sino también a la dinámica inflacionaria que marca el desenvolvimiento de la lucha económica a partir de la caída de la convertibilidad. De este modo, mientras que en la década del '90 las negociaciones se ubicaban en torno o por debajo de las 200, durante la postconvertibilidad se incrementaron significativamente (CUADRO N° 1). Puede consultarse, al respecto, Marticorena (2014<sup>a</sup>, 2014b) y Boletín de Estadísticas Laborales (MTESS).

<sup>1</sup> El estudio, plasmado en mi tesis doctoral y continuado posteriormente, se ha centrado en diversos sectores de la industria manufacturera, sector que concentró la mayor cantidad de negociaciones del período. Además de un análisis agregado, hemos profundizado el estudio en los siguientes sectores: alimentación, aceiteros, automotriz, panadero, químico y petroquímico, textil y vestido, estudiando en forma pormenorizada los convenios colectivos de trabajo y actas acuerdo negociadas en durante la postconvertibilidad. Para mayores precisiones metodológicas véase Marticorena (2014a).

<sup>2</sup> Por ejemplo, Palomino y Trajtemberg (2006) y Senén González, Trajtemberg y Medwid (2010).



momento inicial de recomposición de la acumulación, de crecimiento económico y del empleo. Pero, al mismo tiempo, el dinamismo asumido por las negociaciones colectivas a lo largo de la última década ha operado como un factor significativo en el impulso de la organización sindical en general, y de base en particular.

Luego de repasar el análisis del contenido y la estructura de la negociación colectiva, sus continuidades y rupturas con respecto a los años '90, en este escrito nos interesa reflexionar sobre el vínculo entre el proceso de negociación y la organización de los trabajadores, planteando algunas hipótesis que serán eje de futuras indagaciones. Veamos en primer término algunas consideraciones teóricas sobre las relaciones laborales y la negociación colectiva que consideramos fructíferas para el análisis y que suelen estar ausentes de los estudios sobre la temática.

## 2. La negociación colectiva: ¿democracia industrial o legalidad industrial?

Nuestra perspectiva considera la importancia de analizar la negociación colectiva restituyendo su vínculo con la dinámica de la lucha de clases, dimensión que los enfoques institucionalistas no se plantean. Es en este sentido que estudiamos la estructura de la negociación colectiva y los contenidos de acuerdos y convenios colectivos de trabajo, considerando que sus cambios y/o continuidades en el tiempo pueden ser analizados como una suerte de termómetro de la correlación de fuerzas entre las clases sociales.

Ahora bien, la propia forma de la negociación colectiva constituye un modo de institucionalización de la lucha de clases (HYMAN, 1981), que lleva inscripto y vehiculiza el control del capital sobre el trabajo, por cuanto aquello que se discute y resulta objeto de negociación es la forma, los alcances y límites, que adopta la explotación del capital sobre el trabajo y no la explotación misma (MARTICORENA, 2014a).

Dicho esto, resulta necesario plantear que la negociación colectiva se ha constituido históricamente como modo de control del conflicto laboral, pero también como modo de limitar el **despotismo** patronal. Es en este sentido que recuperamos el concepto de **legalidad industrial** de Gramsci (1991), contraponiéndolo a la concepción de la negociación colectiva como imperio de la **democracia industrial** proveniente del pluralismo anglosajón (ACKERS, 2007; DABSCHECK, 1989; CLEGG, 1985; FLANDERS y CLEGG, 1956).

La noción de **legalidad industrial** en Gramsci (1991) expresa la conquista del reconocimiento de un conjunto de condiciones de trabajo por parte de la patronal a través de la acción de los sindicatos en tanto organización corporativa de la clase

obrero. Es decir, representa a los obreros en su condición de vendedores de fuerza de trabajo. Esta legalidad industrial, es también la que supone su reproducción como proletariado, como clase dominada y subordinada al capital. De este modo, la negociación colectiva permite establecer límites a la unilateralidad del **despotismo** patronal al tiempo que **presupone** la legitimación de la explotación del trabajo por el capital y su control del proceso productivo.

La posibilidad de que a través de la negociación colectiva los trabajadores puedan limitar el avance patronal depende de la correlación de fuerzas entre las clases sociales en momentos históricos determinados. Efectivamente, así como los convenios y acuerdos colectivos han reflejado distintas conquistas de los trabajadores en momentos de ascenso de la lucha de clases, también han sido vehículo de la pérdida de derechos y condiciones previamente conquistadas. Un ejemplo de ello podemos observarlo si tenemos en cuenta que durante la década del '90 en la Argentina, en el marco de una correlación de fuerzas ampliamente desfavorable para los trabajadores por el avance de la precarización laboral y el alto desempleo, la negociación colectiva fue una herramienta para introducir y legitimar formas de flexibilización laboral.

Nuestra perspectiva se diferencia, así, de las visiones pluralistas -hegemónicas en el campo de estudios de las relaciones laborales- según las cuales la negociación colectiva constituiría una expresión de la **democracia industrial**, donde no se reconoce el dominio del capital sobre el trabajo, sino que se asume que patrones y trabajadores son capaces de acordar condiciones de trabajo en igualdad de condiciones. Como señalaba Hyman (1981), los pluralistas no observan el orden y el consenso en la industria como resultado del ejercicio del poder del capital, sino como expresión de la cooperación de trabajadores y capitalistas.

El desarrollo histórico de las instituciones laborales permite, de hecho, constatar en diversos países de qué modo el mecanismo de la negociación colectiva fue alentado desde las clases dominantes como modo de regulación del conflicto laboral en vistas a lograr la “paz industrial”. Sin embargo, los procesos de institucionalización, dominio y control sobre los trabajadores nunca están exentos de resistencias y deben ser analizados históricamente. Efectivamente, la “institucionalización del conflicto laboral logra de hecho una contención provisional del desorden...” (HYMAN, 1981, p. 219).

Inspirados en estas discusiones, y a la luz de los debates acerca de la revitalización sindical en la Argentina a partir del año 2003, nos interesa rastrear el vínculo entre los procesos de negociación colectiva y la organización sindical, observando no sólo la dinámica a través de las cúpulas sindicales, si no incorporando una mirada que sitúe el interés en los procesos de negociación colectiva, indagando de qué modo la negociación colectiva impulsó la vida interna de los sindicatos y la

organización de base, cómo opera concretamente la institucionalización del conflicto laboral y las tensiones que atraviesa.

### 3. Continuidades y cambios en relación con los años de consolidación neoliberal

Realizar un balance de la negociación colectiva en Argentina en el período 2003-2015 requiere abordar sus características generales, pero también la identificación de distintos momentos y dinámicas en relación con los cambios en las condiciones económicas y políticas a lo largo de un período que se inicia con la crisis de la convertibilidad y, con ella, con la crisis del consenso neoliberal que tuvo su apogeo durante la década del '90.

Como señalamos en otros escritos, los estudios sobre la temática han tendido a privilegiar una mirada cuantitativa y general, desplazando el análisis de las características, contenido y procesos de negociación. Precisamente, nuestra investigación ha permitido introducir en el debate sobre la negociación colectiva y revitalización sindical diversos contrapuntos que marcaron significativas líneas de continuidad con respecto a la dinámica de las relaciones laborales en la etapa de consolidación neoliberal. Estos contrapuntos se refieren fundamentalmente a la estructura de la negociación colectiva (vinculada al nivel de negociación), al tipo de negociación predominante, y a los contenidos de la negociación.

En cuanto a la estructura de la negociación, a pesar de observarse un aumento de las negociaciones a nivel de actividad, las negociaciones por empresa continuaron predominando dentro del total, manteniendo la inversión de la proporción de negociaciones por actividad y empresa observable desde comienzos de los años '90.

Al respecto, cabe mencionar que en la ronda de negociaciones del año 1988 tan sólo el 19.4% de las negociaciones se celebró por empresa. Con el avance de la descentralización de la negociación colectiva durante los años '90, en el período 1995 – 1999, el 76,6% de las negociaciones se celebraron en dicho nivel. Si bien a partir del 2004 la legislación laboral otorgó renovada importancia a las negociaciones de actividad, las negociaciones de empresa continuaron teniendo un claro predominio dentro del total (CUADRO 1).

Por su parte, la negociación colectiva en el período ha sido fundamentalmente salarial, característica reflejada en la importancia de los acuerdos frente a la negociación de convenios colectivos de trabajo<sup>3</sup> (CUADRO 1).

---

<sup>3</sup> Mientras los convenios colectivos de trabajo son cuerpos completos de normas que regulan el conjunto de las relaciones laborales, las actas acuerdo incluyen modificaciones puntuales para el mismo ámbito y firmado por las mismas partes del convenio original (NOVICK y TRAJTEMBERG, 2000).

**CUADRO 1: Negociación colectiva en Argentina según tipo y nivel de negociación (2003-2015)**

Año	Cantidad total de negociaciones	Tipo de negociación (%)		Nivel de negociación (%)	
		Convenios colectivos	Acuerdos	Actividad	Empresa
2003	406	32,7%	67,3%	16,7%	83,3%
2004	348	25,3%	74,7%	32,2%	67,8%
2005	568	18,4%	81,6%	35,7%	64,3%
2006	930	15,0%	85,0%	34,9%	65,1%
2007	1027	14,4%	85,6%	32,7%	67,3%
2008	1231	8,3%	91,7%	35,4%	64,6%
2009	1331	6,4%	93,6%	29,8%	70,2%
2010	2038	6,5%	93,5%	28,6%	71,4%
2011	1864	5,7%	94,3%	28,0%	72,0%
2012	1744	3,7%	96,3%	30,5%	69,5%
2013	1699	4,1%	95,9%	30,6%	69,4%
2014	1963	5,1%	94,9%	27,3%	72,7%
2015	1957	5,3%	94,7%	27,5%	72,5%

Fuente: Elaboración propia en base a MTEySS.

El hecho que se negocien fundamentalmente condiciones salariales refleja, efectivamente, un aumento de la conflictividad laboral pero también la fuerte caída salarial real producto de la devaluación de enero de 2002, en torno al 35%, y la dinámica inflacionaria posterior, acelerada a partir del año 2007. El estudio de los contenidos salariales negociados, los niveles alcanzados y la composición de la clase trabajadora muestran que más que un avance es preciso hablar de recuperación en un marco de fuerte heterogeneidad dada por niveles muy elevados de empleo no registrado y condiciones precarias de empleo y contratación. El empleo no registrado presentó una tendencia ascendente desde la década del '80 en Argentina y alcanzó su nivel más elevado en el año 2003 llegando al 49.2% de los asalariados. Si bien luego presentó una evolución decreciente, a partir del 2010 tendió a mantenerse en torno al 35% de los asalariados<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Puede consultarse, al respecto, Marticorena (2014a) y (2015a).

Diversos estudios<sup>5</sup> señalaron cambios sustantivos en la dinámica del empleo y las relaciones laborales durante la postconvertibilidad, sin indagar detenidamente las características que adquirió la negociación salarial ni qué ocurrió con respecto a los contenidos ligados a la flexibilización laboral incorporados a través de la negociación colectiva en los años '90<sup>6</sup>. Sintetizamos aquí brevemente los resultados de nuestra investigación al respecto.

### 3. a. La negociación salarial ¿indicador de un aumento del poder de los trabajadores?

La importancia adquirida por los contenidos salariales debe ser analizada en el marco de la profunda caída de los salarios reales que se produjo a partir de la devaluación del peso en enero de 2002, y de la configuración de una dinámica inflacionaria en el marco del significativo crecimiento de la economía y del empleo. Deben considerarse también transformaciones políticas significativas, como la resistencia a los procesos de ajuste neoliberal manifiesta durante la crisis de la convertibilidad y expresada en diciembre del año 2001, en un ciclo de ascenso de la conflictividad que se desacelera en los años 2002 y 2003 pero vuelve a ascender en los años 2004 y 2005<sup>7</sup>.

El análisis de la negociación salarial nos permitió observar la batalla que entablan los trabajadores, no sólo por recuperar y mantener su poder adquisitivo, sino por sus derechos, vinculados, entre otros aspectos, al rechazo a las sumas en negro, no remunerativas, no incorporadas al salario básico. De hecho, se puede observar un abanico de ítems en la composición salarial, que manifiesta las dificultades que enfrentan los trabajadores en la lucha económica.

De todos modos, la dinámica de las negociaciones y su periodicidad ha habilitado la construcción de reclamos y reivindicaciones sectoriales a los gremios (y también a las patronales), que marca el tránsito por diversas modificaciones a lo largo del período aquí analizado. El dinamismo de la negociación colectiva

---

<sup>5</sup> Palomino y Trajtemberg (2006); Etchemendy y Collier (2007); Senén González, Trajtemberg y Medwid (2010), entre otros.

<sup>6</sup> Por flexibilización laboral nos referimos a todos aquellos aspectos que permitan un mayor control patronal de las formas de contratación y uso de la fuerza de trabajo: la posibilidad de modificar la organización del tiempo de trabajo y la asignación de tareas; flexibilizar las condiciones salariales articulándolas a distintos incentivos por "desempeño", productividad, cumplimiento de objetivos; formas de contratación por tiempo determinado, personal tercerizado o contratado por agencias como estrategia permanente de "regulación" del plantel de trabajadores en función de la demanda, etc. Para un análisis detallado acerca de esta noción puede consultarse Marticorena (2014a).

<sup>7</sup> Al respecto puede consultarse Cotarelo (2016), Atzeni y Ghigliani (2008), Eskenazi (2011); Longo (2012); Payo Esper (2014).

durante la postconvertibilidad, en paritarias periódicas, facilitó la configuración de estrategias patronales y sindicales en la negociación que superan la coyuntura anual.

Es posible observar que inicialmente los aumentos del salario nominal incorporaron las sumas no remunerativas establecidas por los decretos estatales que formaron parte de la política salarial desplegada desde el año 2002, incorporándose al salario básico<sup>8</sup>. Esta incorporación se configuró en cuotas y si bien el aumento de los salarios básicos fue determinando progresivamente los niveles salariales de los trabajadores registrados, el otorgamiento de sumas no remunerativas mantuvo una importante vigencia. También, entre los contenidos salariales se destacaron los premios, gratificaciones extraordinarias o sumas por única vez.

Es preciso mencionar que la evolución de los salarios se vio limitada a partir del año 2006 en virtud de la conformación de una pauta salarial, como modo de limitar las conquistas salariales de los trabajadores en el marco de un aumento del conflicto laboral y la puja distributiva. La información analizada permite apreciar que la absorción de sumas al salario básico perdió peso en virtud de la mayor importancia de las sumas a cuenta de futuros aumentos. A su vez, se afianzó la modalidad de la negociación de aumentos en cuotas, resultando generalmente un porcentaje de aumento global menor al pactado. Cabe apuntar, de todos modos, que en algunas negociaciones los trabajadores han logrado incluir una cláusula específica sobre la no absorción de aumentos ya otorgados ni de futuros incrementos, indicio de pequeños cambios en la correlación de fuerzas entre trabajadores y empresarios.

Sintetizando, luego de un primer momento de recuperación salarial caracterizado por el blanqueo e incorporación de sumas al básico de convenio se produjo un reajuste de salarios frente a la evolución de la inflación, al menos como característica general, más allá de la capacidad de algún gremio determinado de conquistar un mayor aumento<sup>9</sup>.

En cuanto a la composición salarial, se aprecia la permanencia de cláusulas que atan parte del salario a determinadas pautas de productividad u objetivo (ya sea individual y/o grupal) o bien al desempeño. Además de ello, los salarios no sólo suelen computar la antigüedad y premios por presentismo, sino también diversos adicionales por tipo de tarea (plus trabajador polivalente), plus por turno (nocturno, rotativo, americano), adicional llamada, entre otros, que muchas veces no se encuentran expresados como un porcentaje sobre el básico sino que consisten en una suma fija que los obreros deben renegociar junto con cada nueva ronda paritaria.

---

<sup>8</sup> Un detalle de la política salarial y un análisis pormenorizado de los contenidos negociados puede consultarse Marticorena (2005, 2014a, 2015b).

<sup>9</sup> De acuerdo con Campos y Campos (2011) entre 2007 y 2010 tendió a detenerse la recuperación real de los salarios básicos tomados en conjunto dado que los aumentos pactados tendieron a situarse por debajo o en el mismo nivel que la inflación anual (considerando un índice alternativo al medido por el INDEC). Ver también Marticorena (2015a).

También es usual que los distintos componentes no se detallan separadamente en los recibos de sueldo, dificultando el control del trabajador de los ítems componentes de su salario.

### 3. b. Las condiciones de trabajo y contratación: con la marca del disciplinamiento neoliberal

En cuanto a las condiciones de contratación, tanto el análisis de convenios y acuerdos, como de las entrevistas realizadas, evidenció la amplia y arraigada difusión de diversas modalidades de contratación por tiempo determinado, como contratos de trabajo eventual, por temporada, o por obra, modalidades que suelen utilizarse como modo de reducir costos laborales. También es posible apreciar la permanencia de estrategias de subcontratación y tercerización, ya sea a partir de su incorporación explícita en la negociación colectiva o bien a partir de las categorías de trabajadores fuera de convenio.

De todos modos, se observan ciertos cambios en las condiciones aplicadas en los casos de subcontratación o bien a través de contratos de trabajo por tiempo determinado, por ejemplo, aplicando las condiciones de convenio a trabajadores subcontratados u otorgando algún beneficio a trabajadores eventuales o temporarios en el plazo del contrato, sin que se aprecie una clara reversión de estas condiciones de contratación en sí mismas.

Sobre las condiciones de uso de la fuerza de trabajo, las cláusulas vinculadas al tiempo de trabajo manifiestan fuertes líneas de continuidad con respecto a las condiciones de flexibilidad impuestas de hecho y de derecho en los años '90. Las modificaciones más destacadas introducidas en los años '90 sobre el tiempo de trabajo se vincularon con mecanismos de cálculo de jornadas en base a promedios<sup>10</sup> y con la posibilidad de disminuir o extender la jornada diaria; con la mayor disponibilidad patronal para efectuar cambios de turnos; con el énfasis en el carácter continuo de la tarea (debiendo el trabajador esperar el reemplazo hasta determinada cantidad de horas); y con la distribución de los descansos (permitiendo agruparlos en algunos casos y/o disponiendo su momento de goce en función de las necesidades de la producción, e incluso limitando su integración a la jornada laboral).

---

<sup>10</sup> Este mecanismo de definición de la jornada consiste en un instrumento privilegiado para eludir el pago de horas extra. A través de dicho mecanismo se crea un banco de horas y se generan horas en débito y crédito por parte de los trabajadores. Una vez establecida la jornada promedio, las horas pueden distribuirse entre cada jornada diaria en función de la disposición patronal. En momentos de auge de la producción permite extender la jornada reduciendo el pago de horas extra y en momentos de reducción de la demanda permite disminuir la jornada. En este caso puede suceder que el obrero deba horas a la empresa y por tanto tenga que compensarlas bajo distintas modalidades que suponen, a la vez, una nueva extensión de la jornada sin pago de horas extra.

Durante la postconvertibilidad observamos, de todos modos, algunas redefiniciones con respecto al tiempo de trabajo en casos puntuales, por ejemplo, sobre los descansos o el tiempo de espera del relevo, que expresan el planteo de ciertos límites a los avances previos en la disponibilidad patronal sobre el tiempo de trabajo pero que al mismo tiempo se emplazan sobre dicho retroceso.

Un punto que creemos significativo señalar radica en que en entrevistas realizadas se plantea la conquista de aumentos salariales ligada a una mayor intensificación del tiempo de trabajo, aspecto que consideramos debe estar presente en el análisis del contenido de la negociación colectiva reciente. La compensación monetaria de extensas jornadas laborales e incluso de condiciones de trabajo insalubres (en muchas ocasiones no declaradas como tales) constituye una modalidad recurrente. En este sentido, la recomposición salarial no ha permanecido ajena a procesos de intensificación del tiempo de trabajo ya sea por la implementación de turnos rotativos, del turno americano<sup>11</sup> (o cuarto turno) o bien por la realización de horas extra.

Otro punto abordado ha sido el de la movilidad funcional y la definición de las categorías. Al respecto, en los '90 se observa un avance en la **des-fijación** de los trabajadores de las tareas y funciones previamente asignadas, y estas condiciones no muestran cambios significativos en los años de la postconvertibilidad en la "letra" de convenios y acuerdos, sino más bien, parecen ser formas de gestión de la fuerza de trabajo que permanecen arraigadas en los años recientes.

Tanto en las condiciones salariales como de trabajo, a lo largo del período se fueron consolidando diferencias sectoriales vinculadas estrechamente con la orientación más o menos combativa, o más o menos colaboracionista, de las dirigencias sindicales respecto de las patronales y el Estado. Ello ha estado vinculado, a su vez, al avance de comisiones internas, cuerpos de delegados y/o líneas sindicales internas opositoras a las tradicionales dirigencias peronistas, con perspectivas antiburocráticas y a la izquierda del arco político, tanto en aquellos casos en que han logrado conquistar los sindicatos / federaciones, como por la presión que impone la situación de competencia inter e intra sindical en un contexto de crecimiento económico y baja tasa de desempleo.

---

<sup>11</sup> El denominado turno americano o cuarto turno posee distintas formas de implementarse pero se inscribe, como otras modalidades, en la búsqueda patronal de la adecuación de la jornada laboral al funcionamiento continuo de las líneas de producción, sobre la base de considerar la jornada semanal de trabajo y la no distinción entre horas normales y extra, ni fines de semana ni feriados. Una forma extendida se refiere a la realización de jornadas contiguas de 12 horas diarias seguidas de días francos. También puede implementarse con jornadas diarias de menor duración. Los turnos pueden (y suelen) organizarse, además, en forma rotativa, por ejemplo, mañana- tarde- noche. Bajo esta modalidad, los trabajadores realizan extensas jornadas y carecen de horario y días fijos de trabajo, lo cual no sólo deteriora profundamente sus condiciones laborales, sino también el tiempo y las condiciones de reproducción de su fuerza de trabajo, afectando su salud y su vida familiar y social.



#### 4. Negociación colectiva y organización sindical: entre la institucionalización y la activación de las bases obreras

Así como la dinámica y periodicidad de la negociación colectiva entre 2003 y 2015 habilitó un mecanismo que operó como ordenador y contenedor del conflicto laboral dentro de marcos institucionales, a la vez, legitimó a las organizaciones sindicales y las prácticas gremiales en los lugares de trabajo. En este escenario, el dinamismo de la negociación colectiva, al tiempo que sirvió como modo de contener y ordenar las demandas de los trabajadores, potenció no sólo el protagonismo de las dirigencias sindicales tradicionales en su papel en la disputa (y contención) de la puja distributiva, sino también del fortalecimiento de la organización sindical en los lugares de trabajo.

Si bien la información estadística es escasa y poco sistemática, relevamientos cuantitativos y distintas investigaciones de tipo cualitativo permiten observar una mayor presencia de la organización sindical en los lugares de trabajo.

La información cuantitativa proviene de relevamientos realizados por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTESS) en 2005, 2006 y 2008, a través del Módulo de Relaciones Laborales de la Encuesta de Indicadores Laborales. En base a esta fuente, en el año 2005 solamente el 12,4% del total de empresas relevadas contaba con la presencia de delegados sindicales, manteniéndose en el año 2006 en ese mismo porcentaje (TRAJTEMBERG, BERHÓ, ATTORRESSI y LAUPHAN, 2005; SENÉN GONZÁLEZ, TRAJTEMBERG y MEDWID, 2010). En los establecimientos de mayor tamaño (de más de 200 trabajadores) la presencia de delegados ascendía a 61,1%; en los establecimientos medianos (de entre 50 y 200 trabajadores) era del 31%, mientras que sólo en el 7,5% de los pequeños establecimientos (de 10 a 50 trabajadores) contaban con la presencia de delegados. De todos modos, el relevamiento del año 2008 permitía observar un incremento en la presencia de delegados en las empresas relevadas, alcanzando el 70% en grandes empresas, el 32% en las medianas y 11% en las pequeñas empresas (TRAJTEMBERG, SENÉN GONZÁLEZ, BORRONI y PONTONI, 2012).

Diversos estudios cualitativos en base a entrevistas a dirigentes sindicales y delegados dan cuenta, por su parte, de un aumento de delegados y comisiones internas en los establecimientos (ATZENI y GHIGLIANI, 2013; MARTICORENA y VASSALLO, 2016; VARELA, 2016).

Un modo de aproximación indirecta a los avances de la organización sindical en los lugares de trabajo ha estado dado por la evolución de la conflictividad en el lugar de trabajo, como surge de los relevamientos del Observatorio del Derecho Social de la Central de Trabajadores Argentinos – Autónoma (ODS-CTA-A, 2008)

y del MTESS<sup>12</sup>, o bien de los “hechos de la rebelión” de los asalariados por tipo de organización, de acuerdo a los cuales Cotarelo (2016, p. 115) muestra que el porcentaje de “hechos” realizados por “cuerpo de delegados, comisión interna o línea sindical” se incrementó significativamente en la última década, siendo del 0.4% en 2002, 2.8% en 2004, 3.9% en 2006, 11% en 2007, 7.9% en 2008, y 10% en 2009. Claro que esto no supone necesariamente una mayor radicalidad o combatividad de las bases obreras.

La mayor presencia sindical puede verse reflejada en los acuerdos y Convenios Colectivos de Trabajo (CCT). Por ejemplo, en convenios del sector químico y textil<sup>13</sup> celebrados entre 2008 y 2011 pudimos observar como un aspecto novedoso respecto de negociaciones anteriores de las mismas partes, la inclusión de los delegados sindicales de planta en las comisiones de seguimiento del convenio o la mención explícita de sus funciones con respecto al cumplimiento del convenio. En otros casos, como en las negociaciones celebradas por el Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor (SMATA), la mención de los delegados en los CCT se mantiene en las distintas negociaciones y su presencia en las plantas, reforzada por el hecho que en el sector predominan las negociaciones de empresa, no implica ni supone una mayor conflictividad obrera sino, más bien, la integración del delegado como reproductor y garante de la disciplina fabril.

Si planteamos a la negociación colectiva como forma de institucionalización de la lucha de clases pero al mismo tiempo como un mecanismo que en la coyuntura reciente pudo beneficiar el impulso de la organización sindical, cabe preguntarnos qué tipo de organización sindical se desarrolló en el período. Al respecto, mientras distintos autores plantearon que durante los últimos 15 años se asistió al surgimiento de experiencias de sindicalismo de base, antiburocrático y clasista (COTARELO, 2016; ATZENI Y GHIGLIANI, 2013; SCHNEIDER, 2013; VARELA, 2013, 2015); otros, plantearon que este sindicalismo de base sería parte de un proceso más general de activación del sindicalismo en la base del cual dicho sindicalismo de base sería una expresión estadísticamente minoritaria (SPALTENBERG, 2012).

En este punto es preciso señalar una falencia en los desarrollos sobre experiencias de sindicalismo de base en la argentina reciente, esto es, una subestimación de las experiencias de desarrollo y potenciación de la organización sindical en los

---

<sup>12</sup> Los informes del MTESS y del ODS-CTA-A, señalan que en los primeros años se observa el predominio de conflictos por rama de actividad por motivos salariales mientras que a partir del año 2009 la dinámica se modifica en cuanto al tipo de reclamo, apreciándose una mayor descentralización del conflicto laboral. De acuerdo al análisis del ODS-CTA-A (2008), a partir de 2009 se observa un resurgimiento de conflictos por situaciones de crisis: despidos, suspensiones, cierre de establecimientos. Estos conflictos, que en el ámbito privado se desarrollan fundamentalmente a nivel de empresa, se van a mantener a lo largo de los años siguientes, coexistiendo con los conflictos salariales por actividad.

<sup>13</sup> Se trata del CCT 1235/2011E de la empresa Basf (sector químico y petroquímico), del CCT 1039/2009E de la empresa DuPont y del CCT 1159/10E de la empresa Tipointi (ambas del sector textil).

lugares de trabajo vinculadas a las dirigencias sindicales tradicionales, es decir, de una organización sindical que tiende a reproducir a la burocracia sindical más que a combatirla o cuestionarla. Recordemos aquí que Hyman (1981) planteaba que el mismo mecanismo de la negociación colectiva impone la moderación en los reclamos obreros, en tanto impone la moderación a los líderes sindicales, incluso a los más radicalizados.

Este debate plantea la necesidad de analizar la articulación entre dinámica sindical y dinámica de la negociación colectiva sin suponer, a priori, que el impulso de la organización sindical en la base se vincula exclusivamente con sectores combativos o de izquierda, aunque sin desconocer, tampoco, su desarrollo cuantitativo e importancia cualitativa dentro del movimiento obrero. En este punto, consideramos que el desarrollo de la organización de los trabajadores en sus lugares de trabajo durante el período analizado expresa el creciente interés de los trabajadores de base de participar en la actividad sindical concibiendo la organización gremial como forma de canalizar sus reclamos y plantear sus reivindicaciones a través de la negociación colectiva. Es en este sentido que nos interesa recuperar la idea del carácter **institucionalizante** de la negociación colectiva respecto del conflicto laboral.

## 5. Reflexiones finales

El significativo aumento de la negociación colectiva en Argentina constituye una expresión de la dinámica de las relaciones laborales durante los gobiernos kirchneristas, más precisamente, en el proceso de recomposición de la acumulación y la dominación política iniciado como respuesta a la profunda crisis del régimen de convertibilidad que estalló en el año 2001.

La negociación colectiva ha sido un mecanismo clave para el Estado en el proceso de ordenamiento del conflicto laboral y la administración de la puja distributiva por las dirigencias sindicales tradicionales. En este sentido, los contenidos negociados muestran las dificultades que han enfrentado los trabajadores en la lucha económica al tiempo que expresan la permanencia de las condiciones de trabajo impuestas por el capital a los trabajadores durante los años '90. Nuestro análisis permitió apreciar cambios en las condiciones laborales a través de la negociación colectiva que no dejan de emplazarse en un trasfondo signado por el avance del capital sobre el trabajo desplegado en las últimas décadas del siglo XX. La composición salarial, la movilidad de los trabajadores entre tareas, la flexibilidad horaria, entre otros aspectos, expresa la proyección del disciplinamiento laboral consolidado en los años '90.

Hemos señalado, asimismo, que la negociación salarial, cuya centralidad caracteriza las negociaciones en el período reciente, partió de una profunda caída del salario real y no estuvo ajena a procesos de intensificación del tiempo de trabajo ya sea a partir de la (re)organización de turnos o de la (re)organización de tareas, si no que más bien en muchos casos se apoyó sobre dichos procesos de intensificación. En este sentido, frente a la recomposición y aumento de las ganancias capitalistas que se produce a partir de la devaluación, los trabajadores registrados más bien han recuperado o superado levemente los niveles salariales reales vigentes durante la convertibilidad, bajos en términos históricos.

Ahora bien, también observamos modificaciones puntuales en los contenidos de la negociación que pueden inscribirse en el marco de la puja distributiva desarrollada a partir del año 2005 al compás de la mayor conflictividad laboral y del protagonismo de la lucha sindical. Efectivamente, consideramos que la dinámica de la negociación colectiva en la argentina reciente ha funcionado como impulso de la organización de los trabajadores en sus lugares de trabajo y de una mayor implicancia en las prácticas sindicales.

A lo largo del período 2003-2015 es posible reconocer diferencias en las características de la negociación colectiva que manifiestan un aumento de la capacidad sindical de incorporar reivindicaciones y problemáticas en la mesa de negociación. Este reposicionamiento sindical, pese a encontrarse con una férrea resistencia empresaria y presentar diversas dificultades para plasmarse en los contenidos y resultados de la negociación, constituye una expresión de la activación de las bases obreras y del dinamismo de la negociación colectiva como canalización de los conflictos laborales en el período.

No es tan claro, en cambio, que este dinamismo de la actividad gremial en los lugares de trabajo implique una renovación de las prácticas gremiales. En este sentido, la permanencia de contenidos vinculados a la flexibilización laboral en la negociación colectiva o bien la negociación salarial a expensas de una intensificación de los ritmos de trabajo alertan sobre la orientación mayoritaria de los representantes sindicales.

Los límites y alcances de la organización de las bases obreras operado en el período 2003-2015, su vínculo con las dirigencias sindicales tradicionales, y el modo en que contribuyen a “normalizar” las relaciones laborales, o bien su vínculo con experiencias de sindicalismo antiburocrático y combativo, constituye un problema que se encuentra aún abierto al debate académico y político.

**AN OVERVIEW OF COLLECTIVE BARGAINING AND ITS  
RELATION WITH TRADE UNIONS IN ARGENTINA (2003-2015)**

**ABSTRACT:** *Since the year 2003 in Argentina several studies have focused on the analysis of the political, institutional and economic determinants of collective bargaining, or on the study of its evolution and general characteristics. In spite of the importance of these dimensions, the analysis of the frequency of agreements and its evolution tends to displace, on one hand, theoretical discussions about collective bargaining and, on the other, the study of the contents and of negotiation processes. This paper aims to discuss theoretical elements and empirical results about collective bargaining during this period, and also to reflect on the link between bargaining processes and union organization during post-convertibility.*

**KEYWORDS:** *Collective Bargaining. Union organization. Industrial legality. Post-convertibility. Argentina.*

## REFERENCIAS

ACKERS, P. Collective bargaining as industrial democracy: Hugh Clegg and the political foundations of British Industrial Relations pluralism. **British Journal of Industrial Relations**, Vol. 45, Nº 1, 2007, p. 77-101.

ATZENI, M. y GHIGLIANI, P. The re-emergence of workplace based organisation as the new expression of conflict in Argentina. In: GALL, G. **New Forms and Expressions of conflict at work**. Palgrave Macmillan, 2013, p. 66-85.

\_\_\_\_\_. Nature and limits of trade unions' mobilisations in contemporary Argentina. **Labour Again Publications**, International Institute of Social History, Amsterdam, 2008. Disponible en <<http://www.iisg.nl/labouragain/documents/atzeni-ghigliani.pdf>>. Acceso en: 12 jun. 2017.

CAMPOS, J. y CAMPOS, L. La negociación colectiva y el salario real: una aproximación al patrón de regulación de los salarios en la post convertibilidad (2003 – 2010). **10º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, ASET, 2011. Disponible en <[http://www.obderechosocial.org.ar/docs/nc\\_it\\_neg\\_sal\\_js2011.pdf](http://www.obderechosocial.org.ar/docs/nc_it_neg_sal_js2011.pdf)>. Acceso en: 12 jun. 2017.

CLEGG, H. **Sindicalismo en un sistema de negociación colectiva**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985.

COTARELO, M. C. **Argentina (1993-2010):** El proceso de formación de una fuerza social, Buenos Aires: PIMSA-Imago Mundi, 2016.

\_\_\_\_\_. Movimiento sindical en Argentina 2004-2007: ¿Anarquía sindical? **XI Jornadas Interescuelas/ Departamento de Historia**, Universidad Nacional de Tucumán, 19 al 21 de septiembre, S. M. de Tucumán, 2007.

DABSCHECK, B. A survey of theories of industrial relations. In: BARBASH J. y BARBASH K. (Ed.) **Theories and concepts in comparative industrial relations**, Columbia, South Carolina, University of South Carolina Press, 1989, p. 155-183.

ESKENAZI, M. E. Acumulación de capital y conflictividad laboral en Argentina 2002-2009: Ejercicio de periodización e hipótesis de trabajo. **XXVIII Congreso ALAS**, Recife, Brasil. Septiembre, 2011.

ETCHEMENDY, S. y COLLIER, R. Down but not out: union resurgence and segmented neocorporatism in Argentina (2003-2007). **Politics & Society**. Vol. 35, N° 3, Sage Publications, 2007, p. 363-401.

FLANDERS, A. y CLEGG, H. A. **The system of industrial relations in Great Britain**. Oxford: Basic Blackwell, 1956.

GRAMSCI, A. **Escritos periodísticos de L'Ordine Nuovo**. Buenos Aires: Tesis Once, 1991.

HYMAN, R. **Relaciones Industriales: Una introducción marxista**. Madrid: Blume Ediciones, 1981.

LONGO, J. Conflictos laborales en la postconvertibilidad: una aproximación a partir de fuentes periodísticas. **VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de General Sarmiento**, Los Polvorines, 2012. Disponible en <[http://www.ungs.edu.ar/ms\\_ici/wp-content/uploads/2012/11/gt2\\_mesa-2\\_Longo.pdf](http://www.ungs.edu.ar/ms_ici/wp-content/uploads/2012/11/gt2_mesa-2_Longo.pdf)>. Acceso en: 12 jun. 2017.

MARTICORENA, C. Avances en el estudio de la relación entre sindicalismo y kirchnerismo, **Sociohistórica. Cuadernos del CISH**, N° 36, Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Centro de Investigaciones Socio Históricas, 2015a, p. 22. Disponible en <<http://www.sociohistorica.fahce.unlp.edu.ar/article/view/SH2015n36a04>>. Acceso en: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Revitalización sindical y negociación colectiva en Argentina (2003-2011). **Perfiles Latinoamericanos**. N° 46, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede México, 2015b, p. 173-195. Disponible en <<http://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/519>>. Acceso en: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Trabajo y negociación colectiva. Los trabajadores en la industria argentina, de los '90 a la postconvertibilidad**. Editorial Imago Mundi, 2014a.

\_\_\_\_\_. Relaciones de fuerza, relaciones laborales y estructura de la negociación colectiva. Alcances y características de la descentralización en Argentina. **Trabajo y Sociedad**, N° 23, Universidad Nacional de Santiago del Estero, 2014b, p. 127-145. Disponible en <<http://www.unse.edu.ar/trabajosociedad/23%20MARTICORENA%20CLARA%20Relaciones%20laborales%20y%20negociacion%20colectiva.pdf>>. Acceso en: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Precariedad laboral y caída salarial. El mercado de trabajo en la Argentina Post convertibilidad. **7° Congreso Nacional de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, ASET, 2005.

MARTICORENA, C. y VASSALLO, D. ¿Sindicalismo de base en el sector químico? La experiencia del Sindicato Químico de Pilar. In: VARELA, P. (Coord.) **El gigante fragmentado: Sindicalismo, trabajadores y política durante el kirchnerismo**. Buenos Aires: Editorial Final Abierto, 2016, p. 135-179.

NOVICK, M. y TRAJTEMBERG, D. La negociación colectiva en el período 1991-1999. Documento de Trabajo N° 19, **Secretaría de Trabajo, Coordinación de investigaciones y análisis laborales**. MTESS, Argentina, 2000.

OBSERVATORIO DEL DERECHO SOCIAL. La negociación colectiva 2003-2007. Un estudio comparativo con el período 1991-1999, en particular sobre la regulación de jornada y organización del trabajo. **Observatorio del Derecho Social**, Buenos Aires, CTA, 2008. Disponible en <[http://www.obderechosocial.org.ar/docs/nc\\_it\\_nrg\\_col\\_no\\_salarial\\_2003\\_2007.pdf](http://www.obderechosocial.org.ar/docs/nc_it_nrg_col_no_salarial_2003_2007.pdf)>. Acceso en: 12 jun. 2017.

PALOMINO, H. y TRAJTEMBERG D. Una nueva dinámica de las relaciones laborales y la negociación colectiva en la Argentina. **Revista de Trabajo**, Año 2, N° 3, MTEySS, Buenos Aires, 2006, p. 47-68. Disponible en <[http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/revistaDeTrabajo/2006n03\\_revistaDeTrabajo/2006n03\\_a03\\_hPalomino.pdf](http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/revistaDeTrabajo/2006n03_revistaDeTrabajo/2006n03_a03_hPalomino.pdf)>. Acceso en: 12 jun. 2017.

PAYO ESPER, M. De los conflictos laborales a las huelgas generales. Algunos apuntes para pensar su dinámica 2002-2012 en Argentina. **Sociohistórica**, n° 33, 1° Semestre de 2014. Disponible en <<http://www.sociohistorica.fahce.unlp.edu.ar/article/view/SH2014n33a03>>. Acceso en: 12 jun. 2017.

SCHNEIDER, A. Protesta laboral y protesta obrera durante la presidencia de Néstor Kirchner (2003-2007)". In: GRIGERA J. (Comp.) **La Argentina después de la convertibilidad (2002-2011)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013, p. 97-113.

SENÉN GONZÁLEZ C., TRAJTEMBERG, D. y MEDWID B. Los determinantes de la negociación colectiva en la Argentina. Debates teóricos y evidencias empíricas. **Trabajo, ocupación y empleo**. Serie Estudios/ 9, Buenos Aires, MTESS, 2010, p. 13-35. Disponible

en <[http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/toe/toe\\_09\\_completo.pdf](http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/toe/toe_09_completo.pdf)>. Acceso en: 12 jun. 2017.

SPALTENBERG, R. La diversidad de los conflictos laborales: dispersión y centralización en las lógicas de acción de los asalariados privados. **Trabajo, ocupación y empleo**, N° 11, MTESS, 2012, p. 95-118. Disponible en <[http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/toe/Toe11\\_Capitulo%204.pdf](http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/toe/Toe11_Capitulo%204.pdf)>. Acceso en: 12 jun. 2017.

TRAJTEMBERG, D., BERHÓ, F., ATTORRESSI, P. y LAUPHAN W. Encuesta de Relaciones Laborales, **7° Congreso Nacional de Estudios del Trabajo**, ASET, Buenos Aires, 2005.

TRAJTEMBERG, D., B. MEDWID y SENÉN GONZÁLEZ C. La expansión de la afiliación sindical: Análisis del módulo de relaciones laborales de la EIL. **Trabajo, ocupación y empleo**, Serie Estudios/ 8, Buenos Aires, MTESS, 2009, p. 13-34. Disponible en <[www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/toe/toe\\_08\\_01.pdf](http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/toe/toe_08_01.pdf)>. Acceso en: 12 jun. 2017.

TRAJTEMBERG, D., SENÉN GONZÁLEZ, C., BORRONI, C. y G. PONTONI, Representación sindical en los lugares de trabajo: un análisis del Módulo de Relaciones laborales. **Trabajo, ocupación y empleo**, N° 11, MTESS, 2012, p. 119-141. Disponible en <[www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/.../Toe11\\_Capitulo%205.pdf](http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/.../Toe11_Capitulo%205.pdf)>. Acceso en: 12 jun. 2017.

VARELA, P. (Coord.) **El gigante fragmentado. Sindicalismo, trabajadores y política durante el kirchnerismo**. Buenos Aires: Editorial Final Abierto, 2016.

VARELA, P. **La disputa por la dignidad obrera. Sindicalismo de base fabril en la zona norte del Conurbano bonaerense 2003-2014**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2015.

\_\_\_\_\_. El sindicalismo de base en la Argentina postdevaluación. Hipótesis sobre sus alcances y potencialidades. In: GRIGERA J. (Comp.) **La Argentina después de la convertibilidad (2002-2011)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013, p. 115-133.

Recibido em 14/03/2016.

Aprovado em 14/06/2017.



## O LUCRO ADIADO: CONCEITO ESSENCIAL DA SOCIOLOGIA DA LITERATURA DE BOURDIEU

Rodrigo do Prado BITTENCOURT\*

**RESUMO:** Com *As regras da arte: a gênese e estrutura do campo literário* (*Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*), Bourdieu revoluciona a Sociologia da Literatura e incute-lhe novo vigor. Diferente dos trabalhos de profunda erudição e intenso matiz filosófico da “Escola de Frankfurt”, ele focou na objetividade da análise empírica. O que, neste caso, não significa superficialidade: após a descrição dos fatos, Bourdieu empreende uma profunda análise do conjunto de forças que opera sobre os agentes do campo literário. Este artigo pretende discutir um dos elementos principais deste livro do sociólogo francês: o lucro adiado e a busca por prestígio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia da Literatura. Bourdieu. Campo literário. Lucro.

Este artigo pretende analisar a teoria de Pierre Bourdieu a respeito da estruturação do campo literário ocidental atual, presente no livro *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, com o título original de *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*, publicado na França em 1992 e no Brasil, em tradução de Maria Lúcia Machado, em 1996. O livro trata da autonomização do campo literário francês durante o século XIX e de sua configuração desde então. Suas principais premissas podem, no entanto, ser estendidas também para outros países, sobretudo os de modo de produção caracterizado como moderno e de estilo ocidental.

Há que se ter em mente que a análise de Bourdieu refere-se à percepção empírica de variáveis de estruturação do campo artístico francês. Assim, não

---

\* UC – Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. Coimbra – Portugal. 3004-530 - rpbittencourt@yahoo.com.

se trata de uma definição filosófica, e até certo ponto ontológica, da arte, como a empreendida pela Escola De Frankfurt. Nem mesmo o conceito de “indústria cultural” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), muito conhecido e valorizado, é usado por Bourdieu (1996, p.163), que formula uma expressão bem parecida: “indústria artística”, para evitar recorrer à teoria frankfurtiana. Por tratar apenas da França, o sociólogo não analisa as relações de trocas de bens simbólicos entre os diferentes países. Uma análise importante para se entender a estrutura do campo literário de países periféricos ou dominados, que difere daquela presente em países dominantes, justamente por seu feitiço de consumo de obras estrangeiras que se colocam como as principais referências de “arte pura” (BOURDIEU, 1996, p.163) e muitas vezes mesmo como os principais *best-sellers*. Assim, este artigo inicia-se tratando brevemente deste tema das relações de consumo internacionais.

## Consumo internacional de bens artísticos

Em meio às relações de poder vividas no Ocidente desde o século XIX, os escritores da França e de outros países poderosos tendem a obter maior prestígio nos países periféricos que os próprios autores nacionais. Isto dá-se não apenas por estarem estes diante de uma população com altas taxas de analfabetismo, escolarização precária e campo literário pouco autônomo. Um pouco desta falta de identificação para com os escritores de países periféricos vem, no século XIX, da devoção aos grandes nomes da Literatura Francesa (BITTENCOURT, 2010, p. 1). Enquanto os autores dos demais países eram vistos como artistas menores, como cópias de pior qualidade do artigo original, francês. Bem como se dava com os tecidos, máquinas, mobília.

Embora o campo literário esteja em franca transformação e expansão, não se pode dizer que o público se apresenta familiarizado com a Literatura. Antes, aprendeu a admirá-la por ver os povos poderosos e tidos como superiores a fazê-lo. Trata-se mais de uma questão de elegância que de convicção; de fixação de uma atitude exterior, uma imitação superficial, que de uma profunda vontade, baseada na sinceridade das intenções. Deste modo, deve-se valorizar o escritor por uma necessidade da moda, por uma exigência da civilização; assim como é necessário sair de casa vestido, apesar do calor do verão.

Isto tudo coloca o escritor de países dominados numa difícil situação: pouco prestígio fora de seu país, por sua condição de oriundo de uma região periférica; ausência de um amplo mercado em seu próprio país, que lhe permita ser independente de outros afazeres e viver apenas da escrita e, ainda por cima, uma frágil condição profissional, em meio a um campo pouco autônomo e excessivamente dependente

das influências estrangeiras. Portanto, não será fácil conseguir amplas vendas ou prestígio. Dois objetivos essenciais dentro da nova dinâmica do campo literário ocidental; dinâmica que se inicia a partir do século XIX.

## Lucro adiado e lucro imediato

Como bem demonstrou Bourdieu (1996), as diferentes estratégias de escritores e editores tendem a passar necessariamente por estes dois polos, dentro das opções racionalmente possíveis dadas pelo campo. Ou se vende em grandes quantidades desde a primeira publicação, apostando na vida curta da obra, mas no sucesso imediato e estrondoso, ou se busca prestígio para vender comparativamente menos, mas por um período de tempo consideravelmente ampliado. Diz o sociólogo francês: “Assim, é total a oposição entre os *best-sellers* sem futuro e os clássicos, *best-sellers* na longa duração que devem ao sistema de ensino sua consagração, portanto, seu mercado extenso e duradouro” (BOURDIEU, 1996, p. 169).

A tese de Bourdieu (1996) é relativamente simples, embora de grande relevância: para ele todos, de alguma forma, buscam o sucesso; não importa se o sucesso imediato ou em longo prazo. Parece óbvio, mas a proposta deste sociólogo é justamente compreender o óbvio que muitas vezes é deixado de lado, mas pode conter a chave para entender fenômenos complexos.

Há, assim, dois tipos de sucesso: um mais ligado ao dinheiro e à remuneração imediata e outro mais próximo do *status* e de uma remuneração menor, mas duradoura (que pode também ser chamado de “prestígio” ou “reconhecimento”). Classificar uma obra como valiosa artisticamente apenas pela estratégia que ela traça para obter sucesso, como faz o senso comum, é usar de uma categoria externa à obra — sua aceitação nesse ou naquele círculo, agora ou em determinado momento — para julgar sua qualidade estética. Aliás, a análise do campo não pode se restringir nem ao menos aos autores que empreenderam bem uma ou outra destas estratégias. Ele é feito também pelos fracassados, que, contribuem para a transformação do campo como um todo.

Como bem mostra Bourdieu (1996), a atuação do artista que defende a arte pura e não busca retorno financeiro e simbólico imediato é apenas aparentemente abnegada. Ela não exclui a inserção de sua obra num processo de satisfação econômica e simbólica em longo prazo. Processo mais lento, porém duradouro e revestido de maior legitimidade dentro do sistema simbólico-cultural. De modo que a abnegação apenas mascara, consciente ou inconscientemente, um investimento diferenciado que acumulará capital simbólico lentamente, para posteriormente revertê-lo em capital econômico de modo permanente e constante.

O que não significa que cada artista tenha traçado sua estratégia conscientemente: um dos aspectos que garante eficácia à *illusio* é justamente ser percebida como uma realidade independente e não como justificção de um sistema político, social, econômico e cultural no qual ela se insere. Ora, a ideia de que existe uma oposição entre a arte e o dinheiro é enganosa: não há nada que conduza obras de arte a repelirem o dinheiro ou os artistas a não precisarem dele. Esta inversão, como afirma Bourdieu (1996, p.102), é uma questão de funcionamento da própria lógica do campo: “Estamos, com efeito, em um mundo econômico às avessas: o artista só pode triunfar no terreno simbólico perdendo no terreno econômico (pelo menos a curto prazo), e inversamente (pelo menos a longo prazo)”.

Essas diferentes inserções sociais da produção artística, não diminuem nem acrescentam nada ao valor ou à qualidade da obra literária. Julgar esta característica compete ao domínio da Estética e não à análise das estratégias comerciais adotadas. O que se faz aqui é justamente um resgate da Estética enquanto ramo de conhecimento autônomo e não uma mera reprodutora do discurso dominante: uma estética que olhe de modo preconceituoso para autores de amplo e imediato sucesso comercial, falha em seu propósito. Aliás, algumas das obras hoje pertencentes ao Cânone Ocidental tiveram sucesso semelhante quando de seu lançamento, como *Dom Quixote*, por exemplo.

Reconhecer os diferentes caminhos de inserção comercial que uma obra pode tomar sem atribuir a isto um juízo de valor é justamente criticar a penetração de considerações extraliterárias no domínio da Estética. Buscar o sucesso comercial imediato não faz com que uma obra seja necessariamente ruim; tampouco buscar agradar a intelectualidade legitimadora não faz uma obra ter qualidade. Adotar a estética como único critério de avaliação de uma obra de arte é contribuir para a autonomia do campo literário, que passa, assim, a jogar segundo suas próprias regras. O século XIX foi essencial para este processo de constituição da arte como um todo e da literatura em particular como um domínio com coerência interna e relativa autonomia para criar sua própria dinâmica interna.

A arte passa, assim, a ser cada vez mais uma técnica e não mais se subordina a um determinado tipo de tema, libertando-se de interferências religiosas ou conservadoras. Assim, a aparente distância entre dinheiro e arte é quebrada, mas mesmo a influência da necessidade ou desejo de riqueza traduzem-se de um modo específico naqueles que produzem arte.

Ainda assim, as dificuldades porque passam os artistas tornam-se cada vez maiores à medida que o campo ganha cada vez mais autonomia e eles já não podem contar com determinações exteriores, mas são obrigados a carregar o duro fardo da sua liberdade e da responsabilidade por suas próprias escolhas. Grosso modo, segundo Bourdieu (1996), a primeira destas escolhas é a de que público agradar

e em qual dos polos se colocar: o do capital simbólico, com baixa remuneração imediata ou o do capital pecuniário, com baixa capitalização no aspecto simbólico. Isso, sem mencionar a submissão da arte a campos ideológicos, grupos políticos e causas diversas, que tende a diminuir cada vez mais durante o século XIX, com a autonomização do campo, mas não desaparece e até mesmo ganhará fôlego no século XX, devido ao uso da arte com fins políticos nos chamados países socialistas e na indústria artística de matiz ocidental.

Assumindo, entretanto, a dicotomia entre a arte séria e a nascente indústria artística como oposição principal do campo literário ocidental do século XIX, tem-se, a princípio, duas opções principais de conduta. Há que se ver também que estas opções trazem consigo dois públicos formados por grupos extremamente diferentes e que costumam adotar posturas díspares: os consumidores que buscam entretenimento e os que buscam a arte de qualidade. Deve-se perceber que essa divisão não é estanque, mas que muitas pessoas podem alternar entre um e outro referencial. Mesmo os mais sisudos e sérios acadêmicos podem alguma vez optar por uma leitura mais leve e fácil. Atesta Bourdieu (1996) que esta divisão entre complexidade/valor estético e simplicidade/valor comercial dá-se inclusive para diferenciarem as artes entre si.

Este empoderamento trazido pela crítica especializada das instituições literárias e dos pares não precisa do aval do autor e pode acontecer até mesmo à revelia dele: a obra, uma vez produzida e disponibilizada ao público, já não pertence ao artista. É por isso que a apreciação de uma obra deve ser vista como um “fato social”, na acepção de Durkheim (2007); como construção coletiva de um valor estético. Ela é um bem simbólico; bem esse que se transforma, de alguma forma, em valor econômico e social. Como parte da produção/circulação/consumo/reprodução de bens simbólicos no seio de uma sociedade, a obra literária é antes de tudo uma construção coletiva. Ela só tem valor enquanto a coletividade sustentar seu valor. Uma obra não se liga apenas ao mundo das obras de arte, ela se liga a tudo que há de humano ao redor de si. As relações antecedem os termos.

## Arte enquanto construção coletiva

Mesmo com relação às obras de arte, pode-se pensar no conceito marxiano de mais-valia. Afinal, a obra de arte não é fruto apenas da criação do artista, mas de todos aqueles que contribuem para lhe dar sentido. Como fenômeno social, ela só existe pelo contributo de toda uma cadeia de operações e de agentes que a estruturam dentro de determinada rede de sentidos no interior do campo; de acordo com a gramática que este possibilita. Assim, todos estes agentes, são, de algum modo, produtores e artistas.

Não vemos uma máscara banto do século XVII apenas como produção do aldeão x, y ou z, mas como expressão de toda a cultura banto, da qual o artista faz parte. Também uma obra de arte ocidental transcende seu caráter como produção individual, trazendo em si aspectos coletivos. Alguém poderia argumentar que os artistas da cultura banto fazem máscaras sempre iguais e que por isso elas são expressão da cultura e da coletividade e não dele; suas obras são imitações de modelos antigos, por isso não têm individualidade. O que ocorre aí, porém, é que a falta de conhecimento e de iniciação cultural impedem o observador desavisado de perceber quais os elementos simbólicos daquela cultura estão em jogo na obra e como ela os relaciona, jogando com as referências de seu passado (GEERTZ, 1997). Assim pode-se pensar que também um banto do século XVII, não iniciado na cultura ocidental, acharia pouca diferença entre as obras de El Greco e Rafael Sanzio, embora essas diferenças nos pareçam óbvias.

A arte demanda uma iniciação nos elementos com que trabalha para poder ser compreendida e admirada; é o que se chama muitas vezes de a educação do gosto. Mesmo um ocidental não iniciado pode ter dificuldades para diferenciar as obras de diferentes escolas artísticas e para criticar o que lhe é apresentado, valendo-se de componentes ideológicos (estar num museu importante, a legitimidade dada por um círculo de intelectuais) para julgar o valor estético daquilo que vê, lê ou ouve (BOURDIEU, 2009). Isso mostra que arte é um jogo de relações com elementos e seu valor estético está em fazer essas relações dentro de uma determinada gramática ou não. Relações que antecedem os termos. Só diante destas referências pode-se pensar a arte:

Restaria examinar como o “projeto criador” pode surgir do encontro entre as disposições particulares que um produtor (ou um grupo de produtores) introduz no campo (em razão de sua trajetória anterior e de sua posição no campo) e o espaço dos possíveis inscritos no campo (o que se coloca sob o termo vago de tradição artística ou literária) (BOURDIEU, 1996, p. 149).

A arte só existe de fato em função de sua relação com esta tradição e os seus agentes só podem participar desta tradição dentro das possibilidades dadas pelo campo naquele momento. Sobre estas possibilidades, vale a pena retomar um sucinto, mas interessante livro de Norbert Elias (1995) sobre Amadeus W. Mozart. Nesta obra, o sociólogo analisa a vida do grande compositor austríaco sob a ótica das interferências sociais em sua carreira e sua música. Como mostrou Elias (1995), a Mozart foi impossível ter a liberdade que outros artistas — posteriores a ele — tiveram; devido às condições sociais de sua época. Ele foi obrigado a submeter-se durante muito tempo a um patrono e a fazer o tipo de música que a este agradava.

Ainda que pudesse compor para si obras que respeitassem seu gosto pessoal, tinha de se adequar a padrões sociais e se esforçar por agradar gente que nem sempre pensava como ele a respeito de música, o que certamente influenciou decisivamente, no mínimo, essa parte de sua produção. Além de tirar-lhe o tempo necessário para compor do modo como desejava.

Outro exemplo simples de como a influência social na arte deve servir de pressuposto à sua análise está nos meios materiais que lhe são possibilitados ou não. É notória a importância que teve o surgimento de novos pigmentos na dinâmica de criação dos pintores ao longo dos séculos. Seria impossível para um pintor do século XV realizar a mesma obra que um artista do século XIX, que dispunha de uma gama muito maior de opções de cor. A gramática que analisa um determinado quadro e as relações que ele estabelece com os elementos disponíveis têm de levar isso em conta. Assim, o valor estético não pode ser totalmente independente do contexto histórico e social. Geertz (1997, p. 146), chega a dizer que “a definição de arte nunca é intraestética”.

Esta ligação da arte com a tradição artística e mesmo com o desenvolvimento puramente histórico de novas tecnologias demanda um olhar cada vez mais bem formado e especializado, que é inacessível à imensa maioria do público. Assim, a divisão entre eruditos e desejosos de entretenimento, entre arte séria e indústria artística, tende a perpetuar-se. Há uma difícil questão para a arte, entretanto: ela comporta em si um permanente estado de revolução, uma vez que vive da originalidade. Dialeticamente também comporta um permanente estado de absorção da inovação. Assim, os contestadores, ainda que alguns apenas após a sua morte, podem tornar-se membros do *establishment*:

[...] sob pena de excluir-se do jogo, só se pode revolucionar um campo mobilizando ou invocando as aquisições da história do campo, e os grandes heresiarcas, Baudelaire, Flaubert ou Manet, inscrevem-se explicitamente na história do campo, do qual dominam o capital específico: muito mais completamente que seus contemporâneos, tomando as revoluções a forma de um retorno às fontes, à pureza das origens (BOURDIEU, 1996, p. 121).

A absorção e consagração dos contestadores coloca em questão a complexa relação entre a vanguarda e os estabelecidos. A disputa entre os dois lados nunca leva à vitória total de um deles. A vanguarda não apaga da história os consagrados que ela contesta; ao contrário, se sua contestação for eficaz, ela também passará pelo efeito da consagração. Isto ocorre justamente porque a referência à tradição se faz essencial para a criação de novas obras de arte; obras que façam sentido depois de tudo aquilo que já foi criado. A tradição é cumulativa e cada novo artista

iniciado deve levá-la em consideração. Mesmo a contestação vanguardista é uma espécie de submissão à sua importância e de reconhecimento de seu valor, ainda que em sentido negativo.

Devido a este caráter dialético e à acumulação de novas vanguardas que, se bem sucedidas, serão consagradas, a repetição não é aceita no interior da lógica do campo. Por isso, artistas que tenham um pendor para retomar aquilo que já foi superado tendem ser marginalizados. A superação nunca é total, pois a referência ao passado é obrigatória, mas esta ligação com as obras antigas deve ser de aproveitamento ou contestação em direção ao novo. Nunca pode ser uma retomada pura e simples de fórmulas passadas.

[...] a dialética da distinção: esta destina as instituições, as escolas, as obras e os artistas que “marcaram época” a cair no passado, a tomar-se *clássicos* ou *desclassificados*, a ver-se lançados *fora da história* ou a “passar para a história”, no eterno presente da *cultura* consagrada em que as tendências e as escolas mais incompatíveis “durante sua vida” podem coexistir pacificamente, porque canonizadas, academizadas, neutralizadas.

O envelhecimento sobrevém aos empreendimentos e aos autores quando permanecem presos (ativa ou passivamente) a modos de produção que, sobretudo se marcaram época, são inevitavelmente datados; quando se encerram em esquemas de percepção ou de apreciação que, convertidos em normas transcendentais e eternas, impedem de aceitar ou mesmo de perceber a novidade (BOURDIEU, 1996, p. 180).

Assim, um artista jovem pode ser visto como velho dentro da ótica do campo, por assumir pressupostos já superados. Enquanto uma pessoa idosa pode ser vista como jovem dentro do campo por se ligar a alguma vanguarda. Mesmo um morto pode ainda ser visto como muito atual e importante para a vanguarda do campo. Esta situação de disparidade e de coexistência de opostos é que garante ao campo sua condição de permanente conflito.

As vanguardas, por sua própria condição de inovadoras, nem sempre possuem um público assegurado, necessitando criar uma demanda por suas obras. Só não precisam de público aqueles que vivem de sua riqueza, sem fazer da atividade artística sua fonte de renda principal. Estes tornam-se cada vez mais raros, com a autonomização do campo. Sendo importante, pois, a criação do público e da demanda para as obras inovadoras.

Geralmente, as vanguardas só obtêm público depois de consagradas, ou seja, depois de acumulado capital simbólico que possa ser revertido em capital pecuniário. Para este acúmulo, elas devem mostrar-se abnegadas economicamente. Só assim



evitam a acusação de que contestam os artistas consagrados pelo simples desejo de estar em evidência e garantir seu lucro comercial. Aliás, todos os artistas que filiam-se à arte séria devem usar a máscara social da abnegação. Quanto maior for essa aparente abnegação, maior o estado de maturidade do campo; de autonomia e complexidade.

Parte do campo desenvolve seu aspecto de aparente negação do mundo, numa busca de arte pela arte, apenas na medida em que avança cada vez mais dentro do capitalismo e precisa justificar-se enquanto existência intelectual e não meramente fabril ou comercial. É a oposição com a indústria artística que se busca. Esta chega a fazer da recompensa monetária um objetivo tão direto e evidente que a imprensa não especializada até mesmo divulga quanto cada filme tem faturado com sua exibição nos cinemas. Uma vez que estas cifras não podem ser usadas como critério para avaliar a qualidade de um filme e para se fazer uma análise de seus elementos, tem-se aí a manifesta demonstração de que estes produtos da indústria artística são tão massivos e desprovidos de qualquer outro intuito além do lucro imediato como seus similares fabris: sabonetes, camisetas, portas, lâmpadas.

Deste ponto de vista, é muito feliz a expressão “indústria cultural” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), pois ela assimila à indústria o produto massivo e não à arte, mostrando que ele está de fato mais próximo de outros produtos industriais que de uma verdadeira obra de arte. Não há, assim, nada nele de original, uma vez que é a pura reprodução em série de uma mesma coisa, uma mesma fórmula. A arte, entretanto, sobrevive apenas enquanto manifestação de originalidade socialmente reconhecida.

A arte é, pois, esta luta contra as pressões sociais dominantes, esta iniciativa que transcende a pressão por conformação social e reprodução do já existente. Bourdieu (1996) se rende ao critério da originalidade como fonte de classificação artística; um critério estético por excelência. Esta originalidade, entretanto, não é fruto de uma condição ontológica da arte, mas de uma definição que só existe enquanto prática legítima realizada pelos grupos dominantes dentro do campo literário. Assim, não só a percepção da originalidade é social, bem como pode ocorrer *a posteriori*; fruto de uma necessidade de coerência dentro da narrativa que o campo faz de sua própria história.

Destarte, a repetição de fórmulas de sucesso — essência da indústria artística — não tem ligação alguma com a verdadeira arte. Liga-se, sim, com a indústria capitalista, que padronizou a produção e mecanizou-a cada vez mais, retirando das mãos do operário a posse dos meios de produção e impondo a ele um ritmo e um modo de produzir que é o desejado pelo capitalista e, portanto, único e padronizado para todos os operários; sem criatividade, sem marca pessoal, sem nenhuma possibilidade de diferenciação. A este respeito, Bourdieu (1996) escreve:

No outro polo [oposto ao da “arte pura”], a lógica “econômica” das indústrias literárias e artísticas que, fazendo do comércio dos bens culturais um comércio como os outros, conferem prioridade à difusão, ao sucesso imediato e temporário, medido, por exemplo, pela tiragem, e contentam-se em ajustar-se à demanda preexistente da clientela (contudo, a vinculação desses empreendimentos ao campo assinala-se pelo fato de que apenas podem acumular os lucros econômicos de um empreendimento econômico ordinário e os lucros simbólicos assegurados aos empreendimentos intelectuais recusando as formas mais grosseiras do mercantilismo e abstando-se de declarar completamente seus fins interessados) (BOURDIEU, 1996, 163).

## A arte e a luta de classes

Desta característica dual do campo artístico desde o século XIX, podem ser tiradas duas consequências: a aversão do capitalista pela arte e pelo artista e a dificuldade do artista, sobretudo o de vanguarda, em conseguir seu público. A segunda característica do campo explica-se pelo fato de que o público consumidor das obras de arte historicamente caracterizou-se por seu recrutamento dentre as classes dominantes. Assim, na medida em que o campo vai ganhando autonomia e vai surgindo um corpo de profissionais dedicados exclusivamente à produção de bens simbólicos, também surge um mercado consumidor, majoritariamente formado pelos que dispõem de condições sociais para usufruir do luxo (ou seja, do gozo dos bens simbólicos destinados à produzir distinção social). Quanto à falta de apreciação, por parte da burguesia, das obras artísticas e intelectuais, isto se explica pela negação de um produto que caracteriza-se por sua lógica aparentemente antieconômica e tradicionalmente ligada como traço de distinção da classe diante da qual a burguesia buscava autonomia e superação: a aristocracia.

Não se pode compreender a experiência que os escritores e os artistas puderam ter das novas formas de dominação às quais se viram sujeitos na segunda metade do século XIX, e o horror que a figura do “burguês” por vezes lhes inspirou, se não se tem uma ideia do que representou a emergência, favorecida pela expansão industrial do Segundo Império, de industriais e de negociantes com fortunas colossais (como os Talabot, os De Wendel ou os Schneider), novos-ricos sem cultura dispostos a fazer triunfar em toda a sociedade os poderes do dinheiro e sua visão do mundo profundamente hostil às coisas intelectuais (BOURDIEU, 1996, p. 64).

Trata-se do burguês, ligado às atividades práticas, que rendem muito dinheiro e acumulam considerável capital pecuniário, e que não vê com bons olhos que se perca tempo com o que não auferire rendimentos garantidos e imediatos. A atitude de aversão não vem apenas desta incompreensão em relação ao diferente. Se o artista é inovador e contestador, ele é visto como perigoso e subversivo. Deve-se lembrar também do fato de que a sensibilidade artística era algo que não podia ser comprado; isso, numa sociedade em que praticamente tudo o mais podia ser adquirido por quem tivesse dinheiro.

O burguês enriquecido submeteu às suas vontades o Estado, usando o seu dinheiro para financiar as eleições de candidatos que atendessem a seus interesses ou lançando a si próprio como concorrente ao cargo eletivo. Calou o orgulho da aristocracia falida, desposando membros desta classe de modo a enobrecer-se e ascender socialmente assim como havia ascendido economicamente. Num mundo cada vez menos religioso, podia ele, se quisesse, comprar os favores da igreja que fosse dominante em seu país, por meio de suas volumosas ofertas. Poderia ele comprar a submissão dos mais pobres, seja pela proteção policial e jurídica especialmente concedida aos ricos, seja pelo valor de alguma gorjeta. Assim, ele poderia ter a seu lado a beleza da juventude, ainda que decrépito e horrendo, e a força de braços musculosos agindo contra seus inimigos, ainda que débil e covarde. O dinheiro, enfim, poderia comprar quase tudo e todos: o Estado, a aristocracia, a religião, a beleza e a força. Poderia comprar até a obra de arte, mas não a sensibilidade do artista.

O gosto desta burguesia pouco refinada é ridicularizado por diversos artistas. Afinal, o burguês detém o dinheiro para comprar a obra de arte que quiser, mas não dispõe de conhecimento para avaliar o que é uma verdadeira obra-prima e o que não passa de obras de pouco valor. O gosto desta burguesia endinheirada, mas ignorante no que se refere à arte e à cultura, aproxima-se mais da indústria artística que da arte pura. Assim, ainda que ele, orientado por outrem, compre uma maravilhosa obra-prima, não saberá apreciá-la de modo a fruir dos prazeres que ela pode trazer. Muitas vezes, estas compras eram feitas apenas por uma questão de status e não porque o burguês soubesse de fato a importância do que estava comprando.

Assim, um quadro de Picasso, uma primeira edição rara e antiga de uma grande obra, o espólio com as partituras e rascunhos de um renomado compositor do século XVIII ou qualquer outra coisa do gênero tornam-se nas mãos da burguesia inculta uma tentativa de alcançar poder onde ainda lhe é vedado. A acusação de filisteísmo, entretanto, joga tudo isso na lama: uma grande obra de posse de um filisteu nada produz de benéfico a ele do ponto de vista da sensibilidade artística, pois ele não é capacitado para admirá-la. A arte e os negócios pertencem a mundos diferentes, embora comunicantes. A arte pode ser comprada, pode ser um negócio,

mas enquanto objeto raro e de valor, como o ouro ou um diamante, não como arte em si, pois a arte não tem preço. Assim diz Bourdieu (1996):

A revolução simbólica pela qual os artistas libertam-se da demanda burguesa recusando reconhecer qualquer outro mestre que não sua arte tem por efeito fazer desaparecer o mercado. De fato, eles não podem triunfar do “burguês” na luta pelo domínio do sentido e da função da atividade artística sem o anular ao mesmo tempo como cliente potencial. No momento em que afirmam, com Flaubert, que “uma obra de arte [...] é inapreciável, não tem valor comercial, não pode ser paga”, que é *sem preço*, ou seja, estranha à lógica ordinária da economia ordinária, descobre-se que é efetivamente *sem valor comercial*, que não tem mercado. A ambiguidade da frase de Flaubert, que diz as duas coisas ao mesmo tempo, obriga a descobrir essa espécie de mecanismo infernal, que os artistas instalam e no qual se veem presos: criando eles próprios a necessidade que faz sua virtude, podem sempre ser suspeitos de fazer da necessidade virtude (BOURDIEU, 1996, p. 100-101).

Assiste-se, assim, a um conflito entre produtor e consumidor pelo domínio da arte. Trata-se de artistas tentando valorizar a arte como algo fora da mesquinha burguesa, renunciando a um compromisso com o dinheiro para obterem a liberdade plena que arte demanda. Sem esta liberdade de produzir o que há de mais original possível não há arte pura, arte em seu grau mais alto de realização. Ao mesmo tempo, entretanto, esta originalidade sem limites e insubmissão aos desejos do público coloca o artista com um sério problema: o de não conseguir vender sua obra e, assim, manter-se. Problema mais agudo no que se refere aos artistas de vanguarda.

Deve, pois, o artista produzir não apenas sua obra, mas também o seu próprio público. Deve ele operar numa cadeia de sentidos que permita a assimilação de sua proposta de arte no mais alto grau de pureza. Isto gera a necessidade de existência de um grupo de artistas, acadêmicos, admiradores e estudiosos da arte que, como ele, estejam dispostos a buscar a arte ainda não consagrada, inovadora e transgressora. Lembrando apenas que a pertença a este restrito grupo confere ao seu membro prestígio e, portanto, poder em um dos polos do campo. Pensando o campo como polarizado entre artistas estabelecidos e transgressores, os que acreditam e investem seu apoio, tempo e dinheiro em artistas de vanguarda também recebem um grau de reconhecimento e poder, ainda que distinto daquele destinado aos que cultuam os artistas consagrados.

Deve-se ter em mente, no entanto, que a arte pode, num segundo momento, diante de uma burguesia já relativamente hegemônica, realizar uma função de distinção social semelhante à que desempenhava em prol da aristocracia. O que

não impede de que parte da burguesia ainda tenha para com os bens artísticos e intelectuais uma reação de desprezo e mesmo repulsa. As duas condutas são possíveis e não apenas podem variar de acordo com o grupo burguês analisado bem como aparecerem como diferentes atitudes alternativamente adotadas pelo mesmo grupo ou indivíduo, dependendo de suas disposições com relação ao espaço dos possíveis apresentado em um determinado momento.

## Consagração e anomia

Os artistas se vêm, portanto, em grande dependência em relação às instituições literárias (escola, universidade e academia, sobretudo), uma vez que são elas que garantem sua consagração e é em torno delas que gravita o grupo de admiradores e consumidores da arte pura, que, por ser inovadora, ainda não possui valor comercial. Deve-se frisar o advérbio “ainda” pois é da dinâmica própria do campo que uma vanguarda possa se consagrar e passe, assim, a auferir os lucros pecuniários de um público maior, que passa agora a respeitar e consumir suas obras.

O campo, com efeito, passa por uma sucessão de vanguardas já consagradas em luta contra vanguardas ainda novas, sem consagração. Nesta dinâmica, o conflito é inerente à sua organização, de modo que ele não pode ser visto como estático ou plenamente dominado por um único grupo. Ao menos, não um campo autônomo e maduro. A este respeito, diz Bourdieu (1996, p.153): “o processo que conduz à constituição de um campo é um processo de *institucionalização da anomia* ao fim do qual ninguém pode colocar-se como senhor e possuidor absoluto do *nomos*, do princípio de visão e de divisão legítimo”.

Assim, o adiamento da recompensa material passa a ser constitutivo do campo e tende mesmo a ser cada vez maior. Com isso, a diferenciação em relação à indústria artística ocorre e há tempo para que o público capacite-se para fruir das novas conquistas da arte e possa, assim, finalmente consagrar a vanguarda contestadora que lhe tem ensinado e formado para apreciar os parâmetros artísticos que ela própria propõe. Sendo o tempo para esta capacitação, devido ao próprio processo cumulativo da tradição histórica, cada vez mais longo num campo autônomo. Este processo, no entanto, é incerto e arriscado e nada garante que determinada vanguarda vá um dia consagrar-se e estabelecer-se. Daí o termo “anomia”. O campo literário autônomo é um espaço de incertezas, conflitos e acirrada competição. De modo que todo este investimento de longo prazo na formação para o público de uma determinada obra pode ser simplesmente inútil.

Não se pode esquecer que, mesmo decorrido o tempo necessário para a formação de um público capacitado para apreciar a nova obra e, assim, consagrar

a nova vanguarda, não deve o artista tratar diretamente do assunto dinheiro. Ainda que tenha ele já demonstrado e comprovado sua abnegação e tenha já padecido com os sacrifícios de quem renunciou aos ganhos imediatos em prol de um prestígio que lhe possibilitará ganhos futuros constantes. Estes ganhos poderão fazer com que toda obra nova que ele crie passe a ser extremamente valorizada, transformando-o num Midas, que transforma em ouro tudo que toca. O que o diferencia bastante da imensa maioria dos autores de estrondoso sucesso imediato, que consegue vender bem uma ou duas obras e depois desaparece no esquecimento. Ainda assim, embora tendo seguido esta lógica por anos a fio, não pode o artista jamais tratar de negócios e traduzir sua arte em dinheiro. Daí a figura do intermediador:

[...] só o editor ou o *marchand* podem organizar e racionalizar a difusão da obra, que, sobretudo talvez no caso da pintura, é uma empresa considerável, supondo informação (sobre os lugares de exposição “interessantes”, sobretudo no estrangeiro) e meios materiais; só ele pode, agindo como intermediário e como anteparo, permitir ao produtor manter uma representação inspirada e “desinteressada” de sua pessoa e de sua atividade ao evitar-lhe o contato com o mercado, dispensando-o das tarefas ao mesmo tempo ridículas e desmoralizantes ligadas à promoção de sua obra. (É provável que o ofício de escritor ou de pintor, e as representações correlativas, fossem totalmente diferentes se os produtores precisassem assegurar eles próprios a comercialização de seus produtos e se dependessem diretamente, em suas condições de existência, das sanções do mercado ou de instâncias que apenas conhecessem e reconhecessem essas sanções, como as editoras “comerciais”) (BOURDIEU, 1996, p. 194).

Sem esta mediação, a postura abnegada seria impossível e o escritor seria obrigado a entrar na lógica de produção capitalista, senão na produção de suas obras, ao menos na sua viabilização enquanto produtos culturais. Tal proximidade com o ganho pecuniário não apenas o impediria de dedicar-se mais profundamente à criação artística, bem como tornaria mais difícil a crença na abnegação. Assim, para o sucesso deste processo estruturante do campo, o mediador não é um mero acessório ou detalhe, mas essencial.

Se o artista sério depende em grande parte das instituições literárias para formar o público que, uma vez capacitado, consumirá sua obra, como fazer em um local de instituições frágeis? Além da censura política, não se pode deixar de lado a censura econômica que o capitalismo impinge à produção de tudo aquilo que não lhe traz lucro. Sem mencionar a censura ideológica a escritos que possam ir contra sua ideologia e que continuou a existir por todo o século XIX, na perseguição a escritos comunistas, socialistas e anarquistas ou mesmo republicanos, no caso de países em que vigorava a monarquia.

O escritor nunca dantes foi tão poderoso em seu poder de mobilizar a opinião pública e divulgar suas ideias por entre multidões cada vez maiores. Nunca atingira um grau de internacionalização como o de agora e este século XIX que vê o crescimento dos jornais assiste também um fortalecimento simbólico dos homens capazes de moldar opiniões, uma vez que elas são mais importantes que nunca, numa época em que o Absolutismo deu lugar às eleições: uma crítica a um discurso ou uma análise do perfil de um político podem custar uma cadeira no parlamento. Ao mesmo tempo o crescimento das universidades e a maior especialização de seus quadros garantiu um grupo de apoio e sustento ao escritor nunca antes visto. Ele pode chegar mesmo a ser cultuado como um deus e ser imortalizado em estátuas, nomes de praças e ruas.

Por outro lado, o escritor nunca foi tão vilipendiado: tratado como operário das palavras, foi obrigado a demonstrar produtividade e sofrer com as pressões e ameaças pelas que passa um operário fabril. Teve também de assistir à destruição do que havia de nobre e original em sua arte por parte da indústria artística, que está para o escritor como uma fábrica de estatuetas de gesso está para criador da *Vênus de Milo*. A obra desta modalidade de produção de bens simbólicos é a simples repetição de uma fórmula de sucesso; é isso que a define. Por isso, seu objetivo é apenas o de trazer entretenimento; evasão.

Os filisteus e a indústria artística trouxeram para a condição de artista dificuldades nunca antes experimentadas. Agora, faz-se necessário justificar o valor da arte; apresentá-la como única; diferenciá-la do simples entretenimento. O artista nunca antes havia sido tão explorado, desprezado e esquecido como no século XIX; ao mesmo tempo nunca teve tanta autonomia e condições para obter proeminência social. Para o artista sem dinheiro, a luta pela sobrevivência é árdua e ingrata. Quanto mais o campo se autonomiza e o artista fica à mercê de sua própria sorte, mais depende do capitalista e mais desprezado se vê. É a anomia a reinar. Agora, não apenas os aristocratas podem escrever, mas mesmo os pobres podem tornar-se escritores. Bem como não apenas os ricos podem ter empresas, mas mesmos os proletários podem alcançar a riqueza. Nos dois casos, porém, são raros os que conseguem.

Assim, mesmo diante das inúmeras transformações porque passou o campo, percebe-se que sua autonomia o levou à anomia e não à estabilidade e à garantia de direitos e que se já não há um mecenas — seja o Estado, seja a aristocracia da sociedade de corte — a necessidade de dinheiro não deixou de ser uma preocupação para os artistas. Num mundo capitalista, em que tudo é mercadoria, também a arte é tratada como tal, surgindo assim a chamada indústria artística. O artista é proletarizado, devendo submeter-se à lógica do lucro e aos ditames de editoras, distribuidoras, livrarias. Os que, pela força de sua consagração, conseguem escapar

à esta lógica mesquinha não estão imunes, porém, ao desprezo da arte pelo dinheiro; à ignorância burguesa que vê a arte apenas como fonte de status, como a posse de um objeto qualquer de grife.

O artista puro vê-se na necessidade de submeter-se à esta lógica e ceder à posição que se espera dele (de mero produtor de artigos de grife), num investimento em poder simbólico e capital cultural que lhe permitam consagrar-se e obter em longo prazo a recompensa pecuniária por seus esforços. Ou isso, negando o caráter econômico e material da obra de arte, ou a renúncia completa a seu caráter estético diante de seu valor puramente comercial.

## Considerações finais

Ao analisar a Sociologia da Arte de Bourdieu, expressa sobretudo em *As regras da arte: a gênese e estrutura do campo literário* (1996), percebe-se que a questão do lucro adiado, em função da transformação de um capital simbólico em capital financeiro, é fulcral para sua análise do campo literário. A partir daí, surge a distinção entre arte pura e arte industrial, que nasce, não de uma diferenciação ontológica, mas da percepção da estrutura do campo após a conquista de maior autonomia, em meio à formação das sociedades capitalistas modernas. Destarte, desde o século XIX, existe uma nova maneira de se relacionar com a arte, bem distinta daquela típica do *Ancien Régime*.

Assim, o campo em transição passa a organizar-se por meio de outra lógica, outro *habitus* (BOURDIEU, 2009), cujo centro de funcionamento é o mecanismo de oposição entre arte pura, de lucro adiado e arte industrial, de lucro imediato. Em torno desta oposição, estrutura-se o campo e as relações entre a vanguarda e os já consagrados; as relações internacionais de consumo e influência; a criação do público consumidor, em suas diversas divisões e facetas; a manutenção das estruturas de consagração (academias, universidades); a atuação de um corpo de profissionais intermediários entre a arte e os negócios (editores, produtores) e, enfim, todos os demais elementos do campo. Assim, instaura-se a anomia no interior do campo, como produto da destruição da rede de mecenato e patrocínio anteriormente vigente e da formação de uma livre concorrência pelo prestígio e/ou pelo sucesso comercial. E é só a partir desta percepção e análise das novas relações sociais que se passa a estruturar o campo, que se pode inquirir sobre o que é a arte e qual seu papel no mundo. Questões que demandam respostas pautadas na análise histórica e social, uma vez que a arte é produto histórico de uma determinada sociedade, sob determinadas condições de produção, difusão, manutenção e reprodução.



**POSTPONED PROFIT: AN ESSENTIAL CONCEPT OF  
BOURDIEU'S SOCIOLOGY OF LITERATURE**

**ABSTRACT:** *With The rules of art: genesis and structure of the literary field (Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire), Bourdieu revolutionizes the Sociology of Literature and instills it with new vigor. Unlike the deep erudition and intense philosophical hue of works of the "Frankfurt School", he focuses on the objectivity of empirical analysis. Which, in this case, does not mean superficiality: after a description of the facts, Bourdieu undertakes a thorough analysis of all forces operating on agents of the literary field. This article discusses one of the main elements of the French sociologist's book: postponed profit and the pursuit of prestige.*

**KEYWORDS:** *Sociology of Literature. Bourdieu. Literary field. Profit.*

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BITTENCOURT, R. do P. Aspectos históricos e sociais da formação do romance em países da periferia do capitalismo. **LL Journal**, vol. 5, núm. 2, p.1-5, 2010. Disponível em: <<https://lljournal.commons.gc.cuny.edu/2010-2-doprado-texto/>>. Acesso em 17 jun. 2017.

BOURDIEU, P. O mercado dos bens simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. Coleção estudos. São Paulo: Perspectiva, 2009, 362 p., p. 99-181.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: a gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, N. **Mozart: a sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

Recebido em 14/11/2016.

Aprovado em 14/06/2017.



# **Resenhas/*Reviews***



# RUMO AO AUTOMATISMO SOCIAL? A CONTRIBUIÇÃO DE NAVILLE<sup>1</sup>

*Ricardo Colturato FESTI\**

A reedição na França, em 2016, do livro *Vers l'automatisme social?* de Pierre Naville permite às novas gerações terem acesso a um dos mais importantes debates ocorridos nos tempos de gestação da Sociologia do Trabalho: o automatismo, a automação industrial e seus impactos sobre o trabalho e o conjunto sociedade. Publicado pela primeira vez em 1963, pela editora Gallimard, suas análises e projeções foram capazes de antecipar questões que atualmente predominam no mundo do trabalho. Por esse motivo, talvez, esta nova publicação reflita o crescente interesse pela obra do autor. Desde sua morte, em 1993, novos livros, artigos e uma biografia sobre Naville foram publicados, além de uma obra reunindo os seus últimos trabalhos<sup>2</sup>. Ainda assim, esses fatos não alteraram a condição de marginalidade do autor na academia francesa, apesar de sua importante contribuição nas décadas de 1950 e 1960. Portanto, o seu reconhecimento, especificamente pela sociologia do trabalho contemporânea, é ainda aquém de sua influência e de suas formulações teóricas.

Naville transitou, ao longo de sua vida, do surrealismo à militância revolucionária, da arte para a academia, da psicologia para a sociologia, nos deixando uma obra extremante heterogênea, testemunho de uma época de grandes transformações sociais e marcada pelo imperativo da ação política. Filho de uma família da alta burguesia parisiense e de tradição intelectual, optou por cursar filosofia na Sorbonne. Conheceu, nesta época, André Breton e Benjamin Péret. Com

---

\* UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Colégio Técnico de Limeira. Limeira – SP – Brasil. 13484-332 - ricardofesti@gmail.com.

<sup>1</sup> Resenha da obra: NAVILLE, Pierre. **Vers l'automatisme social?** machines, informatique, autonomie et liberté. Prefácio de Pierre Cours-Saliers. Paris: Éditions Syllepse, 2016. 328 p.

<sup>2</sup> As obras mencionadas, contendo artigos de diversos autores comentando a vida e a obra de Naville são: Eliard (1996), Burnier et al. (1997) e *Les vies de P. Naville* (2007). Em 2007, Cuenot publicou uma generosa biografia e, em 2010, saiu uma coletânea de textos escritos por Naville entre 1988 e 1993.

este, fundou a revista *La Révolution surréaliste*, importante veículo de expressão do movimento. Após sua passagem pelo mundo artístico e pela literatura revolucionária, Naville aderiu ao Partido Comunista Francês. Encontrou-se com Trotsky em Moscou um dia após a sua expulsão do PC da URSS e, em seguida, aderiu à oposição de esquerda internacional (movimento conhecido, posteriormente, como trotskismo). Rompeu com ela em 1939 e passou a se dedicar, até o final de sua vida, às atividades acadêmicas.

Após uma passagem pela psicologia, Naville migrou para a sociologia, incorporando-se ao *Centre d'études sociologiques*, ao lado de Georges Friedmann e Alain Touraine<sup>3</sup>. Reuniu em seu entorno uma equipe de pesquisadores com o propósito de investigar a automação e seus efeitos sociais, compreendendo, entre os anos de 1957 e 1959, pela primeira vez na França, em vários ramos industriais, uma vasta investigação empírica. Este trabalho deu origem a um relatório de 741 páginas intitulado *L'automation et le travail humain: rapport d'enquête*, publicado em 1961. Nesta mesma época, impulsionou a revista *Les cahiers d'études de l'automation et des sociétés industrielles* com o objetivo de incentivar o debate sobre o tema. O livro *Vers l'automatisme social? machines, informatique, autonomie et liberté*, publicado em 1963, representou a síntese dessas pesquisas, estudos e reflexões de Naville<sup>4</sup>.

A automação, durante os anos em que foi abordada pelos autores da nascente sociologia do trabalho francesa, ainda era um fenômeno minoritário dentro do mundo industrial. Para ilustrar essa questão, em 1952, ela não empregava nem 8% da população economicamente ativa dos EUA. Como observou Georges Friedmann (2012, p. 22), “o trabalho, nas fábricas e nos escritórios, nas minas e nos campos, estava longe de ser automatizado”. Mas, para Naville, o surgimento da automação a colocava como referência para a compreensão da sociedade capitalista. Apesar da metalurgia ter um baixíssimo índice de automação na década de 1950, era ela quem comandava o conjunto da economia industrial, pois, as “condições de trabalho, salários, garantias, em toda a cadeia, passaram a receber sua impulsão a partir do que se passa no setor de ponta” (NAVILLE, 2016, p.79). A automação poderia ter uma inserção de 8, 10 ou 20% e empregar a minoria da totalidade da força de trabalho que, mesmo assim, cumpriria um **papel diretor**<sup>5</sup>.

Na mesma perspectiva de Friedmann, Naville compreendia o automatismo como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, um desdobra-

---

<sup>3</sup> Pierre Naville compôs o grupo que fundou a sociologia do trabalho na França ao lado de Jean Stoetzel, Michel Crozier, Jean-Daniel Reynaud, Alain Touraine e Georges Friedmann.

<sup>4</sup> Ainda é difícil para o público brasileiro o acesso ao relatório de 1961. Mas, para aqueles que pretendem aprofundar o tema, é fundamental a sua leitura junto ao livro resenhado.

<sup>5</sup> O autor projetava uma generalização da automação para o conjunto da sociedade, mas não considerava que as velhas formas de fabricação, como a mecanização, desapareceriam.

mento da evolução da técnica e do maquinário e do processo de divisão do trabalho inaugurado e intensificado pela etapa da mecanização e do parcelamento do trabalho. Nesse sentido, compreendida como um processo histórico, a automação resultaria mais de questões sociais e econômicas do que técnicas. Veja-se:

Não haveria automatismo generalizado sem monopólios e oligopólios, sem mercados protegidos, sem centralização dos transportes, sem produção em massa, sem garantias de estatais, sem grandes investimentos e benefícios correspondentes. Em suma, o automatismo da produção de bens e serviços (...) aparece como a forma técnica generalizada de um certo nível de civilização, inseparável desta. (NAVILLLE, 2016, p. 107)

Embora Marx tenha visualizado no século XIX a **fábrica automática** ou o **autômato mecânico**, suas definições estavam longe da **automatização industrial** materializada na época de Friedmann, Naville e Alain Touraine. Pode-se encontrar em seus textos várias passagens sobre o desenvolvimento da automatização e do automatismo, vistas como partes da própria fase da mecanização da produção. Ele destaca, no capítulo sobre a maquinaria e a grande indústria de *O Capital*, que a partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários do processo de trabalho, sem necessitar mais da ajuda humana, nasce um **sistema automático de máquinas** com a capacidade de ser continuamente melhorado em seus detalhes. Assim, a produção mecanizada atinge sua forma mais desenvolvida “como sistema articulado de máquinas de trabalho movidas por um autômato central através de uma maquinaria de transmissão” (Marx, 2013, p. 455). Mas a **automatização mecânica** era apenas uma etapa preparatória da automação industrial.

Uma questão importante para Naville, na caracterização da automação, é **quem governa o processo de produção**, já que ela não se resume a um conjunto de fábricas automáticas. Tampouco ela tem como diferenciador a inversão entre sujeito e objeto na produção, como apontou Marx sobre a constituição da grande indústria. A automação é a gestão destas máquinas por um “cérebro mecânico”, em substituição aos antigos ofícios realizados pelos operários. O trabalho tende a se transferir das atividades **neuromusculares** para as **neurosensoriais**, diminuindo os esforços físicos e aumentando as tensões relacionadas a vigilância e a supervisão.

O trabalho se concentra, então, sobre as medidas e os controles das operações e dos produtos, ou seja, sobre a supervisão. Segue-se duas transformações gerais na mão-de-obra: manutenção e desenvolvimento de conhecimentos de certos

mecanismos operacionais para o pessoal de manutenção e de controle de um novo tipo; redução ou manutenção de operadores comuns a um rol igual ou mais subalterno que antes. (NAVILLE, 1961, p. 711–712)<sup>6</sup>

Mesmo sendo um fenômeno minoritário no mundo industrial, Naville pôde apontar alguns dos principais efeitos negativos da automação. O primeiro e mais evidente é a substituição do trabalhador pela máquina e, conseqüentemente, o crescimento do desemprego crônico. Mas este não tinha ainda a dimensão estrutural do desemprego surgido após a crise capitalista dos anos 1970. Pelo contrário, o espetacular crescimento econômico do pós-guerra impulsionou, nos ramos em que se implementou o novo maquinário, um crescente regime de permutação e rotação nos postos de trabalho de uma mesma empresa (muitas vezes, os operários eram deslocados para outras funções ou para outras plantas). Surgia, portanto, em numerosas fábricas automatizadas, a polivalência dos operários. Além disso, as frequentes mudanças de postos eram facilitadas tanto pela política de formação quanto pela simplicidade que adquiriu o trabalho<sup>7</sup>. Isso levou Naville a concluir que a automação substitui uma **divisão de tarefas isoladas** por uma **distribuição móvel de funções integradas**.

Mas a comprovação empírica mais importante das pesquisas de Naville foi que as novas condições criadas pela automação não levaram a uma maior qualificação dos operários. A grande massa que trabalhava no setor automatizado era **especializada e sem qualificações**. “Muitas das operações intelectuais perdem sua qualificação na medida em que as máquinas substituem não somente os músculos, mas também os cérebros” (NAVILLE, 2016, p. 88). Isso é reforçado pelo fato de que, pela primeira vez, viu-se elevar os níveis salariais sem que a qualificação propriamente dita estivesse vinculada a isso. Nesse sentido, ao produzir uma fortíssima mudança no aspecto da qualificação profissional, toda uma concepção tradicional do *métier* desmoronou pouco a pouco.

Outro aspecto abordado em seu livro é que a automação acabou por criar novas ocupações e exigiu uma maior **cooperação** por parte dos operários no processo de trabalho. Isso levou a modificações nas formas de emprego, na jornada de trabalho e na forma de remuneração. Ocorreu também uma **reclassificação dos níveis hierárquicos**, assim como uma reorganização das funções no interior da fábrica, o que afetou principalmente os trabalhos em equipes ou em grupos.

---

<sup>6</sup> Para uma atualização da definição de automação, ver Coriat (1987). Segundo ele, a novidade não estava no maquinário, mas sim em seus **suportes e meios**, ou seja, na aplicação da informática, da eletrônica e da robótica.

<sup>7</sup> É por isso que Bravermann (1987) afirma que, na fábrica automatizada, há mais do taylorismo do que se possa imaginar. O objetivo principal desse sistema é o controle, retirando das mãos dos operários as operações fabris. A máquina automatizada eleva isso à potência.



A supervisão, o controle e a manutenção dos sistemas autônomos tornavam-se cada vez mais indiretos.

Naville chama a atenção ao fato dos indivíduos estarem menos dependentes de uma máquina isolada e mais subordinados aos ciclos de produção integrados. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o processo acentua a alienação, deixando o homem cada vez mais alheio ao funcionamento das máquinas, ele permite aos mesmos “assegurar indiretamente um controle mais flexível, mais completo, mais profundo e amplo sobre um ciclo de produção dado” (NAVILLE, 2016, p. 233). Como resultado, os elementos técnicos tornam-se menos importantes que os econômicos e sociais sobre a determinação das atitudes dos operários. Nesta nova situação, os indivíduos podem até se sentirem mais livres, por não estarem presos a uma única máquina e a um único posto fixo, porém, por estarem melhores agrupados em equipes fortemente estruturadas, cada posto adquire um papel bem determinado com relação aos outros. “Se um operário está ausente, se não executa corretamente sua tarefa, todos os demais sofrem diretamente a consequência do descompromisso” (NAVILLE, 2016, p. 235). Portanto, eles agora sofrem menos o domínio da ferramenta e estão mais submetidos as consignas da supervisão e da organização do trabalho na escala do estabelecimento.

Alguns sistemas técnicos adquiriram tamanha complexidade na fase da automação que é impossível um indivíduo isolado alcançar uma compreensão de sua totalidade. Por isso que, para Naville, a apropriação da máquina pelo homem deve ser iniciada através de um processo capaz de produzir uma elevação do nível da formação profissional, da polivalência nos empregos e da participação na organização das fábricas.

Por fim, vale ressaltar que foi comum entre vários autores da sociologia do trabalho da geração de Naville uma visão contemplativa da evolução técnica e da modernização da sociedade, como podemos ver nesta passagem:

A automação colocou para a humanidade industrial, no Leste e no Oeste, questões tão formidáveis quanto a primeira revolução da máquina do século XIX. Ela é uma aventura técnica, mas também uma aventura social (...). Ela provoca a tentação de uma automação social generalizada, tão temível quanto são extraordinárias as esperanças de liberdade que ela abre. (NAVILLE, 2016, p. 89)

O livro de Naville teve o mérito de problematizar aspectos da automação que seriam, décadas depois, retomados no debate sobre a **cibernética**. Ao lê-lo, o leitor se depara tanto com as esperanças quanto com os medos do autor sobre a possibilidade de um mundo governado pelo **automatismo integral**. Apesar de sua visão fortemente marcada por uma contemplação do progresso das forças produtivas,

sua análise é dialética. É por esse motivo que ainda hoje *Vers l'automatisme social?* pode ser uma referência para todo pesquisador que queira abordar o fenômeno da automação e do desenvolvimento do maquinário industrial. Obviamente que esta obra, marcada pelo seu tempo, deve ser lida com o devido distanciamento crítico. Não há como abstrair, por exemplo, que hoje a automação é parte fundamental do processo que precarizou e intensificou o trabalho nas últimas décadas. Mas, se o livro for encarado como uma porta de entrada para o debate, os novos pesquisadores terão em suas mãos um poderoso instrumento de reflexão e inspiração para os seus trabalhos.

## REFERÊNCIAS

BRAVERMANN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CENTRE D'HISTOIRE SOCIALE DU XXE SIÈCLE (ED.). **Les vies de Pierre Naville**. Villeneuve-d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2007.

CUENOT, A. **Pierre Naville, 1904-1993 : biographie d'un révolutionnaire marxiste**. Nice: Bénévient, 2007.

BURNIER, M. e al. **Des sociologues face à Pierre Naville ou L'archipel des savoirs**. Paris Montréal: Éd. l'Harmattan, 1997.

ÉLIARD, M. (ED.). **Naville, la passion de la connaissance**. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1996.

FRIEDMANN, G. **Le travail en miettes: spécialisation et loisirs**. Bruxelles: Éd. de l'Université de Bruxelles, 2012.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2013.

NAVILLE, Pierre. **Vers l'automatisme social? machines, informatique, autonomie et liberté**. Prefácio de Pierre Cours-Saliers. Paris: Éditions Syllpese, 2016. 328 p.

\_\_\_\_\_. **Pierre Naville, la passion de l'avenir : dernier cahier, 1988-1993**. Paris: M. Nadeau, 2010.

\_\_\_\_\_. **L'automation et le travail humain : rapport d'enquête, France, 1957-1959**. Paris: Centre national de la recherche scientifique, 1961.

Recebido em 03/07/2016.

Aprovado em 09/06/2017.

## Diretrizes para Autores

### POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à **RES** para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O **CR** se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

### PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo **CR** da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

## **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS**

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

### **Formatação**

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

### **Dimensão**

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia, As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

## Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês).
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

## Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

## Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

## Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

### **Citações destacadas do texto**

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

## **REFERÊNCIAS**

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

**Livros:** SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.]

**Capítulos de livros:** SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

**Artigos em periódicos:** SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

**Dissertações e teses:** SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese

(Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

**Artigos em jornais/revistas:** SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

**Entrevistas:** SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

**Eventos:** SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

**Publicação on-line:** SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

*A revista Estudos de Sociologia* adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

## **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

### **Declaração de Direito Autoral**

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

### **Política de Privacidade**

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.





SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.22 n.42

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

